

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre

**MIGRAÇÕES INTERNAS NO RIO GRANDE DO SUL: OS NOVOS CENÁRIOS
DA DESCONCENTRAÇÃO ESPACIAL URBANO-REGIONAL**

Ademir Barbosa Koucher

ORIENTADORA

Prof. Dra. Anita Brumer

Porto Alegre - 2006

Agradecimentos

À Profa. Dra. Sonia Laranjeira pelos passos iniciais;

À Margareth Uarth Christoff pelo estímulo e pela perseverança;

A Fundação IBGE pelo tempo cedido para a conclusão dos créditos;

Aos colegas da Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul pelo apoio;

À Profa. Dra. Anita Brumer pelos passos finais.

Resumo

Esta dissertação trata das migrações internas e sua relação com os processos de concentração e desconcentração do espaço urbano regional. A análise refere-se ao período compreendido entre os anos 1970 e a década de 1990 e enfoca a relação entre a distribuição espacial da população e das atividades econômicas nos espaços metropolitanos no Brasil e, particularmente, no espaço regional do estado do Rio Grande do Sul.

Para verificar a distribuição da população nas regiões metropolitanas no Brasil e nos espaços regionais no Rio Grande do Sul, foram utilizados dados populacionais de três períodos censitários: 1980, 1991 e 2000. No caso do Rio Grande do Sul, especificamente, as categorias selecionadas para a análise dos movimentos populacionais foram a situação de residência, a estrutura ocupacional, a escolaridade e a composição etária da população. A comparabilidade dos dados ao longo do tempo foi viabilizada a partir de uma metodologia que dividiu o estado do Rio Grande do Sul em 21 regiões de análise comparáveis entre si e as caracterizou, segundo o crescimento populacional, como regiões de expansão ou de evasão e, no que concerne à estrutura ocupacional, como regiões urbanas ou agrícolas.

O cenário sociodemográfico que se formou no estado do Rio Grande do Sul, neste início de século, mostrou um espaço urbano regional diversificado e um novo perfil da urbanização recente, onde a emergência de novos pólos de expansão e um relativo redirecionamento dos movimentos migratórios internos constituíram-se nos elementos mais importantes.

Abstract

This dissertation focuses on internal migrations and their relation with the processes of concentration and deconcentration of the regional urban space. The analysis refers to the period between the years 1970 and the decade of 1990 and focuses on the relation between the spatial distribution of the population and their economical activities in metropolitan spaces of Brazil and, particularly, in the regional space of Rio Grande do Sul state.

To verify the populational distribution in the metropolitan regions of Brazil and in the regional spaces of Rio Grande do Sul, populational data related to three census were utilized: 1980, 1991 and 2000. Concerning to Rio Grande do Sul, specifically, the selected categories for the analysis of the populational movements were their residential situation, occupational structure, scholarship and the populational age composition. The comparability of long-term data was made feasible by a methodology that divided Rio Grande do Sul state in 21 regions of analysis comparable to each other that characterized them as either expansion or evasion regions, according to the populational growth, and as either urban or agricultural, related to the occupational structure.

The social demographic scenario in Rio Grande do Sul, in the beginning of this century, displayed a diversified urban regional space and a new profile of recent urbanization, where the appearance of new centers of expansion and a relative new direction of migrational internal movements became the most important aspects.

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Tabelas

Tabela 1 - Evolução da divisão territorial municipal do Rio Grande do Sul – 1970 a 2000.

Tabela 2 - Diferenças populacionais nos procedimentos de ajuste para a formação das regiões de análise - 1980 / 1991.

Tabela 3 - Diferenças populacionais nos procedimentos de ajuste para a formação das regiões de análise - 1991 / 2000.

Tabela 4 - População residente, imigração e emigração - Rio Grande do Sul - 1970/2000.

Tabela 5 - Taxas médias anuais de crescimento demográfico e vegetativo - Rio Grande do Sul -1970/2000.

Tabela 6 - Proporção de população urbana e rural - Brasil -1960-2000.

Tabela 7 - Evolução da população residente - regiões metropolitanas - 1980/1991.

Tabela 8 - Evolução da população residente - unidades da federação e regiões metropolitanas - 1991/2000.

Tabela 9 - Quantidade de municípios por região metropolitana e unidade da federação - Brasil, segundo a data de criação - 1980 / 2002.

Tabela 10 - Quantidade de municípios por região integrada de desenvolvimento e unidade da federação - Brasil, segundo a data de criação - 1988/2002.

Tabela 11 - Quantidade de municípios por região metropolitana, segundo a classe de tamanho da população - 1980/2000.

Tabela 12 - Proporção de população urbana e rural para o Rio Grande do Sul (1960-2000).

Tabela 13 - Variação absoluta e taxa média geométrica anual de crescimento demográfico, por situação do domicílio - Rio Grande do Sul - 1970 a 2000.

Tabela 14 - Taxas médias anuais de crescimento demográfico e vegetativo – Rio Grande do Sul – 1970 / 2000.

Tabela 15 - População residente, variação absoluta e taxa média geométrica anual de crescimento demográfico segundo as regiões de análise - Rio Grande do Sul - 1970 / 1980.

Tabela 16 - População residente, variação absoluta e taxa média geométrica anual de crescimento demográfico segundo as regiões de análise - Rio Grande do Sul - 1980 / 1991.

Tabela 17 - População residente, variação absoluta e taxa média geométrica anual de crescimento demográfico segundo as regiões de análise - Rio Grande do Sul - 1991 / 2000.

Tabela 18 - Variáveis sociodemográficas – Rio Grande do Sul - 1980 a 2000.

Tabela 19 - População com mais de 10 anos de idade segundo a freqüência à escola - Rio Grande do Sul 1980 / 2000.

Tabela 20 - Distribuição relativa da população, segundo a situação de residência por região de expansão - Rio Grande do Sul - 1980-2000.

Tabela 22 - Distribuição relativa da população ocupada, com mais de dez anos de idade, segundo o setor de atividade por região de expansão - Rio Grande do Sul - 1980-2000.

Tabela 23 - Distribuição relativa da população não estudante, com mais de dez anos de idade, segundo o grau do curso mais elevado concluído por região de expansão - Rio Grande do Sul - 1980-2000.

Tabela 24 - Distribuição relativa da população ocupada, com mais de dez anos de idade, segundo o setor de atividade por região de evasão – Rio Grande do Sul - 1980-2000.

Tabela 25 - Distribuição relativa da população, segundo a situação de residência por região de evasão - Rio Grande do Sul - 1980-2000.

Tabela 26 - Distribuição relativa da população segundo os grupos de idade por região de evasão - Rio Grande do Sul - 1980-2000.

Tabela 27 - Distribuição relativa da população não estudante, com mais de dez anos de idade, segundo o grau do curso mais elevado concluído por região de evasão - Rio Grande do Sul - 1980-2000.

Tabela 28 - Distribuição relativa da população ocupada, com mais de dez anos de idade, segundo o setor de atividade por região intermediária com tendência à expansão - Rio Grande do Sul - 1980-2000.

Tabela 29 - Distribuição relativa da população, segundo a situação de residência por região intermediária com tendência à expansão - Rio Grande do Sul - 1980-2000.

Tabela 30 - Distribuição relativa da população segundo os grupos de idade por região intermediária com tendência à expansão - Rio Grande do Sul - 1980-2000.

Tabela 31 - Distribuição relativa da população não estudante, com mais de dez anos de idade, segundo o grau do curso mais elevado concluído por região intermediária com tendência à expansão – Rio Grande do Sul - 1980-2000.

Tabela 32 - Distribuição relativa da população ocupada, com mais de dez anos de idade, segundo o setor de atividade por região intermediárias com tendência à evasão - Rio Grande do Sul - 1980-2000.

Tabela 33 - Distribuição relativa da população, segundo a situação de residência por região intermediárias com tendência à evasão - Rio Grande do Sul - 1980-2000.

Tabela 34 - Distribuição relativa da população segundo os grupos de idade por região intermediárias com tendência à evasão - Rio Grande do Sul - 1980-2000.

Tabela 35 - Distribuição relativa da população não estudante, com mais de dez anos de idade, segundo o grau do curso mais levado concluído por região intermediárias com tendência à evasão – Rio Grande do Sul - 1980-2000.

Quadros

Quadro 1 - Compatibilização dos cursos concluídos - 1980 – 2000.

Quadro 2 - Compatibilização das seções de atividades entre os censos demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Quadro 3 - Agregação final das seções de atividades compatibilizadas - 1980/2000.

Gráficos

Gráfico 1 - Taxa de crescimento demográfico anual - 1940/2000 Brasil, Rio Grande do Sul e Porto Alegre.

Gráfico 2: Distribuição da população ocupada nas atividades agropecuárias e indústria geral segundo as região de análise – 1980.

Gráfico 3: Distribuição da população ocupada nas atividades agropecuárias e indústria geral segundo as região de análise – 1991.

Gráfico 4: Distribuição da população ocupada nas atividades agropecuárias e indústria geral segundo as região de análise – 2000.

Figuras

Figura 1 - Cartograma da localização geográfica das regiões de análise (divisão territorial municipal de 2000).

Figura 2 - Cartograma das regiões de expansão e das regiões de evasão do Rio Grande do Sul – 1970.

Figura 3 - Cartograma das regiões de expansão e das regiões de evasão do Rio Grande do Sul – 2000.

Figura 4 - Cartograma das regiões urbanas e das regiões agrícolas do Rio Grande do Sul – 2000.

Sumário

Introdução	10
1. A delimitação do tema e o campo conceitual	10
2. O problema de pesquisa	14
3. A definição e o tratamento dos dados	17
4. A estrutura da dissertação	19
Capítulo 1. As migrações internas e a organização do espaço regional	21
1.1. As migrações internas e a distribuição espacial das atividades econômicas.....	22
1.2. As pesquisas sobre migrações internas	32
1.2.1 As abordagens da industrialização.....	32
1.2.2. A abordagem da urbanização	36
1.3. Espaço e regionalização	42
1.3.1. O conceito de região	42
1.3.2. Regiões urbanas e regiões agrícolas	45
1.3.3. Regiões de expansão e regiões de evasão populacional	47
1.4. Especificando o objeto de estudo	49
1.5. Estabelecendo hipóteses.....	50
Capítulo 2. Questões metodológicas	52
2.1. Métodos utilizados para estimar as migrações internas	52
2.2. A formação das regiões de análise para o Rio Grande do Sul	53
2.3. A caracterização das regiões de análise	61
2.3.1. A caracterização das regiões de expansão e das regiões de evasão populacional	61
2.3.2. A caracterização das regiões urbanas e agrícolas	63
2.4. A compatibilização das variáveis categorizadas	64
2.4.1. A variável escolaridade	64
2.4.2. A variável seção de atividade	67
Capítulo 3. Os novos cenários da desconcentração espacial urbano-regional	73
3.1. Metropolização, desmetropolização e nova metropolização no Brasil	74
3.1.1. A metropolização	75
3.1.2. A desmetropolização	78
3.1.3. A nova metropolização	83
3.2. O cenário sócio-espacial regional do Rio Grande do Sul	89
3.2.1. As regiões de expansão e as regiões de evasão populacional	92
3.2.2. As regiões urbanas e as regiões agrícolas	99
3.3. O cenário sociodemográfico regional do Rio Grande do Sul	106
3.3.1. As regiões de expansão	110
3.3.2. As regiões de evasão	118
3.3.3. As regiões intermediárias	124
3.3.3.1. As regiões intermediárias com tendência à expansão	124
3.3.3.2. As regiões intermediárias com tendência à evasão	129
Considerações finais	137
Bibliografia	145
Anexos	151

Introdução

1. A delimitação do tema e o campo conceitual

Esta dissertação trata das migrações internas e sua relação com os processos de concentração e desconcentração do espaço urbano regional. A análise refere-se ao período compreendido entre os anos 1970 e a década de 1990 e enfoca a relação entre a distribuição espacial da população e das atividades econômicas nos espaços metropolitanos no Brasil e, particularmente, no espaço regional do estado do Rio Grande do Sul.

As migrações internas têm um papel extremamente importante na distribuição espacial da população e na constituição dos mercados de trabalho urbanos. Um dos aspectos mais importantes do processo de migrações internas é o chamado mecanismo de migração por etapas: a primeira etapa, em geral, é a migração de origem rural e destino urbano, predominantemente intramunicipal e de curta distância, característica da maioria dos movimentos populacionais ocorridos no Brasil até a década de 1970; a outra etapa, muitas vezes de longa distância e intermunicipal, é a migração de destino urbano e origem urbana que ocorre, num primeiro momento, em direção a um núcleo populacional ou cidade central (FAISSOL, 1994: 261). Com o inchamento desses núcleos, num segundo momento, ocorre um deslocamento dessa população para os municípios periféricos, constituindo um processo de desconcentração populacional característico da reestruturação por que passa hoje o espaço urbano das principais regiões metropolitanas do Brasil (MARTINE, 1995; GUIMARÃES NETO, 1995). A própria formação da região metropolitana de Porto Alegre implicou deslocamentos populacionais, primeiro para a cidade central e, em seguida, para

o seu entorno (METROPLAN/FEE, 1988). Esse mecanismo de migração por etapas, referido por Faissol (1994: 263-4), tem importância central na concepção que orientará o desenvolvimento deste tema. A definição de migração, considerada para efeitos deste estudo, é o deslocamento espacial da população de um ambiente socioeconômico para outro de natureza diferente. O centro da análise será a migração como processo e não o migrante.

As migrações internas de um país ou de uma região se relacionam, em grande medida, com as transformações socioeconômicas ocorridas ao longo do tempo nesses espaços. A propensão a mudar-se de um lugar para outro representa comportamentos inextricavelmente embutidos nos arranjos econômicos e institucionais, que se modificam no processo de desenvolvimento socioeconômico (WOOD E CARVALHO, 1994: 16). Se os deslocamentos populacionais são influenciados pelo desenvolvimento socioeconômico, a análise do processo migratório não pode, por conseguinte, adotar um enfoque estreito que empreste exclusiva atenção às variáveis demográficas. No estudo das migrações internas, a distribuição espacial das atividades econômicas¹ e os movimentos populacionais não podem ser tratados como agregados indiferenciados (WOOD E CARVALHO, 1994: 17).

O estudo do processo migratório, por ser um dos aspectos mais importantes dos movimentos de concentração-dispersão próprios da dinâmica espacial urbana, exige a necessidade de articular o conceito de espaço, principalmente o conceito de espaço urbano (SANTOS, 1993): espaço, aqui entendido como o espaço social construído, "produto do trabalho humano e não

¹ Como categoria conceitual, a atividade econômica refere-se à caracterização das unidades de produção em suas ações de combinação de recursos para a geração de bens e serviços (Metodologia do censo demográfico 2000 / IBGE. 2003, p. 261). Essa caracterização foi utilizada para definir os setores de atividade em que a população ocupada estava inserida ao longo do período considerado.

como mero plano (suporte) dos homens e suas atividades, como é habitualmente compreendido" (SOUZA, 1995: 4); urbano, aqui considerado, conforme Davidovich (1983), como um processo, ou seja, como um fenômeno em constante transformação já que a cidade, muitas vezes confundida com o urbano, aparece, em geral, com uma forma historicamente mais definida. O espaço urbano encerra uma complexidade que o torna singular, uma vez que reúne de forma dinâmica, em determinados níveis, praticamente todos os aspectos da vida social (DAVIDOVICH,1983). Sabe-se, entretanto, que os fenômenos sociais se expressam tanto no meio urbano como no meio rural, logo, o espaço social não é específico do urbano nem do rural. Os fenômenos sociais serão tão urbanos ou rurais, quanto mais aspectos urbanos ou rurais puderem encerrar nas suas relações e se essa caracterização for mais ou menos importante na análise em curso. Como destaca Graziano da Silva (1997), a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. "Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um "continuum" do urbano do ponto de vista espacial" GRAZIANO DA SILVA,1997: 43). Portanto, o relevante é como o espaço em questão está sendo produzido socialmente, seja no conjunto das relações, seja no contexto do corte analítico em que um determinado fenômeno social estiver inserido. É o uso do espaço, e não o espaço em si mesmo, que faz dele um objeto de análise (SANTOS, 1994).

Entretanto, as migrações não podem ser vistas apenas como movimentos no espaço, um ir e vir de um lugar para outro. Segundo Giddens, (1989:107) toda a vida social ocorre em, e é constituída por, intersecções de presença e ausência no espaço e no tempo, ou seja, a noção de presença e ausência tem de ser explicada tanto em termos da sua espacialidade quanto da

sua temporalidade. O termo lugar, da mesma forma, não pode designar apenas pontos no espaço, assim como não se pode falar apenas de pontos no tempo. Lugar, sugere Giddens (1989), deve ser mais bem conceituado por meio da idéia de local: “O local é uma região física envolvida como parte do cenário de interação, tendo fronteiras definidas que ajudam a concentrar a ação num sentido ou outro” (GIDDENS, 1989: 304). Vistos dessa forma, os locais não são somente lugares, mas cenários de interação. Deriva daí o conceito de região, de fundamental importância para a constituição e a análise dos cenários migratórios, já que a regionalização pode se dar dentro de ou entre locais. Diferente da região geográfica que se refere a uma área física, o significado que Giddens (1989) atribui ao termo região envolve sempre a conotação de extensões tanto no tempo quanto no espaço. Assim, a diferenciação regional será sempre pautada por critérios sociais, ou seja, uma região não pode ser apenas uma área geográfica limitada, mas também uma área dotada de traços sociais distintos e historicamente estabelecidos.

A relevância desse tema fundamenta-se em duas razões principais: a primeira, ao combinar a análise dos movimentos populacionais com as mudanças ocorridas na estrutura espacial das atividades econômicas, é contribuir para conhecer melhor uma realidade que tem sido pouco estudada no contexto regional do estado do Rio Grande do Sul; e a segunda, que se constitui, também, no principal objetivo deste trabalho, é desvelar os novos cenários sociodemográficos que estão se formando nas regiões metropolitanas no Brasil e, especialmente, no espaço regional do Rio Grande do Sul, onde a emergência de novos pólos regionais e um relativo redirecionamento dos movimentos migratórios internos constituem-se nos elementos mais importantes.

2. O problema de pesquisa

Até a década de 1970, o aspecto mais marcante da estruturação do espaço urbano brasileiro foi a concentração progressiva e acentuada da população em cidades cada vez maiores, e as migrações internas foram, sem dúvida, o principal componente desse processo (MARTINE E DINIZ, 1991). Segundo Santos (1993), a partir dos anos 1950, podem-se distinguir três importantes fases na crescente urbanização do Brasil. Primeiro, uma urbanização aglomerada com o aumento dos núcleos urbanos menores com mais de vinte mil habitantes. Segundo, uma urbanização concentrada com a multiplicação das cidades de tamanho médio. E, por último, o Brasil alcançou o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de grandes cidades cuja população situa-se em torno de um milhão de habitantes. Essas grandes cidades passaram a constituir o núcleo das regiões metropolitanas brasileiras, instituídas no país a partir dos anos 1970. A institucionalização das regiões metropolitanas no Brasil seguiu um modelo único, que destacou da rede urbana os chamados pólos de desenvolvimento de maior importância estratégica do espaço nacional, e que tinham como características básicas a concentração das atividades econômicas e o acentuado crescimento populacional (METROPLAN/FEE, 1988). Segundo Martine (1995), as migrações internas, nesse período, dirigiram-se preferencialmente para esses pólos de maior dinamismo econômico, o que explica o fato de essas regiões abarcarem, em 1970, a quarta parte da população brasileira.

A partir dos anos 1990, vários estudos, com base principalmente nos resultados do censo demográfico de 1991, vêm assinalando o início de um

processo de dispersão que reverte o modelo concentracionista verificado nas regiões metropolitanas brasileiras até os anos 1970 (MARTINE E DINIZ, 1991; MARTINE, 1995; SANTOS, 1993; AZZONI, 1995; BAENINGER, 1998). O resultado dessa inversão vem sendo apontado como uma contínua e crescente reestruturação² do espaço urbano, que se expressa pela desconcentração das atividades econômicas, no que tange à sua localização espacial, pela diminuição do crescimento populacional nos grandes centros e pela formação de novos centros regionais, que alteram o padrão concentrador das metrópoles, verificado até o final dos anos 1970. Esse processo de reestruturação espacial em curso permite que a base produtiva industrial e agrícola se desenvolva a partir de novos e diferentes pólos regionais, viabiliza a expansão dos serviços de saúde, educação, lazer e de consumo coletivo por todo o território e contribui para aumentar a importância dos centros urbanos (SANTOS, 1993).

O estado do Rio Grande do Sul, até o início da década de 1970, também manteve a tendência histórica à concentração espacial das atividades econômicas no entorno central da Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA. Essa concentração econômica gerou, no mesmo período, um processo de concentração populacional impulsionado principalmente pelos movimentos migratórios que se formaram, atraídos pela concentração espacial das atividades econômicas. A partir dos anos 1980, uma relativa dispersão vem configurando um processo de reversão desse modelo anterior, que concentrou o crescimento econômico e populacional num único pólo e no seu entorno mais próximo (BANDEIRA, 1995). A reversão da polarização impulsionou a descentralização do

² O termo reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma ruptura nas tendências de longo prazo e de mudança em direção a uma nova configuração significativamente diferente de uma anterior (SOJA, 1993: 193).

espaço urbano regional, o que não implicou a perda da primazia ou o esvaziamento da metrópole. Contudo, a desconcentração que se estabeleceu a partir dos anos 1980, permitiu que outros centros urbanos se consolidassem no interior do Estado e assumissem posições e papéis antes existentes apenas na metrópole.

Os estudos realizados a partir dos anos 1980, para o estado do Rio Grande do Sul, além de assinalarem a emergência de uma nova organização espacial das atividades econômicas, configuraram, também, uma nova problemática com relação à abordagem do processo migratório. Até a década de 1970 a análise migratória enfatizava uma clara relação entre concentração urbana e evasão de migrantes do meio rural, principalmente no contexto metropolitano, decorrentes da mecanização das atividades agrícolas e da expansão das atividades industriais (SINGER, 1980); nesse cenário mais recente, com as cidades de porte médio constituindo uma importante parcela do dinamismo econômico regional, a análise do fenômeno migratório ganhou novas especificidades: mudaram a direção, a intensidade e, principalmente, a composição dos movimentos. Portanto, a primeira questão a ser considerada na análise desse novo processo é se a distribuição das atividades econômicas prevalece na explicação das mudanças dos fluxos migratórios e, caso a resposta seja afirmativa, que particularidades encerra com relação às características populacionais das diferentes regiões.

No que concerne às variáveis populacionais, é possível inferir, a partir das considerações anteriores que, quanto mais o espaço urbano se reestrutura, tanto mais exigente se torna em relação à eficiência dos processos produtivos, o que implica, para as regiões com uma economia mais dinâmica, a

determinação de padrões mais elevados com respeito à qualificação da mão-de-obra, principalmente o seu nível de escolaridade. Em algumas regiões a expansão dos serviços urbanos, em vários setores, deverá exigir uma parcela cada vez maior de mão-de-obra com escolaridade mais avançada e perfil etário mais jovem. Portanto, as características populacionais que devem ser acompanhadas na análise desse novo cenário migratório são a situação de residência (nas cidades e fora das cidades), a estrutura ocupacional segundo os setores de atividade, o grau de escolaridade e a composição etária da população.

3. A definição e o tratamento dos dados

Reconstruir processos históricos de longo ou de médio prazo requer, em geral, um grande esforço de busca de informações e de ajustes metodológicos que muitos pesquisadores nem sempre se permitem enfrentar. Essa reconstrução só se tornou possível em função da existência de um enorme acervo de dados acumulados ao longo de vários anos no Brasil, principalmente aqueles oriundos dos censos demográficos.

Para verificar a distribuição da população nas regiões metropolitanas no Brasil e nos espaços regionais no Rio Grande do Sul foram utilizados dados populacionais de três períodos censitários: 1980, 1991 e 2000. No caso do Rio Grande do Sul, especificamente, as categorias selecionadas para a análise dos movimentos populacionais foram a situação de residência, a estrutura ocupacional, a escolaridade e a composição etária da população.

A análise dos movimentos populacionais ao longo do tempo exige a construção de séries históricas e torna indispensável a compatibilização de dados que, em períodos mais longos, podem sofrer alterações conceituais.

No que concerne à categorização das informações, os dados censitários, no âmbito municipal, apesar das alterações verificadas em algumas variáveis, foram perfeitamente compatibilizados para o período delimitado pela pesquisa. Contudo, esses mesmos dados não apresentavam comparabilidade geográfica, em âmbito municipal, ao longo do tempo, em função da grande quantidade de emancipações³, que alterou a área física da maioria dos municípios do Rio Grande do Sul nesse mesmo período. Para solucionar o problema da comparabilidade geográfica, optou-se, como recurso metodológico, pela construção de regiões de análise tomando como base as 35 microrregiões geográficas⁴ instituídas pelo IBGE, para o Rio Grande do Sul, em 1990. Para viabilizar essa construção foi necessário redistribuir os municípios novos, criados após o censo demográfico de 1980, nas suas respectivas áreas de origem e, em seguida, adequar essas novas áreas às microrregiões geográficas. Esse processo gerou, para o Rio Grande do Sul, 21 regiões comparáveis⁵ ao longo dos períodos considerados.

Pretende-se que essa organização regional sirva de base para os dados que serão levantados pelos censos futuros, para que se possa acompanhar a evolução dos movimentos populacionais, ao longo do tempo,

³ Em três décadas, de 1970 a 2000, o número de municípios no Rio Grande do Sul passou de 232 para 467, um aumento de 101,3% (IBGE, 1991: 276).

⁴ As Microrregiões geográficas foram instituídas pelo IBGE em 1990, a partir de dois indicadores básicos: a estrutura da produção e a interação espacial (IBGE, 1990: 10).

⁵ Esse processo está detalhado no capítulo 2. Questões metodológicas itens: 2.2, 2.3 e 2.4.

compreendê-los melhor e, com isso, fornecer subsídios para formulação de políticas públicas no campo das migrações internas, no contexto regional.

Com relação às regiões metropolitanas no Brasil, a análise dos dados seguiu uma linha mais sincrônica, portanto sem necessidade de haver comparabilidade geográfica ao longo do tempo.

Se a estruturação do espaço urbano metropolitano foi condicionada pelo processo de concentração das atividades econômicas e da população, a dispersão certamente condicionará a reestruturação desse mesmo espaço. Logo, para entender as relações que se estabelecem entre as migrações internas e a distribuição espacial das atividades econômicas no espaço regional contemporâneo, será necessário compreender *a priori* como vêm se reestruturando os espaços metropolitanos no Brasil; ou seja, a compreensão do fenômeno migratório nos espaços metropolitanos será condição essencial para o entendimento dos fenômenos locais.

4. A estrutura da dissertação

Esta dissertação foi organizada em três capítulos. O primeiro trata da relação das migrações internas com a organização do espaço regional e foi desenvolvido a partir de três pontos fundamentais para a compreensão da mobilidade territorial da população no contexto urbano recente: o primeiro enfoca as migrações internas e a distribuição espacial das atividades econômicas no espaço regional do Brasil e do Rio Grande do Sul; o segundo sintetiza as principais abordagens teóricas envolvidas com o estudo das migrações internas; e o terceiro apresenta algumas considerações a respeito dos processos de

regionalização, de particular importância para o estabelecimento do contexto interpretativo em que foi desenvolvida esta análise. O capítulo segundo aborda os aspectos metodológicos utilizados para a organização e a consistência dos dados, considerados a partir de uma metodologia que dividiu o estado do Rio Grande do Sul em 21 regiões de análise e as caracterizou, segundo o crescimento populacional, como regiões de expansão ou de evasão e, no que concerne à estrutura ocupacional, como regiões urbanas ou agrícolas. Finalmente, o terceiro capítulo focaliza os novos cenários da desconcentração urbana no contexto das regiões metropolitanas do Brasil e, particularmente, no espaço regional do estado do Rio Grande do Sul, destacando a situação de residência (nas cidades e fora das cidades) e a composição etária para a população total e, para a população em idade ativa (com mais de dez anos de idade), a distribuição ocupacional por setor de atividade e o grau de escolaridade, levantados pelos censos demográficos de 1980, 1991 e 2000 do IBGE.

Capítulo 1: As migrações internas e a organização do espaço regional

Diversas abordagens no domínio das ciências sociais, em diferentes campos de pesquisa, têm procurado explicar as transformações espaciais, econômicas e populacionais que vêm ocorrendo no Brasil, tanto no âmbito das regiões metropolitanas quanto do conjunto da rede urbana nacional ou regional. Trata-se, portanto, de um tema que não pode ter seu estudo restrito a uma determinada especialidade científica. É necessário inseri-lo num campo interdisciplinar, que leve em consideração as tendências e as especificidades assumidas pelo processo de reestruturação espacial em curso. É com esse objetivo, procurando compreender como se dá a interrelação dos fatores econômicos e sociais subjacentes ao processo migratório, que este capítulo foi subdividido em cinco itens: o primeiro discorre sobre as migrações internas e a distribuição espacial das atividades econômicas no Brasil e no Rio Grande do Sul; o segundo reúne as principais abordagens teóricas que têm procurado explicar as migrações internas ocorridas no país: a abordagem da industrialização com ênfase na teoria da modernização e no enfoque histórico-estrutural, e a abordagem da urbanização, que contempla os processos mais gerais de transformação do espaço urbano regional; o terceiro trata da formação e da caracterização das regiões de análise, de fundamental importância na constituição dos cenários migratórios no Rio Grande do Sul; o quarto especifica o objeto de estudo a partir das considerações anteriores; e o quinto e último item delimita as hipóteses e estabelece as questões que esta dissertação se propõe a responder.

1.1. As migrações internas e a distribuição espacial das atividades econômicas

O Brasil, desde o período colonial até o final do século XIX, não conseguiu formar um território totalmente integrado. Cada espaço regional evoluía segundo lógicas próprias estruturadas, em grande parte, por suas relações com a economia mundial. Segundo Martine (1994) os vários ciclos exportadores produziram uma regionalização descentralizada e com pouca interdependência.

“A distribuição da população sobre o território refletia as características dos diversos ciclos econômicos. Sendo estes ciclos voltados para o exterior e desarticulados entre si, não promoviam a integração econômica; também não estimulavam trocas populacionais, e conseqüentemente a migração entre as distintas regiões era escassa. Nessas circunstâncias, o Brasil era uma sociedade rural/primária, constituída de ilhas regionais desconectadas” (MARTINE, 1994: 42).

A ligação entre produção econômica e movimentos populacionais no Brasil foi, durante muito tempo, estreitamente influenciada pelos vários ciclos exportadores. O início de cada ciclo econômico alterava a direção dos movimentos populacionais e, por conseguinte, o cenário sociodemográfico de cada região. Assim como a economia do açúcar concentrou a riqueza e a população no Nordeste brasileiro, o ouro e o café redistribuíram a população para o Sudeste. Cada um dos diferentes ciclos exportadores beneficiou a ocupação demográfica de uma nova região e, também, a criação de novas cidades (MARTINE E DINIZ, 1991). A articulação das diferentes regiões do país em um sistema minimamente integrado inicia na primeira metade do século XX. O rápido crescimento da economia cafeeira, entre 1880 e 1930, se por um lado criou fortes

discrepâncias regionais, por outro dotou o Brasil de um sólido núcleo em São Paulo, em torno do qual as demais regiões tiveram que necessariamente articular-se (FURTADO, 1986). Esse processo de articulação segundo Furtado (1986), começou com o Rio Grande do Sul:

“Por uma feliz circunstância a região rio-grandense - culturalmente a mais dissímil das demais zonas de povoamento - foi a primeira a beneficiar-se da expansão do mercado interno induzida pelo desenvolvimento cafeeiro (...) Tanto o Uruguai como a Argentina aumentaram fortemente as suas vendas ao Brasil na fase da expansão cafeeira. Os rio-grandenses tiveram a seu favor a tarifa, e durante toda a primeira metade do século lutaram para substituir-se aos concorrentes do sul (...) A partir da segunda metade dos anos vinte, o sul do país passa a representar um mercado mais importante para o Nordeste (não incluída a Bahia) que o exterior” (FURTADO, 1986: 237).

Após 1930, o padrão de crescimento econômico do Brasil muda com deslocamento do foco do setor agroexportador para o urbano-industrial e, ao mesmo tempo, o deslocamento da produção do mercado externo para o mercado interno. Essa alteração no padrão de crescimento econômico provocou, simultaneamente, a migração para as cidades e a expansão das fronteiras agrícolas de São Paulo para o Paraná, Mato Grosso do Sul e partes de Minas Gerais e Goiás. A quebra da economia rural dispersou milhares de trabalhadores do campo: alguns acompanharam a expansão das fronteiras agrícolas, engrossando o contingente de trabalhadores itinerantes e outros se somaram aos fluxos migratórios iniciais com destino urbano (MARTINE E DINIZ, 1991). Começa, nesse período, a partir de São Paulo, um processo de desconcentração da produção agrícola e uma intensificação do processo de concentração urbano-

industrial. Entre 1920 e 1950 a participação de São Paulo no total das pessoas ocupadas no setor industrial do Brasil cresceu de 29,1% para 38,6% (FURTADO, 1986).

Ao mesmo tempo em que as fronteiras agrícolas se expandiam, a mecanização do campo se intensificava, reduzindo a estabilidade da ocupação, até então garantida pela pequena produção, com influência direta no aumento da migração rural-urbana. As estimativas produzidas por Martine (1987) mostram que durante as décadas de 1940 e 1950 no Brasil, aproximadamente 10 milhões de pessoas saíram das áreas rurais para as cidades. Para Martine (1987) a questão central que esteve na raiz do êxodo rural, iniciado no período pós-guerra, foi o processo de mecanização da produção agrícola, que levou a uma redução do espaço físico e social disponível para os pequenos produtores que faziam uma utilização intensiva de mão-de-obra familiar. “A desestruturação sistemática dessa categoria pela capitalização do campo provocou um descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho rural e o crescimento das oportunidades de trabalho no campo” (MARTINE, 1987: 63).

Além do campo, outros setores da economia como transportes e comunicações também foram modernizados. A expansão da malha ferroviária e rodoviária melhorou a comunicação intra e entre regiões, contribuindo, também, para a intensificação da migração rural-urbana. Outro aspecto importante que influenciou o crescimento das áreas urbanas foi a introdução de melhorias nas condições básicas de saúde e saneamento, que elevaram o crescimento vegetativo (diferença entre natalidade e a mortalidade) aos níveis mais altos alcançados até então.

A partir dos anos 1950, com a interligação das estradas de rodagem e a construção das redes de comunicação, viabilizou-se a completa integração regional do território brasileiro. A economia cresceu em tamanho e complexidade, com destaque para dois ciclos de crescimento particularmente importantes: o período de industrialização, via substituição de importações, entre os anos 1950 e meados da década de 1960, caracterizado pela ênfase dada à produção interna de bens e produtos anteriormente importados; e o período de abertura da economia, via exportações, após os anos 1960, com reflexos na diversificação do crescimento industrial e na integração mais estreita com a economia mundial (WOOD E CARVALHO, 1994).

Essa análise inicial mostra que, de modo geral, os movimentos populacionais e a distribuição espacial das atividades econômicas guardam estreitas relações entre si. Segundo Martine (1995), a população costuma deslocar-se para determinadas regiões em função das mudanças na configuração espacial do dinamismo econômico regional. Dos anos 1950, até a década de 1980, a organização do espaço brasileiro foi ditada pela progressiva concentração da população nas grandes cidades, principalmente nos núcleos metropolitanos, em geral os pólos mais dinâmicos das economias regionais. Entretanto, a partir dos anos 1980, mudanças significativas no ritmo de crescimento populacional nos espaços metropolitanos vem indicando uma relativa reversão dos movimentos migratórios, como destaca Martine (1995):

(...) a taxa de crescimento dos municípios núcleos de várias Regiões Metropolitanas (as mais importantes) ficou abaixo do seu provável crescimento vegetativo; esse é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Nessas cidades, portanto, houve uma emigração líquida negativa a partir do município núcleo para os

municípios periféricos e para fora da Região Metropolitana” (MARTINE, 1995: 82).

Nesse cenário recente, um dos elementos mais importantes é a reorientação dos fluxos migratórios, contrariando tendências históricas de concentração espacial econômica e populacional. Portanto, a questão central a ser considerada na análise desse novo processo é se a distribuição das atividades econômicas prevalece na explicação da nova direção dos fluxos migratórios.

A importância do estudo das migrações internas para a compreensão dos fenômenos regionais é fundamental. Contudo, a partir da década de 1980, houve um declínio do número de estudos sobre migrações, internas como se o tema tivesse perdido importância diante da modernização do país e não pudesse mais ser compreendido como fenômeno social. No entanto, como afirma Barcellos (1995a: 296), "as migrações são elementos imprescindíveis para a compreensão do processo de urbanização e de suas perspectivas, bem como dos contornos assumidos recentemente pela problemática urbana".

No Brasil, a década de 1970 pode ser considerada como a dos anos de ouro da pesquisa sobre migrações internas no país (HASENBALG, 1991). Nesse período o Ministério do Interior (MINTER) desempenhou um papel importante de fomento à pesquisa, através da criação do Programa de Pesquisas sobre Migrações Internas. Magalhães (1980), na apresentação de uma coletânea de artigos sobre as migrações internas ocorridas até os anos 1970, na região Nordeste do Brasil, já fazia menção à grande quantidade de estudos produzidos sobre o fenômeno migratório no país:

“O fato é que os primeiros anos setenta já viram surgir no Brasil grande quantidade de estudos dedicados à migração interna, de qualidade bastante variada, enfoques e abordagens multifários, baseados em diferentes marcos teóricos e fazendo uso de instrumentos de análise e de coleta de dados bastante diversificados. Hoje, quase ao final da década, não é exagero afirmar que o estudo da migração interna, em nosso país, vem superando em interesse e quantidade o das demais variáveis demográficas” (MAGALHÃES, 1980: 10).

Todavia, o que se observa partir dos anos 1980 é uma diminuição no interesse e no número de pesquisadores preocupados com esse tema, apesar da grande quantidade de informações produzidas pelos censos demográficos, nesse período.

Martine e Neupert (1988) realizaram um levantamento sobre 95 trabalhos que abordaram a temática das migrações internas, produzidos entre 1978 e 1986 no âmbito da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP. Segundo a origem das informações utilizadas, 58 desses trabalhos utilizaram os censos demográficos e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD do IBGE como fontes. Dos temas enfocados o maior número refere-se ao volume e às características da migração; o segundo grupo de trabalhos focalizou as colonizações e os assentamentos rurais; e houve ainda um outro grupo de estudos que privilegiou a análise dos métodos de mensuração dos dados migratórios. Praticamente não houve alusão às migrações internas de origem e destino urbanos. Quanto ao plano geográfico, a maioria enfocou as regiões Norte, Nordeste e a região Amazônica, apenas três trabalhos são da região Sul. A grande maioria desses estudos concentrou-se na década de 1970 e muito poucos na década de 1980. Dentre os trabalhos catalogados por Martine e Neupert, nenhum enfoca a região Sul do Brasil, durante a década de 1980.

Com relação às fontes de dados, tem havido nos censos demográficos brasileiros, desde 1970, um esforço continuado do IBGE no sentido de ampliar e aperfeiçoar as informações referentes às migrações internas. O Censo de 1991 introduziu vários quesitos importantes, que vão possibilitar um salto de qualidade na análise sobre as migrações internas em todo o Brasil, principalmente as de origem e destino urbanos. Segundo Carvalho (1992), em nenhum outro país do mundo foi disponibilizada tamanha diversidade de informações sobre o tema, o que possibilita um conhecimento aprofundado e detalhado dos movimentos migratórios, assim como dos avanços metodológicos sobre questões que são objeto de debate em plano internacional. Contudo, ainda persistem alguns problemas no que diz respeito à compatibilização dos dados entre os diversos períodos censitários em função das alterações conceituais e da crescente fragmentação do território provocada pelas emancipações municipais, principalmente no estado do Rio Grande do Sul. As dificuldades de acesso ou de manuseio das informações sempre geram um certo desinteresse pelo tema. Além disso, o surgimento de novos temas, como a violência urbana, o desemprego, o envelhecimento populacional, também contribuíram para desviar a atenção dos estudiosos da temática migratória.

No Rio Grande do Sul, a extinta Superintendência de Desenvolvimento do Extremo Sul (SUDESUL) desempenhou um papel análogo ao do MINTER, concentrando o interesse nos movimentos migratórios de origem rural ocorridos principalmente na década de 1970.

Na segunda metade da década de 1980, Sanson (1986), em trabalho realizado através do Convênio entre a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos - EBTU e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS,

discorre sobre os primeiros estudos que indicavam as possíveis alterações na concentração do espaço urbano no Rio Grande do Sul e no Brasil:

"Embora as forças que conduzem à concentração industrial e populacional em alguns poucos centros urbanos sejam bastante fortes, há evidências que alguma desconcentração em favor das cidades médias já está ocorrendo. Rizzieri (1982, Cap. 1) junta evidências de que uma certa desconcentração em favor de cidades médias já é observável nas vizinhanças das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Redwood (1984) vai mais longe e mostra que as áreas metropolitanas e as cidades intermediárias fora do eixo Rio-São Paulo são atualmente muito mais dinâmicas, tanto demográfica como economicamente, do que aquelas duas áreas metropolitanas" (SANSON, 1986: 5).

Referências semelhantes encontram-se nos estudos da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul - FEE/RS. Inicialmente, em trabalho que analisou os aspectos demográficos e suas relações com o desenvolvimento econômico do Estado, os pesquisadores da FEE/RS afirmam que, no caso do Rio Grande do Sul, o movimento migratório urbano-urbano, no final da década de 1970, já era de maior volume em relação aos demais movimentos rural-rural e rural-urbano, o que indicava uma visível diminuição do êxodo rural (FEE, 1977). Posteriormente, em trabalho que analisa as características do processo de urbanização no Rio Grande Sul durante a década de 1980, aparecem novas evidências:

"(...) as cidades médias (entre 50.000 e 200.000 habitantes) cresceram tanto em número quanto em relevância, do ponto de vista da participação na população urbana. Nesse intervalo, havia apenas duas

idades, em 1950, que absorviam 19,17% da população das cidades com mais de 20.000 habitantes, enquanto, em 1980, temos 20 cidades compondo a significativa proporção de 46,74%. Tais constatações indicam a predominância das cidades de porte médio em relação ao crescimento urbano do Estado, o que nos leva a pensar na presença de uma possível desconcentração do sistema urbano gaúcho" (OLIVEIRA et al, 1990: 143-144).

Um dos trabalhos mais recentes sobre a temática das migrações internas, para o Rio Grande do Sul, é o de Barcellos (1995b), que também aponta uma relativa ruptura na tendência histórica do êxodo rural e da concentração populacional e econômica em grandes cidades:

"Primeiramente, é necessário ressaltar a redução do ritmo de queda da população rural do Estado. A população rural, que continuou com taxas negativas de crescimento, decresceu em ritmo menos intenso, ou seja, provavelmente migrou menos do que havia feito nas décadas de 1960 e 1970. Em segundo lugar, verificamos que, no período 1980-91, ocorreu no estado uma certa desconcentração, não só da população como da economia, relativamente à década anterior" (BARCELLOS, 1995b: 153).

O surgimento e o desenvolvimento de novos pólos regionais, além dos limites metropolitanos, vem conferindo importância crescente aos movimentos populacionais e à interação desses com a distribuição espacial das atividades econômicas. Em relação ao crescimento industrial, especificamente, Bandeira (1995) considera que, na RMPA, ao longo das duas últimas décadas, verificou-se uma "desconcentração concentrada", análoga à verificada no conjunto das regiões metropolitanas do país por Guimarães Neto (1995). O núcleo da RMPA

vem perdendo importância relativa no contexto industrial em benefício de outras regiões localizadas, contudo, próximas do entorno metropolitano; decorre daí a qualificação de "concentração concentrada".

Portanto, esse novo cenário que se estabelece no espaço urbano regional contemporâneo precisa ser investigado, a partir de um enfoque interdisciplinar, que desvende as novas especificidades espaciais que surgem no contexto contemporâneo, e a forma como elas interagem com os movimentos populacionais. Este é o propósito do próximo ponto, em que estão resenhadas as principais abordagens teóricas pertinentes ao processo migratório.

1.2. As pesquisas sobre migrações internas

Em linhas gerais destacam-se duas abordagens que procuram explicar as migrações internas e suas interações com as transformações que vêm ocorrendo no espaço urbano regional: a abordagem da industrialização, com ênfase nos migrantes e nos movimentos migratórios de origem rural; e a abordagem da urbanização, que contempla os processos especificamente urbanos e sua relação com as transformações mais gerais que vêm ocorrendo na estrutura socioeconômica do campo e das cidades.

1.2.1. A abordagem da industrialização

Essa abordagem considera as migrações internas como um dos mecanismos básicos do processo de transformação de estruturas agrárias em estruturas industriais, constituindo o componente principal dos processos de urbanização e crescimento das cidades (OLIVEIRA E STERN, 1980).

Oliveira e Stern (1980) distinguem dois enfoques que procuram explicar as migrações internas no processo mais geral de transformação socioeconômica de uma estrutura social agrária em uma estrutura industrial.

No enfoque da modernização, a migração interna é vista como um dos processos fundamentais da mobilidade social que constitui o eixo principal para a transformação das sociedades tradicionais em sociedades modernas. Segundo Oliveira e Stern (1980), a maioria das análises sociológicas sobre migrações internas baseia-se no marco teórico da modernização. O foco dessa análise diz respeito à transição de uma sociedade tradicional para uma economia urbano-industrial, que entendem como moderna, destacando os aspectos

psicossociais do fenômeno no sentido de responder que motivações têm as pessoas para migrar. Que fatores intervêm nessa decisão? Como operam, por um lado, a desorganização das sociedades tradicionais e, por outro, a imagem da sociedade moderna como condicionantes do processo migratório? As análises segundo esse enfoque têm se restringido ao aspecto da motivação na decisão de migrar e à adaptação do migrante no meio urbano, limitando, dessa forma, o seu poder explicativo.

No segundo enfoque, histórico-estrutural, a migração aparece como consequência do processo de desenvolvimento capitalista da sociedade. Esse enfoque assume como hipótese fundamental a relação entre o processo migratório e a expansão industrial. O trabalho pioneiro no Brasil, e até hoje referido, é o de Singer (1976), que considerou as migrações internas como um fenômeno social de grande significado na vida das nações: "As migrações são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudanças, do qual elas não devem ser separadas" (SINGER, 1980: 217).

Para Singer (1980) o processo de industrialização no Brasil ocorreu, de maneira geral, nos centros urbanos comerciais que já possuíam parte considerável da infraestrutura que a indústria precisava para se implantar. Uma grande variedade de novos serviços (de educação, finanças, contabilidade, etc.) foram surgindo a partir da industrialização desses centros urbanos. Essa aglomeração espacial das atividades econômicas parece ter sido motivada por uma exigência da industrialização (necessidade de utilização, em escalas cada vez maiores, de infraestrutura básica como energia, vias de transporte, comunicação, etc.) e o crescimento das escalas de produção, que, por sua vez, acarretou uma concentração espacial da população cada vez mais acentuada.

Singer (1980) considera que a industrialização reestrutura as atividades econômicas, tanto espacial quanto setorialmente, transferindo, muitas vezes, atividades antes localizadas no setor rural para estabelecimentos especializados no meio urbano-industrial, o que facilitaria o aumento das escalas de produção.

Essa transferência de atividades e de população do campo para a cidade tende a se dar em favor de algumas regiões estratégicas, onde já existe um processo mais avançado de urbanização, esvaziando outras regiões e gerando desequilíbrios regionais que se agravam na medida em que a concentração espacial das atividades cresce.

Para Singer (1980), os fatores de atração, da migração rural-urbana, associavam-se aos requerimentos de mão-de-obra decorrentes da expansão das atividades industriais, e os fatores de expulsão eram decorrentes da penetração do capitalismo no campo através da mecanização da produção agrícola.

Nessa perspectiva de análise, Martine (1989 e 1991) considera que a tônica da reorganização do espaço brasileiro, durante os anos 1960 e 1970, foi a concentração progressiva da população e da indústria em cidades cada vez maiores. Esse autor insere, também, a ação do Estado, como um componente importante na explicação do processo migratório, ao considerar que a distribuição espacial da população também é resultante, em última instância, da forma como se organizam as atividades econômicas numa sociedade e que esta organização obedece, também, ao conjunto de decisões tomadas com relação à localização das atividades econômicas, seja no plano da iniciativa privada, seja no plano do poder público. Dessa forma, o Estado teria um grande poder, direta ou indiretamente, de influenciar como, onde, o que, e para quem se vai produzir. No entanto, Martine (1991) observa que, embora a ação do Estado possa influenciar

a localização das atividades econômicas, sabe-se que a estrutura espacial, econômica e populacional que emerge nesse final de século segue, preponderantemente, a lógica e o interesse das firmas de um determinado espaço regional, vis-à-vis a necessidade de expansão dessas firmas. Martine (1991), ao analisar a recente inversão do padrão histórico de concentração econômica e populacional no Brasil, reafirma esse argumento:

"o fenômeno é análogo ao movimento mundial do capital produtivo através do interesse das multinacionais. Assim o impacto das políticas de descentralização e desconcentração, ou das políticas de desenvolvimento regional, não deve ser exagerado. Ainda que algumas políticas públicas possam ter ajudado a acentuar o processo de desconcentração, a maioria das mudanças ocorreu principalmente em resposta às necessidades específicas do processo de acumulação a um dado estágio de maturidade" (MARTINE, 1991: 127).

Alguns pontos relevantes que surgem a partir desse enfoque devem ser destacados. Primeiro, a migração deve ser vista como um processo social inter-relacionado com outros processos globais. Segundo, a análise deve ser referida historicamente, como forma de perceber de que maneira configuram-se os processos migratórios ao longo do processo de desenvolvimento socioeconômico. E, por último, as causas das migrações devem ser buscadas juntamente com a análise da estrutura espacial, econômica e populacional do contexto regional em que ocorrem.

Com respeito à atuação do Estado, não é possível explicar as aglomerações espaciais da indústria, durante a década de 1970, referidas por Singer (1980), nem a desconcentração econômica e populacional, a partir da

década de 1980, referida por Martine (1991), sem também associá-las a algum tipo de política setorial pública que, em geral, beneficiou algumas regiões específicas em detrimento de outras. Embora não faça parte do objeto deste estudo, é importante considerar que as políticas de incentivos fiscais têm ampliado a disputa pela localização das atividades econômicas, não só entre as unidades da federação, mas também entre as localidades, com a multiplicação de estratégias municipais de atração industrial. A disputa pela localização das indústrias automotivas, nos últimos anos, no Brasil e particularmente no Rio Grande do Sul, nos casos da Ford e da General Motors, ilustra esse argumento.

1.2.2. A Abordagem da Urbanização

Hasenbalg (1991) define a área de estudo da urbanização, em sentido estrito, como aquela que se ocupa:

- "a) do ritmo de crescimento da população urbana e de seus componentes, migração e crescimento vegetativo;
- b) da maneira como se dá o processo de urbanização, particularmente no que se refere à distribuição da população urbana por uma rede ou sistema de cidades; e
- c) dos processos de diferenciação econômica e social dessa população urbana" (HASENBALG, 1991: 10).

Uma ampla gama de pesquisadores de diferentes campos de pesquisas tem se debruçado sobre a problemática urbana. Gottdiener (1990), ao analisar a reorganização sócio-espacial ocorrida nos Estados Unidos, após os anos 1950, chama a atenção para o aspecto multidisciplinar que vem se destacando nos estudos urbanos mais recentes:

"Uma recente explosão da literatura na área de estudos urbanos volta-se para a problemática da reestruturação sócio-espacial. Essa formulação mais contemporânea da questão urbana ultrapassa as divisões acadêmicas tradicionais e inclui contribuições da sociologia urbana, geografia, economia, ciência política e planejamento regional" (GOTTDIENER, 1990: 59).

Esse mesmo autor destaca que, a partir dos anos 1950, nos EUA, o espaço no entorno das áreas urbanas adquiriu uma nova forma. A antiga região metropolitana, com uma clara divisão entre campo e cidade e com um núcleo forte e bem demarcado, tornou-se a região metropolitana espalhada, com vários centros e várias esferas de influência, gerada por um processo de desconcentração em grande escala:

"A desconcentração é um fenômeno geral de todos os assentamentos urbanos, a despeito da sua prosperidade econômica, e implica um nivelamento tanto das densidades sociais, por meio da expansão da região metropolitana a partir de uma concentração urbana prévia. Pela sua própria natureza, a desconcentração abrange tanto a reestruturação de áreas anteriormente agrícolas e recreativas, tornadas subúrbios, e a reestruturação das áreas centrais para se ajustarem à dispersão da população e das atividades econômicas. Portanto, a desconcentração ocorre nos dois extremos de uma região metropolitana em expansão e multicêntrica" (GOTTDIENER, 1990: 59).

Soja (1993), ao analisar a reestruturação espacial norte-americana, também enfatiza esse processo mais generalizado de desconcentração populacional e econômica nos EUA:

"Mais do que nunca na história norte-americana recente, a população e a indústria têm se deslocado para cidades menores e áreas rurais,

evocando o que alguns denominaram de 'grande reviravolta não-metropolitana', outro dos traços característicos atribuídos ao processo contemporâneo de reestruturação" (SOJA, 1993:252-3).

No Brasil, as análises mais recentes sobre os deslocamentos populacionais, baseadas nas informações reveladas pelos últimos censos demográficos, vêm precisamente da área de estudos urbanos, embora o seu objeto de análise não privilegie, estritamente, os processos migratórios.

Vários autores, de geógrafos e urbanistas (SANTOS, 1993 e 1995; FAISSOL, 1994; DAVIDOVICH, 1992 e 1994; LENCIONI, 1994; SOUZA, 1995; PANIZZI, 1990 e 1995), a sociólogos (FARIA, 1988; MARTINE, 1995; GONÇALVES, 1995; BAENINGER, 1998) e economistas (CANO, 1995; COUTINHO, 1995; AZZONI, 1995) têm apontado o aparecimento de mudanças nas características mais gerais dos deslocamentos populacionais, no contexto urbano recente, onde as atividades econômicas, que passam por um processo de reestruturação de sua base espacial, têm exercido um papel fundamental. Essa reestruturação espacial tem sido analisada a partir do processo, cada vez mais intenso, de dispersão das atividades econômicas, que tem se desenvolvido principalmente no contexto urbano metropolitano, gerando um processo de desconcentração e conseqüente reorganização do espaço urbano.

Lencioni (1994) alerta, no entanto, que desconcentração e descentralização constituem processos distintos. É provável que muito da dispersão espacial em curso, no Brasil, esteja vinculada a processos de centralização do capital e do poder decisório, os quais, sustentados pela crescente extensão das redes de telecomunicação e informatização, tendem a se localizar junto às cidades centrais. Santos (1994) considera que, a partir dos anos

1970, a urbanização no Brasil ganhou um novo conteúdo e uma nova dinâmica, consolidando, na fase atual, sobre territórios cada vez mais vastos, o que chamou de meio-técnico-científico, ou seja, a reconstrução ou reestruturação do espaço com um crescente conteúdo de ciências e de técnicas, onde as telecomunicações e a informatização exercem um papel fundamental. Isso permite que a base produtiva material, industrial e agrícola se desenvolva a partir de novos e diferentes pólos regionais. Permite a expansão das formas de produção não-material (como saúde, educação e lazer) e de consumo coletivo por todo o território, e amplia a terciarização, contribuindo para aumentar a escala da urbanização e a importância dos centros urbanos. Esse novo perfil da urbanização recente revela uma rede urbana cada vez mais diferenciada e complexificada:

“Houve um tempo em que se podia tratar a rede urbana como uma entidade, onde as cidades se relacionavam segundo uma hierarquia de tamanho e de funções. Esse tempo passou. Hoje, cada cidade é diferente da outra, não importa o seu tamanho, pois entre as metrópoles também há diferenças” (SANTOS, 1994:150).

Enquanto as cidades médias crescem em número, tamanho e forma, as metrópoles diminuem a velocidade do crescimento populacional e redefinem papéis e limites. Nesse contexto, as antigas relações de centro moderno desenvolvido e periferia dependente tendem a ficar ultrapassadas, abrindo espaço para o surgimento de uma nova configuração regional e uma nova polarização, diferente em conteúdo e forma, em que os pólos tradicionais passam a dividir a sua hegemonia socioeconômica com outros pólos emergentes, resultando numa organização territorial muito mais complexa. Como observou

Panizzi (1990) a respeito das repercussões decorrentes da reestruturação dos espaços metropolitanos durante os anos 1980:

“Uma dimensão comum a todas as regiões é o fenômeno da formação das grandes aglomerações. Estas últimas, em sua maioria, têm atualmente no próprio crescimento natural das populações seu vetor privilegiado de expansão, ofuscando - se assim pode-se dizer - o papel exercido durante longo tempo pelos fluxos de migrantes rurais. A contribuição destes últimos tornou-se efetivamente menos significativa para as metrópoles, não tanto do ponto de vista absoluto como do relativo, enquanto fator de crescimento. Paralelamente, tais fluxos redistribuem-se hoje de forma mais capilar através do conjunto da rede urbana, passando também a influenciar de maneira decisiva a evolução de núcleos de menor porte” (PANIZZI, 1995:5).

Para Baeninger (1988:67), essa nova territorialidade traduz-se em um novo contexto polarizado, marcado por “...intensos processos de redistribuição interna da população e de urbanização, com a constituição de pólos inter e intra-regionais e a redefinição dos papéis das áreas metropolitanas”.

Davidovich (1992: 20), a respeito das transformações verificadas nos espaços metropolitanos durante a década de 1980, observa que os decréscimos de população registrados pelas regiões metropolitanas “...são correntemente apontados como uma mudança no padrão hegemônico da metrópole no sistema urbano brasileiro”. Salienta, ainda, que essa constatação sinaliza uma nova espacialidade envolvendo, pelo menos, duas tendências principais: a da dissolução da estrutura centro-periferia metropolitana e a da dissolução de limites entre a região metropolitana e o seu entorno.

No que tange ao fenômeno migratório, a desconcentração não implica simplesmente um movimento de ida e volta, o que muda não é apenas o sentido e a direção, mas, também, a composição dos movimentos (BAENINGER, 1998).

Nessa perspectiva de análise, a evidência mais comum que se depreende dos diferentes autores é que essa tendência de reestruturação do espaço urbano, em expansão desde o final dos anos 1970, estabeleceu um processo de urbanização significativamente diferente daquele do período anterior, onde os limites regionais não se enquadram mais na antiga ordem monocêntrica.

Os fatores mais importantes a serem considerados na análise desse novo perfil da urbanização são: a desconcentração ou dispersão espacial das atividades econômicas; o redirecionamento ou reversão dos movimentos migratórios e a consolidação de novos pólos de expansão econômica e populacional, dentro e fora das fronteiras metropolitanas. Logo, a análise dessa nova configuração espacial só poderá ser bem sucedida se levar em conta os novos vínculos de integração que se estabelecem no cenário regional. Isso traz à tona a necessidade de articular a noção de regionalização, tratada no próximo item, que no cenário atual configura-se com uma dimensão importante e fundamental para a compreensão dos movimentos populacionais.

1.3. Espaço e regionalização

O termo região envolve sempre a conotação de extensões tanto no tempo quanto no espaço (GIDDENS, 1989). A análise dos fenômenos regionais exige, por conseguinte, duas dimensões explicativas: a temporalidade e a espacialidade dos fenômenos sociais. Analisá-los fora da história, portanto, não será possível. Quanto ao espaço, esse tem adquirido, ultimamente, uma renovada importância em função do crescente processo de integração produtiva do país, que desenha uma nova configuração do quadro urbano em todos os planos, do local ao nacional (KOUCHER, 2002: 31). Nesse sentido, para compreender as novas formas espaciais de redistribuição populacional que se estabelecem no espaço urbano contemporâneo, torna-se imperativo repensar o território e seus recortes regionais.

1.3.1 O conceito de região

A regionalização, segundo Giddens (1989), é um conceito que deve ser visto como desempenhando um papel destacado em teoria social:

“A regionalização é mais bem entendida não como um conceito totalmente espacial, mas como um que expressa o agrupamento de contextos no tempo-espaço. Como tal, é um fenômeno de importância decisiva para a sociologia, nos níveis teóricos e empíricos. Nenhum conceito ajuda mais a remediar as enganadoras divisões entre pesquisa “micro-“ e “macrossociológica”; nenhum conceito ajuda mais a rebater a suposição de que uma “sociedade” é sempre uma unidade com fronteiras nítida e definidas” (GIDDENS, 1989: 295).

Segundo Santos (1994:98), "(...) não há outra forma para a existência do todo social que não seja a forma regional", ou seja, a formação regional é sempre produto das relações sociais.

Se as relações sociais têm uma forma de existência material, é porque têm uma dimensão espacial, e uma dimensão temporal, histórica, o que não implica que determinados espaços estejam a priori disponíveis para este ou aquele uso ou ocupação. A análise de um espaço organizado, de uma região, ou de uma cidade deve levar em conta que esse espaço, em sua organização atual, nunca é um produto acabado, uma vez que está sempre sendo reorganizado.

Assim, para fazer uma análise socioeconômica de uma determinada região, deve-se levar em conta que, do ponto de vista político, essa região pode ser considerada como uma unidade espacial concretamente delimitada, porém nunca isolada em seus próprios limites, imune às influências externas e incapaz de exercer influências a partir de relações geradas no interior do seu próprio espaço (ANDRADE, 1984). A região aparece então como o produto das relações sociais intra e inter-regionais. Segundo Lipietz (1988a), o espaço politicamente delimitado pode, evidentemente, criar regiões: estados, províncias, departamentos, cidades, etc., porém, tais divisões, em geral, não são pertinentes quando o que está em questão são as relações socioeconômicas.

"A análise teórica de uma região econômica não pode ser limitada à evidenciação das relações 'sincrônicas' que a inserem numa estrutura inter-regional. Preciso é também procurar na 'diacronia', na história dessa região, aquilo que a tornou 'disponível' para desempenhar essa função. Vale dizer que a evidenciação dessa 'função' é apenas um aspecto da análise da realidade atual da região: é preciso analisá-la a partir de sua própria 'genealogia'" (LIPIETZ, 1988: 11).

Contudo, o lugar e o potencial econômico desses espaços dependem não só do papel de metrópole regional que podem desempenhar como, também, de suas funções de comandos transregionais. Assim, cada cidade e cada região passam a depender de uma série de interações não localizáveis num lugar preciso. Logo, cada cidade e cada região serão o produto dessas interações.

O desafio, portanto, que se estabelece na atualidade, com relação ao espaço regional, consiste em identificar novos recortes espaciais a partir dessas novas interações. Conforme aponta Santos (1994):

“É a partir desses novos recortes espaciais, dessas novas subdivisões do espaço, que devemos pensar as suas novas categorias analíticas, se não queremos falar apenas de um espaço total, seja o espaço total do ecúmeno, o espaço total da sociedade nacional, o espaço total de uma aglomeração urbana. Ora, a totalidade não se entende sem que seja, antes, subdividida “ (SANTOS, 1994:104).

Nesse sentido, a análise dos fenômenos regionais deve levar em conta que as velhas dicotomias rural-urbano, centro-periferia têm sido insuficientes para explicar as novas configurações que se estabelecem no espaço contemporâneo. Em vez disso, deve-se cada vez mais considerar os recortes espaciais como um complexo mosaico de interações, do ponto de vista da dinâmica econômica e populacional, que estão em constante transformação. A determinação de limites, por si só, pouco contribui para a compreensão dos nexos regionais. É necessário, portanto, construir novas caracterizações que possam dar conta desses novos cenários que se estabelecem no espaço urbano contemporâneo.

1.3.2. Regiões urbanas e regiões agrícolas

Até meados da década de 1970, podia-se falar de um Brasil dividido em áreas urbanas e áreas rurais com fronteiras bem nítidas. As chamadas áreas rurais concentravam produção agrícola ou agropecuária. As áreas urbanas, representadas basicamente pelas grandes cidades, dependentes da oferta de alimentos oriunda das áreas rurais, concentravam produção industrial e seus serviços diretos e indiretos. Essa relação, bem definida, entre o meio rural e o meio urbano-citadino, deu origem à conhecida dicotomia rural-urbano. A partir dos anos 1970, com a urbanização crescente e a modernização tecnológica da produção agropecuária, o território brasileiro passou por um processo global de transformação da sua estrutura produtiva. Nos espaços onde essa transformação foi mais intensa, as fronteiras das cidades e das chamadas áreas rurais foram ficando cada vez mais permeáveis (SANTOS, 1993). Segundo Graziano da Silva (1997), está cada vez mais difícil delimitar o que é urbano e o que é rural no espaço brasileiro:

“(...) do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural” (GRAZIANO DA SILVA, 1997:43).

Hoje, nas antigas áreas rurais, centenas de pequenos aglomerados rurais⁶ cresceram e se emanciparam, formando novas cidades⁷, a partir das demandas de um mundo rural que se moderniza rapidamente. Por outro lado, as grandes e médias cidades requerem produtos agrícolas que, com a modernização tecnológica, tendem a ser produzidos no seu interior ou em áreas contíguas.

Em relação às variáveis populacionais, as informações disponíveis consideram como urbana a população que reside nas áreas definidas como tal, por força de lei municipal, e como rural a população residente em áreas não urbanas. Ocorre que em muitas dessas áreas definidas como urbanas, a população residente depende, quase que exclusivamente, das atividades do mundo agrícola. E em muitas áreas rurais, existe uma grande parcela da população residente que depende das demandas do mundo urbano.

Conforme Santos (1993), pode-se dizer que hoje existem regiões agrícolas que contêm cidades adaptadas às suas demandas e regiões urbanas que contêm áreas agrícolas adaptadas às demandas das cidades.

"A *região urbana* tem sua unidade devida sobretudo à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferentemente se relaciona. A *região agrícola* tem sua unidade devida à inter-relação entre mundo rural e mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas

⁶ Aglomerado rural é um agrupamento de população considerado a partir de um conjunto de edificações adjacentes e com características de permanência, situado em área legalmente definida como rural, que forma: uma área continuamente construída com arruamentos reconhecíveis ou disposta ao longo de uma via de comunicação; um agrupamento de edificações com mais de 50 unidades domiciliares, número que estaria relacionado a um montante de população superior a 250 habitantes (Metodologia do censo demográfico 2000 / IBGE. - Rio de Janeiro : IBGE, 2003. P. 227).

⁷ Cidade é a localidade onde está sediada a Prefeitura Municipal. É constituída pela área urbana do distrito-sede e delimitada pelo perímetro urbano estabelecido por lei municipal (idem p. 223)

circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades" (SANTOS, 1993: 67).

Nas regiões agrícolas são as atividades primárias (agropecuárias) e seus serviços correlatos que condicionam as relações socioeconômicas das cidades. Já nas regiões urbanas são as atividades secundárias (industriais) e seus serviços diretos e indiretos que têm esse papel. Hoje, a cidade, que é o urbano por excelência, é também o lugar da regulação das atividades agrícolas e não agrícolas e pode estar contida tanto em regiões urbanas quanto em regiões agrícolas. Logo, aquela noção mais clássica de urbano e rural não será suficiente para a definição regional que este estudo pretende estabelecer.

O contexto interpretativo que surge, a partir dessa nova perspectiva regional, reflete uma estrutura espacial mais complexa e permite uma análise mais rica e mais abrangente dos movimentos populacionais.

1.3.3. Regiões de expansão e regiões de evasão populacional

Segundo Santos (1993) os movimentos de concentração-dispersão, próprios da dinâmica territorial, ganham expressões particulares ao longo do tempo. Em geral, num primeiro momento, as tendências à concentração, tanto econômicas quanto populacionais, costumam atingir poucos pontos no espaço. É o fenômeno recorrente da polarização. Mais recentemente, entretanto, as tendências à dispersão começaram a evidenciar-se e atingir espaços regionais mais diversificados.

Os movimentos populacionais, especificamente, podem ser explicados segundo o mecanismo de migração por etapas, definido por Faissol

(1994: 263-4): movimentos migratórios num primeiro momento, em direção a uma região central, de concentração e, com o inchamento desta, num segundo momento, um movimento de expansão para outras regiões, constituindo um processo de dispersão, característico da reestruturação recente do espaço urbano das principais regiões metropolitanas do Brasil. Os movimentos de concentração-dispersão geram, também, no outro extremo, algumas áreas de evasão com perdas populacionais absolutas.

A partir dessa dinâmica populacional foi possível reunir elementos para distinguir dois tipos característicos de regiões: as regiões de expansão ou de evasão populacional e as regiões urbanas ou agrícolas. Estas serviram como parâmetro para a caracterização regional que norteou o objeto de estudo e se constituíram em importantes ferramentas para a organização e a análise dos dados sociodemográficos do espaço regional do Rio Grande do Sul.

1.4. Especificando o objeto de estudo

Partindo das definições apresentadas por Singer (1980), pode-se afirmar que, até os anos 1970, o processo migratório no Brasil foi condicionado pela polarização econômica - onde o crescimento da atividade industrial nas áreas urbanas desempenhou um papel fundamental - gerando altas taxas de concentração e crescimento populacional, principalmente nos núcleos das regiões metropolitanas. Vale dizer que, historicamente, a concentração espacial das atividades econômicas e o crescimento populacional nos núcleos metropolitanos foram os fatores fundamentais na estruturação do espaço urbano regional. Essa foi a primeira fase do processo de urbanização do Brasil, iniciado no começo do século XX, quando o país ainda não tinha nenhuma cidade com mais de um milhão de habitantes.

A segunda fase da urbanização brasileira, que inicia no decorrer dos anos 1970 com a institucionalização das regiões metropolitanas e alcança o seu auge com a fragmentação do território, durante os anos 1990, será definida, para efeitos deste estudo, como o produto de uma reestruturação espacial apontada por Davidovich (1992:21) como a “dissolução da estrutura centro-periferia metropolitana”; por Santos (1993:81) como uma tendência a “desmetropolização, definida como a repartição com outros grandes núcleos de novos contingentes da população urbana”; por Panizzi (1995:10) como uma “nova territorialidade onde se destacam a constituição de pólos inter e intra-regionais e a redefinição dos papéis e das funções das áreas metropolitanas e dos centros urbanos maiores”; e por Baeninger (1988:67) como um “novo contexto polarizado” marcado pela “...

diversificação e a crescente importância dos deslocamentos populacionais nos processos de redistribuição espacial da população”.

Com base nessas premissas, o objeto de estudo configura-se pela reorientação dos movimentos migratórios e seus nexos com as transformações que vêm ocorrendo na estrutura socioeconômica do espaço urbano regional contemporâneo. Para o estado do Rio Grande do Sul, especificamente, a análise enfoca a evolução da distribuição espacial da população no contexto regional segundo a situação de residência (nas cidades e fora das cidades), a estrutura ocupacional por setor de atividade, o grau de escolaridade e a composição etária.

O objetivo principal foi investigar, no espaço regional do Rio Grande do Sul, a direção, a intensidade e, principalmente, a composição dos movimentos populacionais, assim como a possível formação de novas regiões urbanas.

1.5. Estabelecendo hipóteses

Partindo do pressuposto que, no espaço regional do Rio Grande do Sul, no cenário atual, a redistribuição espacial das atividades econômicas é o fator mais importante na reorientação dos movimentos populacionais, foi possível construir as seguintes hipóteses:

1. A principal característica da redistribuição espacial das atividades econômicas e da reorientação dos movimentos populacionais, no cenário atual, no Rio Grande do Sul, é a formação de novas regiões urbanas para as quais convergem atividades e ocupações que antes se concentravam, majoritariamente, em torno do núcleo metropolitano.

2. As regiões mais urbanizadas, com um processo de desconcentração mais avançado, tendem a ser mais seletivas, concentrando atividades do setor de serviços e população com escolaridade mais elevada.

3. Nas regiões agrícolas ou menos urbanizadas, onde ainda persiste um processo de evasão populacional, muda o perfil etário da população, que tende a ser proporcionalmente mais elevado, com a saída dos jovens.

Capítulo 2: Questões metodológicas

Este capítulo, cujo objetivo é descrever os procedimentos metodológicos utilizados para viabilizar a comparabilidade dos dados ao longo do tempo e para formar as regiões de análise, foi subdividido em quatro itens. O primeiro expõe os métodos utilizados para estimar as migrações internas; o segundo detalha os procedimentos utilizados para a formação das regiões de análise no Rio Grande do Sul; o terceiro descreve a caracterização das regiões e os critérios utilizados para a identificação das regiões de expansão e regiões de evasão populacional e das regiões urbanas e regiões agrícolas; por fim, o quarto item trata da compatibilização das variáveis escolaridade e seção de atividade utilizadas na caracterização das regiões urbanas e agrícolas.

Esses procedimentos metodológicos, que serão descritos adiante, foram indispensáveis para constituir e analisar os novos cenários da desconcentração espacial no contexto de regiões metropolitanas no Brasil e, no espaço regional no Rio Grande do Sul.

2.1. Métodos utilizados para estimar as migrações internas

Para mensurar os deslocamentos populacionais entre as Unidades da Federação e verificar a influência destes nas migrações internas, no espaço regional do Rio Grande do Sul, foram utilizadas as informações referentes à variável população residente segundo o tempo ininterrupto de residência na unidade da federação levantadas nos censos demográficos de 1970 a 2000.

Para estimar as migrações internas nos espaços regionais, tanto nas áreas metropolitanas do Brasil quanto no contexto regional do Rio Grande do Sul,

foi utilizada a taxa média anual de crescimento demográfico, verificada entre os períodos censitários de 1970/1980, 1980/1991 e 1991/2000. Para o cálculo dessa taxa foi empregado o mesmo procedimento matemático utilizado pelo IBGE⁸, relacionando a população residente do último censo demográfico $p(t^*n)$, do período considerado, com a população residente do censo demográfico anterior $p(t)$, redistribuída, para efeitos comparativos, de acordo com a divisão territorial vigente à época do último censo. O intervalo (n) entre as duas data é medido em ano e fração de ano. Essa relação é dada pela seguinte fórmula:

Taxa média anual de crescimento demográfico $\left\{ \left[\frac{p(t^*n)}{p(t)} \right]^{1/n} - 1 \right\} * 100$

O IBGE considerou como população residente as pessoas que tinham o domicílio, permanente ou improvisado, como local de residência habitual e estavam presentes, na data de referência da operação censitária, ou ausentes por período não superior a doze meses. Portanto, não considerou como migrantes as pessoas que se ausentaram temporariamente do município e retornaram logo após haver cessado o motivo do afastamento. Por outro lado, as pessoas que residiam na mesma área em que nasceram, ainda que essa área tivesse mudado de nome, transformado-se ou incorporado-se a um novo município, foram consideradas como residentes daquele município (IBGE, 2003, p. 248-9).

2.2. A formação das regiões de análise para o Rio Grande do Sul

Para a formação das regiões de análise, no Rio Grande do Sul, foi utilizada como referência espacial básica as trinta e cinco microrregiões

⁸ Metodologia do censo demográfico 2000 / IBGE. 2003, p. 254-5.

geográficas estabelecidas pelo IBGE em primeiro de junho de 1990, que utilizou como critérios de regionalização a organização do espaço e a estrutura da produção econômica (IBGE, 1992: 117-124).

Para compor e analisar os novos cenários da desconcentração espacial no espaço regional do Rio Grande do Sul foram utilizadas quatro variáveis populacionais: duas para a população total, a situação de residência (nas cidades e fora das cidades) e a composição populacional por grupos de idade; e duas para a população em idade ativa (com mais de dez anos de idade), a distribuição ocupacional por setor de atividade e composição da população por grau de escolaridade. As variáveis categorizadas escolaridade e setor de atividade tiveram que passar por diferentes níveis de agregação para permitir a comparabilidade dos dados ao longo dos vários períodos censitários.

Para viabilizar a utilização dessas informações foi necessário solucionar o problema da comparabilidade geográfica, visto que, no período compreendido entre 1970 e 2000, foram criados no Rio Grande do Sul 235 novos municípios: 101 entre os censos demográficos de 1980 e 1991 e 134 entre o censo demográfico de 1991 e o de 2000 (tabela 1).

Tabela 1 - Evolução da Divisão Territorial Municipal do Rio Grande do Sul – 1970 a 2000

Ano	Quantidade de Municípios	Variação absoluta
1970	232	-
1980	232	0
1991	333	101
2000	467	134
Total		235

Fonte: IBGE

Essa grande quantidade de emancipações alterou a área física da maioria dos municípios, inviabilizando a comparabilidade direta dos dados municipais levantados pelos censos demográficos. Hoje, o território do Rio Grande do Sul está formado, em sua maior parte, por municípios novos, que não existiam em períodos anteriores, e por municípios antigos que sofreram desmembramento de área, para a formação dos novos e tiveram, por consequência, perda de população.

Para viabilizar a comparabilidade dos dados, foi necessário primeiro agrupar os municípios existentes em 2000 nas suas respectivas microrregiões geográficas (anexo 3) e, posteriormente, reagrupar os municípios novos, criados entre 1980 e 2000, dentro das áreas dos respectivos municípios de origem, formando, dessa maneira, áreas mínimas de comparação.

Posteriormente, foi necessário ajustar as microrregiões geográficas com as áreas mínimas de comparação - utilizando como critério a população residente registrada nos anos de 1980, 1991 e 2000 - realocando os municípios criados depois de 1980, que tivessem ficado fora da microrregião do município de origem. Para viabilizar esse procedimento foi necessário, em primeiro lugar, comparar a população residente levantada pelo censo demográfico de 1980, nos 232 municípios existentes no Rio Grande do Sul, com essa mesma população redistribuída segundo a divisão territorial municipal de 1991⁹, período em que o Rio Grande do Sul já contava com 333 municípios. Em seguida foi feito o mesmo procedimento comparando a população levantada em 1991 nos 333 municípios

⁹ Em todos os anos censitários o IBGE redistribui a população do censo demográfico do período imediatamente anterior, segundo a divisão territorial atual, para efeitos de cálculo de taxa de crescimento municipal entre os dois períodos.

existentes, com essa mesma população redistribuída segundo a divisão territorial municipal de 2000, já com 467 municípios.

Dessa nova divisão resultaram 21 regiões comparáveis entre si, considerando os desmembramentos municipais ocorridos entre 1970 e 2000. Para a identificação das regiões foi utilizado o nome do município de maior população, apurado no censo demográfico de 1980, considerando que entre 1970 e 1980 não houve emancipações municipais no Rio Grande do Sul.

Para viabilizar essa nova divisão regional, alguns municípios e microrregiões tiveram de ser reagrupadas, mesmo assim, não foi possível a realocação completa da população das áreas emancipadas nos respectivos municípios e regiões de origem, já que muitos dos novos municípios, criados após 1980, tiveram suas áreas desanexadas de mais de um município, os quais, muitas vezes, estavam localizados em diferentes microrregiões. As tabelas dois e três detalham essas diferenças:

Tabela 2 - Diferenças populacionais nos procedimentos de ajuste para a formação das regiões de análise - 1980 / 1991

Regiões	População residente em 1980		Diferença	
	Divisão territorial de 1980 (1)	Divisão territorial de 1991 (2)	Absoluta	Relativa (%)
Rio Grande do Sul	7.773.837	7.773.837	0	0,00
Santa Rosa	297.182	297.182	0	0,00
Três Passos	181.796	181.796	0	0,00
Frederico Westphalen	201.257	201.257	0	0,00
Erechim	257.960	257.960	0	0,00
Novo Hamburgo	536.406	536.429	23	0,00
Rio Grande	242.232	242.232	0	0,00
Santo Ângelo	339.420	339.420	0	0,00
Pelotas	453.483	453.483	0	0,00
Palmeira das Missões	130.239	130.239	0	0,00
Passo Fundo	329.307	329.307	0	0,00
Cruz Alta	151.108	150.880	-228	-0,15
Bagé	261.186	261.186	0	0,00
Uruguaiana	464.334	464.132	-202	-0,04
Soledade	161.507	161.930	423	0,26
Vacaria	111.629	111.629	0	0,00
Caxias do Sul	554.279	554.279	0	0,00
Osório	187.440	187.679	239	0,13
Santa Maria	414.353	414.555	202	0,05
Porto Alegre	1.991.796	1.991.534	-262	-0,01
Santa Cruz do Sul	330.555	330.360	-195	-0,06
Cachoeira do Sul	176.368	176.368	0	0,00

Fonte: Censos demográficos de 1980 e 1991

Notas: (1) Divisão territorial municipal do Rio Grande do Sul em 1980 = 232 municípios

(2) Divisão territorial municipal do Rio Grande do Sul em 1991 = 333 municípios

No período de 1980 a 1991, em 14 das 21 regiões a realocação dos municípios novos foi completa. Nas outras sete regiões persistiram algumas diferenças na medida em que vários municípios novos foram formados de diferentes municípios de origem. Contudo, as diferenças verificadas foram muito pequenas e sem influência na comparabilidade dos dados.

Tabela 3 - Diferenças populacionais nos procedimentos de ajuste para a formação das regiões de análise - 1991 / 2000

Regiões	População residente em 1991		Diferença 1991	
	Divisão territorial de 1991 (1)	Divisão territorial de 2000 (2)	Absoluta	Relativa (%)
Rio Grande do Sul	9.138.670	9.138.670	0	0,00
Santa Rosa	285.012	285.012	0	0,00
Três Passos	165.309	165.274	-35	-0,02
Frederico Westphalen	187.110	186.321	-789	-0,42
Erechim	268.190	267.810	-380	-0,14
Novo Hamburgo	833.212	833.136	-76	-0,01
Rio Grande	282.029	282.029	0	0,00
Santo Ângelo	354.624	354.659	35	0,01
Pelotas	518.277	517.287	-990	-0,19
Palmeira das Missões	126.281	126.803	522	0,41
Passo Fundo	375.642	376.105	463	0,12
Cruz Alta	161.839	161.839	0	0,00
Bagé	281.731	281.352	-379	-0,13
Uruguaiana	538.062	538.062	0	0,00
Soledade	169.240	168.647	-593	-0,35
Vacaria	116.714	117.069	355	0,30
Caxias do Sul	709.800	710.298	498	0,07
Osório	239.800	239.800	0	0,00
Santa Maria	460.472	460.472	0	0,00
Porto Alegre	2.497.768	2.499.137	1369	0,05
Santa Cruz do Sul	377.921	377.921	0	0,00
Cachoeira do Sul	189.637	189.637	0	0,00

Fonte: Censos demográficos de 1991 e 2000

Notas: (1) Divisão territorial municipal do Rio Grande do Sul em 1991 = 333 municípios

(2) Divisão territorial municipal do Rio Grande do Sul em 2000 = 467 municípios

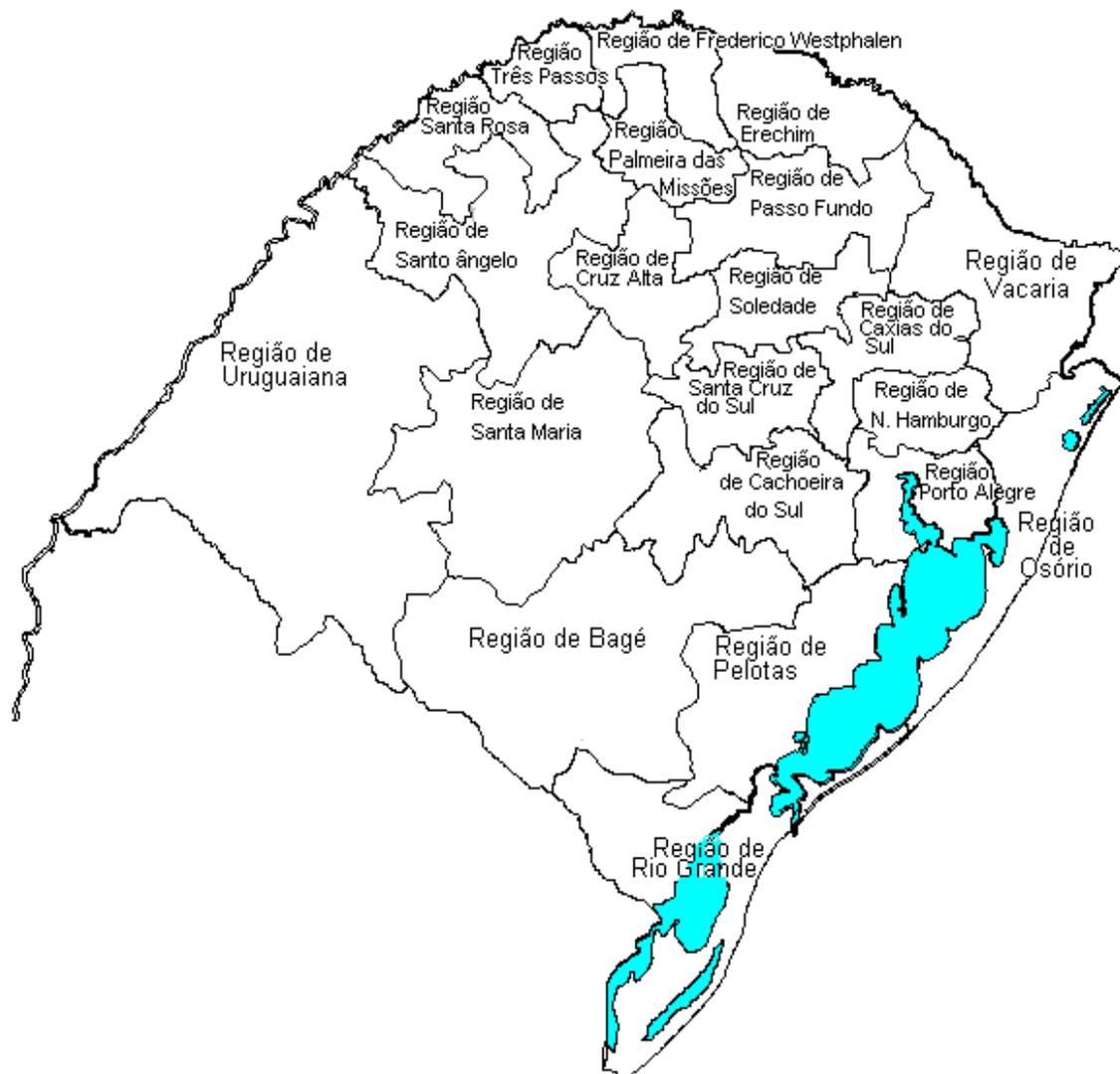
No período de 1991 a 2000, os desmembramentos municipais produziram muitos recortes territoriais, dificultando o trabalho de realocação que gerou diferenças em doze regiões. A região de Porto Alegre ficou com 1.369 pessoas a mais do que as cedidas pelos municípios de origem. Como essa região é a maior de todas em população, segundo o censo de 1991, com 2.499.137 habitantes, essa diferença não chega a ser significativa na medida em que representa apenas 0,05% da população total em 1991. A região de Pelotas gerou a segunda maior diferença, porém, no sentido inverso, ou seja, 990 pessoas, representando 0,19% da população total da região em 1991, não puderam ser realocadas nos respectivos municípios de origem. As regiões de Palmeira das Missões e Frederico Westphalen ficaram com diferenças relativas semelhantes,

porém, em sentidos opostos: a primeira positiva (0,41%) e a segunda negativa (-0,42%). Como essas duas regiões são contíguas, poderiam ser agrupadas em uma só, que praticamente anularia as diferenças. Porém, se essa prática fosse adotada, simplesmente para anular as diferenças pelas médias, a análise regional ficaria bastante prejudicada. A possibilidade de uma nova organização regional só se viabilizaria depois de esgotada a análise dos dados nos menores níveis geográficos possíveis. A regionalização deve ser vista como um processo e como tal deve adequar-se ao contexto histórico em que estiver inserida.

Como pode ser observado, a pulverização do território do Rio Grande do Sul, gerada pelos sucessivos desmembramentos municipais, após 1980, inviabilizou a comparação direta dos dados censitários em âmbito municipal. Daí, a necessidade de reorganizar as regiões já existentes no sentido de viabilizar a análise dos dados e repensar a questão regional a partir de um novo contexto interpretativo. É importante ressaltar que essa divisão regional está sendo utilizada, especificamente, como recurso metodológico, em que pese as semelhanças com as diversas regionalizações já instituídas no estado do Rio Grande do Sul.

A figura 1 mostra o cartograma da localização espacial das regiões de análise, segundo a divisão territorial municipal de 2000.

**Figura 1 - Cartograma da localização geográfica das regiões de análise
(Divisão territorial municipal de 2000)**



Regiões de Análise

Fonte: IBGE – Divisão territorial municipal 2000.

Organizador: Ademir Barbosa Koucher

2.3. A caracterização das regiões de análise

As caracterizações regionais mais conhecidas são feitas, em geral, considerando os aspectos físicos como o relevo, a hidrografia, a localização, ou os aspectos essencialmente econômicos como a produção ou a comercialização de produtos e ou serviços. Considerando que o espaço regional aqui referido é o espaço socialmente construído, as regiões só poderiam ser caracterizadas a partir de aspectos sociais. Partindo dessa premissa, algumas caracterizações foram estabelecidas em função das variáveis populacionais de cada espaço regional: a primeira teve como objetivo identificar, com base nas taxas de crescimento demográfico, as regiões de expansão e de evasão populacional nos diferentes períodos; a segunda caracterização buscou identificar as regiões urbanas e as regiões agrícolas, a partir da distribuição da população ocupada nos diversos setores de atividade.

2.3.1. A caracterização das regiões de expansão e de evasão populacional

Para caracterizar as regiões de expansão e de evasão populacionais foram utilizadas as taxas médias anuais de crescimento demográfico verificadas entre os censos demográficos dos períodos considerados.

O crescimento demográfico é função de duas componentes: o crescimento vegetativo, que é a diferença entre a natalidade e a mortalidade mais as migrações, que são os movimentos populacionais. Logo, quando o saldo migratório, que é a diferença entre os que imigram e os que emigram de uma determinada região, for zero, o crescimento demográfico será igual ao crescimento vegetativo. Por conseguinte, quando, numa dada região, o

crescimento demográfico for maior que o vegetativo é porque essa região estará recebendo população por migração; o fenômeno inverso, demográfico menor que o vegetativo, caracterizará um fluxo contrário, ou seja, uma perda populacional por migração. Com base nessa relação foi possível estabelecer o crescimento vegetativo médio da população do Rio Grande do Sul, para utilizá-lo como parâmetro de crescimento nos diferentes períodos censitários.

Para calcular a taxa média anual de crescimento vegetativo foi utilizada a mesma fórmula de cálculo da taxa de crescimento demográfico, acrescentando o saldo migratório (imigração menos a emigração) à população final ($pt \cdot n$), conforme as tabelas quatro e cinco.

Tabela 4 - População residente, imigração e emigração - Rio Grande do Sul- 1970 / 2000

Censo Demográficos	População residente	Imigração (1)	Emigração (2)	População ajustada (3)
1970	6.664.891
1980	7.773.837	133.514	272.691	7.913.014
1991	9.138.670	155.744	226.828	9.209.754
2000	10.187.798	141.817	209.927	10.255.908

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Notas:

- 1- 1980 e 1991: não naturais com até 10 anos ininterruptos de residência no Rio Grande do Sul (anexo 1), 2000: não naturais com até 9 anos ininterruptos de residência no Rio Grande do Sul anexo 2)
- 2- 1980 e 1991: Não naturais com até 10 anos ininterruptos de residência na UF de destino, 2000: não naturais com até 9 anos ininterruptos de residência na UF de destino.
- 3- População residente mais a imigração menos a emigração

Tabela 5 - Taxas médias anuais de crescimento demográfico e vegetativo - Rio Grande do Sul -1970 / 2000

Períodos	Crescimento demográfico	Crescimento vegetativo (1)
1970 / 1980	1,55	1,73
1980 / 1991	1,48	1,55
1991 / 2000	1,23	1,30

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Notas: 1- Para o cálculo do crescimento vegetativo médio foi considerada a população final ajustada (coluna 5 da tabela 4)

Para identificar as regiões de expansão populacional no Rio Grande do Sul comparou-se a taxa de crescimento vegetativo médio do Estado com a

taxa de crescimento demográfico de cada região. As regiões de expansão foram aquelas em que a taxa de crescimento demográfico estava acima da taxa de crescimento vegetativo médio do Estado, naquele período. As regiões de evasão foram aquelas com taxas negativas, o que caracteriza perdas populacionais absolutas.

2.3.2. A caracterização das regiões urbanas e agrícolas

Para caracterizar as regiões urbanas e as regiões agrícolas foi utilizada a população ocupada dos municípios do Rio Grande do Sul por setor de atividade, nos censos demográficos de 1980, 1991 e 2000. Foram consideradas como regiões agrícolas as regiões onde a população ocupada nas atividades primárias (agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal e pesca) era em maior número que nas atividades industriais (indústria de transformação, outras atividades industriais e construção civil) e como região urbana as regiões em que a população ocupada nas atividades industriais era em maior número que nas atividades primárias.

Os serviços não foram incluídos porque essas atividades são, na realidade, extensões das atividades produtivas como a agricultura e a indústria e a própria mineração. Por outro lado não há como se definir o quanto de cada atividade de serviço é extensão da atividade industrial e o quanto é extensão da atividade agrícola. Com referência ao setor de serviços, o Dicionário de Economia Nova Cultural (1985: 396) descreve-o como a denominação dada ao conjunto das atividades que se desenvolvem especialmente nos centros urbanos e que são diferentes das atividades industriais e agropecuárias. Tais atividades

normalmente enquadram-se no assim chamado setor terciário da economia, como o comércio, os transportes, a publicidade a computação, as telecomunicações, a educação, a saúde, a recreação, o setor financeiro e de seguros e a administração pública.

2.4. A compatibilização das variáveis categorizadas

As categorias das variáveis escolaridade e seção de atividade sofreram muitas modificações no decurso dos três últimos censos demográficos. Para compatibilizar essas categorias foi necessário reorganizá-las e até criar algumas novas, a partir da agregação de algumas categorias que não são mais utilizadas atualmente.

2.4.1. A variável escolaridade

A variável escolaridade utilizada refere-se ao grau ou espécie de curso completo de nível mais elevado, para as pessoas de dez anos ou mais de idade, não estudantes, concluído até a data do censo considerado.

No censo demográfico de 1980 o IBGE agregou as categorias da variável escolaridade, para efeitos de divulgação dos resultados, em cinco grupos:

1. Elementar
2. Primeiro grau
3. Segundo grau
4. Superior
5. Mestrado ou doutorado.

Para permitir a comparação com os censos anteriores, foram consideradas como tendo o elementar as pessoas que haviam concluído a quarta série do primeiro grau (IBGE, 1982).

No censo demográfico de 1991 as categorias foram agregadas em oito grupos:

1. Alfabetizados adultos
2. Primário ou elementar
3. Ginásio ou médio primeiro grau
4. Primeiro grau
5. Segundo grau
6. Colegial médio segundo grau
7. Superior
8. Mestrado ou doutorado

Para compatibilizar as categorias de 1991 com as de 1980 foi necessário agregar, primeiro, o grupo 1 (alfabetizados adultos) com o grupo 2 (primário ou elementar) para comparar com o elementar do censo de 1980. Na segunda agregação foi necessário juntar o grupo 3 (ginásio ou médio primeiro grau) com o grupo 4 (primeiro grau) para comparar com o primeiro grau de 1980. A terceira agregação juntou o grupo 5 (segundo grau) com o grupo 6 (colegial médio segundo grau) para comparar com o segundo grau de 1980. Os grupos 7 (superior) e 8 (mestrado ou doutorado) não sofreram modificações em nenhum dos três períodos.

No censo demográfico de 2000 havia os mesmos oito grupos de 1991, porém, com denominações diferentes:

1. Alfabetização de adultos
2. Antigo primário
3. Antigo ginásio

4. Ensino fundamental ou primeiro grau
5. Antigo clássico, científico, etc.
6. Ensino médio ou segundo grau
7. Superior - graduação
8. Mestrado ou doutorado

Como a classificação utilizada em 1980 dá uma ideia clara do nível de escolaridade da população optou-se por usá-la como referência básica para compatibilizar os outros períodos censitários. Foi necessário, somente, alterar as denominações utilizadas em 1980 para adequá-las à legislação vigente visto que, a partir de 1996, a Lei nº 3334 alterou a denominação de primeiro grau para ensino fundamental e a de segundo grau para ensino médio.

Por fim, os quatro grupos, perfeitamente comparáveis entre os censos demográficos de 1980, 1991 e 2000, ficaram com as seguintes denominações: Elementar, Ensino fundamental, Ensino médio e Superior. O quadro 1 sintetiza o processo de compatibilização.

Quadro 1 - Compatibilização dos cursos concluídos - 1980 - 2000

1980	1991	2000	Denominação atual (*)
Elementar	Alfabetizados de adultos	Alfabetização de adultos	Elementar
	Primário ou elementar	Antigo primário (5 anos de estudo)	
Primeiro grau	Ginásio ou médio 1º grau	Antigo ginásio (8 anos de estudo)	Ensino Fundamental
	Primeiro grau	Ensino fundamental ou 1o. grau (8 anos de estudo)	
Segundo grau	Segundo grau	Antigo clássico, científico, etc. (11 anos de estudo)	Ensino Médio
	Colegial médio 2º grau	Ensino médio ou 2o. Grau (11 anos de estudo)	
Superior	Superior	Superior – graduação (15 anos de estudo, em geral)	Superior
Mestrado ou doutorado	Mestrado ou doutorado	Mestrado ou doutorado	Mestrado ou doutorado

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1980, 1991 e 2000

Nota: (*) Lei nº 3334 de 1996

2.4.2. A variável seção de atividade

Para ajustar as seções de atividade partiu-se do censo demográfico de 1991, já que no censo de 1980 a classificação tinha sido praticamente a mesma, com exceção de uma seção que foi facilmente reagrupada.

Em 1991 o IBGE organizou as diversas atividades levantadas pelo censo demográfico em onze grupos, relacionados abaixo:

1. Agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal e pesca.
2. Indústria de transformação.
3. Construção civil.
4. Outras atividades industriais (extração mineral e serviços industriais de utilidade pública).
5. Comércio de mercadorias.
6. Transportes e comunicações.
7. Serviços auxiliares da atividade econômica (técnico-profissionais e auxiliares das atividades econômicas).
8. Prestação de serviços (alojamento e alimentação, reparação e conservação, pessoais, domiciliares, diversões, radiodifusão e televisão).
9. Atividades sociais (comunitárias e sociais, médicas, odontológicas, veterinárias e ensino).
10. Administração pública (administração pública, defesa nacional e segurança pública).
11. Outras atividades (instituições de crédito, seguro e capitalização, comércio e administração de imóveis e valores mobiliários, organizações internacionais e

representações estrangeiras, atividades não compreendidas nos demais ramos e atividades mal definidas ou não declaradas).

Em 1980, a classificação tinha sido a mesma de 1991, porém, com um grupo de atividades a menos, já que o grupo prestação de serviços agregava o grupo serviços auxiliares da atividade econômica. Para compatibilizar 1980 com 1991 foi necessário, em primeiro lugar, agregar, em 1991, o grupo 7 (serviços auxiliares da atividade econômica) com o grupo 8 (prestação de serviços) num único grupo, denominado prestação de serviços. Isso deixou o censo de 1991 exatamente com os mesmos dez grupos de atividades do censo de 1980.

Para o censo demográfico de 2000, em função da nova classificação nacional de atividades econômicas elaborada pelo IBGE, em 1996, os diversos setores de atividade foram organizados em dezoito grupos, a saber:

1. Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal.
2. Pesca.
3. Indústrias extrativas.
4. Indústrias de transformação.
5. Produção e distribuição de eletricidade, gás e água.
6. Construção civil.
7. Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos.
8. Alojamento e alimentação.
9. Transporte, armazenagem e comunicações.
10. Intermediação financeira.
11. Atividades imobiliárias, aluguéis, serviços prestados às empresas.
12. Administração pública, defesa e seguridade social.
13. Educação.

14. Saúde e serviços sociais.
15. Outros serviços coletivos, sociais e pessoais.
16. Serviços domésticos.
17. Organismos internacionais; outras instituições extraterritoriais.
18. Atividades mal especificadas.

Para compatibilizar os dados do censo de 2000 com os do censo de 1991 foi necessário fazer vários movimentos: Primeiro, foi preciso reunir, em 2000, o grupo 1 (agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal) com o grupo 2 (pesca) num único grupo denominado de agropecuária. O segundo movimento reuniu o grupo 3 (Indústrias extrativas) com o grupo 5 (Produção e distribuição de eletricidade, gás e água) num novo grupo denominado de outras atividades industriais. O terceiro movimento agregou os grupos 8 (alojamento e alimentação), 9 (transporte, armazenagem e comunicações), 13 (educação), 14 (saúde e serviços sociais), 15 (outros serviços coletivos, sociais e pessoais) e o 16 (serviços domésticos) em um único grupo denominado de prestação de serviços. O quarto movimento juntou os grupos 10 (intermediação financeira), 11 (atividades imobiliárias, aluguéis, serviços prestados às empresas), 17 (organismos internacionais; outras instituições extraterritoriais) e 18 (atividades mal especificadas) em um único grupo chamado de outras atividades.

Para finalizar os ajustes, foram necessárias duas desanexões de atividades em 1991. Primeiro foi preciso retirar a atividade limpeza pública e remoção do lixo do grupo *outras atividades industriais* e anexá-la ao grupo *prestação de serviços*. O segundo movimento retirou a atividade serviços de reparação e manutenção de veículos do grupo *prestação de serviço* e anexou ao

grupo comércio já que, em 2000, o grupo comércio agregava também essa atividade.

Finalmente, após todos esses ajustes as atividades compatibilizadas entre os censos demográficos de 1980, 1991 e 2000 ficaram organizadas em oito grupos, com as seguintes classificações e denominações:

1. Agropecuária (agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, Pesca)
2. Indústria de transformação
3. Construção civil
4. Outras atividades industriais (indústrias extrativas, produção e distribuição de eletricidade, gás e água)
5. Comércio (comércio de mercadorias; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos)
6. Prestação de serviços (alojamento e alimentação; transporte; armazenagem e comunicações; educação; saúde e serviços sociais; outros serviços coletivos, sociais e pessoais e serviços domésticos)
7. Administração pública (administração pública, defesa e seguridade social)
8. Outras atividades (Intermediação financeira, Atividades imobiliárias, aluguéis, serviços prestados às empresas, organismos internacionais, outras instituições extraterritoriais, atividades mal especificadas).

O quadro 2 resume o processo de compatibilização da variável seção de atividade.

Quadro 2 - Compatibilização das seções de atividades entre os censos demográficos de 1980, 1991 e 2000

Seção de atividade – censo demográfico 1980	Seção de atividade - censo demográfico 1991	Seção de atividade - censo demográfico 2000	Seções de atividade compatibilizadas - 1980, 1991 e 2000
1. Agricultura, Silvicultura e Pecuária, Extração Vegetal e Pesca	1. Agricultura, Silvicultura e Pecuária, Extração Vegetal e Pesca	1. Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal 2. Pesca	1. Agropecuária
2. Indústria de Transformação	2. Indústria de Transformação	3. Indústrias de transformação	2. Indústrias de transformação
3. Construção Civil	3. Construção Civil	4. Construção	3. Construção civil
4. Outras atividades industriais	4. Outras atividades industriais (exceto limpeza pública e remoção do lixo)	5. Indústrias extrativas 6. Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	4. Outras atividades industriais
5. Comércio	5. Comércio (mais reparação de veículos automotores)	7. Comércio e reparação de veículos automotores	5. Comércio
6. Transporte e Comunicação	6. Transporte e Comunicação	8. Transporte, armazenagem e comunicações	6. Prestação de Serviços
7. Prestação de Serviços	7. Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	9. Alojamento e alimentação	
	8. Prestação de Serviços (mais limpeza pública e remoção do lixo, exceto reparação de veículos automotores)	10. Serviços domésticos	
		11. Outros serviços coletivos, sociais e pessoais (inclusive limpeza pública e remoção do lixo)	
		12. Educação	
8. Social	9. Social	13. Saúde e serviços sociais	
9. Administração Pública	10. Administração Pública	14. Administração pública, defesa e seguridade social	7. Administração pública
10. Outras Atividades	11. Outras Atividades	15. Atividades mal especificadas	8. Outras atividades
		16. Atividades imobiliárias, aluguéis, serviços prestados às empresas	
		17. Intermediação financeira	
		18. Organismos internacionais / outras instituições extraterritoriais	

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1980, 1991 e 2000

Para a construção das tabelas relativas às variáveis sociodemográficas e para auxiliar a análise dos dados, foi necessário agrupar as diversas atividades, já devidamente compatibilizadas em três grandes grupos para representar os principais setores da atividade econômica: Agropecuária, Indústria Geral e Comércio e Serviços (Quadro 3).

Quadro 3 - Agregação final das seções de atividades compatibilizadas - 1980/2000

Seções de atividades compatibilizadas 1980, 1991 e 2000	Agregação final
1. Agropecuária	Agropecuária
2. Indústria de Transformação	Indústria Geral
3. Construção Civil	
4. Outras atividades industriais	
5. Comércio	Comércio e Serviços
6. Prestação de Serviços	
7. Administração Pública	
8. Outras Atividades	

Fonte: IBGE

Para formar o setor agropecuário utilizou-se, de forma isolada, o grupo agropecuária. Para formar o setor indústria geral reuniram-se os grupos Indústria de transformação, outras atividades industriais e construção civil. Finalmente, para formar o setor comércio e serviços foi necessário agregar os grupos comércio, prestação de serviços, administração pública e outras atividades.

Esses ajustes metodológicos de organização e caracterização de regiões, desagregação e reagregação de variáveis categorizadas são fundamentais para a análise dos cenários sócio-espacial e sociodemográfico que será efetivada no próximo capítulo.

Capítulo 3: Os novos cenários da desconcentração espacial urbano-regional

Neste capítulo analisam-se os processos de concentração e desconcentração populacional ocorridos no âmbito das regiões metropolitanas no Brasil e, em particular, no espaço urbano regional do estado do Rio Grande do Sul ao longo de três décadas, entre 1970 e 2000.

O primeiro tópico focaliza a evolução do processo de urbanização que deu origem, inicialmente, à metropolização no Brasil, em seguida à desmetropolização e, recentemente, a uma nova metropolização, de onde emerge uma verdadeira reorganização sócio-espacial com importantes reflexos na reorientação dos fluxos migratórios no plano das unidades da federação.

No segundo tópico a análise evidencia a evolução dos processos de concentração e desconcentração populacional ocorridos no espaço regional do RS, com o objetivo de identificar as diferentes regiões de análise, metodologicamente caracterizadas como regiões de expansão ou de evasão populacional e, no que concerne à estrutura ocupacional, como regiões urbanas ou agrícolas.

No terceiro e último tópico utilizam-se quatro variáveis populacionais para analisar a evolução sociodemográfica de cada tipo de região: a situação de residência e a composição por idade para a população total e, para a população com mais de dez anos de idade, os níveis de escolaridade e a distribuição ocupacional por setor de atividade.

Para procurar responder às questões levantadas no problema de pesquisa e validar as hipóteses formuladas na delimitação do objeto foi necessário verificar se está havendo de fato um processo geral de desconcentração espacial, no âmbito das regiões metropolitanas, tal como referido por Martine (1995). Para

isso, foi preciso analisar a formação e a evolução populacional das regiões metropolitanas no Brasil, desde a instituição dessas regiões, em meados de da década de 1970, até a formação dos últimos espaços metropolitanos, em 2002. A análise dos movimentos populacionais intra e inter-regionais nesses espaços mostrou que além da desmetropolização referida por Santos (1993), iniciada a partir dos nos 1980, está havendo também, uma nova metropolização, significativamente diferente da metropolização inicial, já que emerge do processo de dispersão populacional em curso.

3.1. Metropolização, desmetropolização e nova metropolização no Brasil

Segundo Santos (1993), os movimentos de concentração-dispersão, próprios da dinâmica territorial, ganham expressões particulares ao longo do tempo. Em geral, num primeiro momento, as tendências à concentração, tanto econômicas quanto populacionais, costumam atingir poucos pontos no espaço. É o fenômeno recorrente da polarização. Mais recentemente, entretanto, as tendências à dispersão começaram a evidenciar-se e atingir espaços regionais mais diversificados.

A questão metropolitana foi incluída na legislação brasileira, pela primeira vez, em 1967, contudo, só em 1973, através da Lei Complementar nº 14, é que foram delimitadas as áreas e seus respectivos municípios e definidas as regras de funcionamento. Inicialmente foram criadas oito regiões metropolitanas: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. No ano seguinte, em 1974, a Lei Complementar nº 20 criou a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Essas nove regiões representavam, na década de 1970, os pólos de maior importância estratégica no espaço nacional.

A partir do início dos anos 1990 houve um significativo aumento no número de regiões metropolitanas no Brasil, por um lado, devido à descentralização legislativa que transferiu a competência da criação de novas regiões da União para os estados, e por outro, em decorrência do processo de desconcentração dessas nove regiões iniciais, que permitiu a formação de novos centros populacionais fora das fronteiras metropolitanas.

3.1.1. A metropolização

O processo de urbanização do Brasil, nos últimos quarenta anos, inverteu o lugar de residência da população. Até 1960, a população urbana brasileira era menor do que a população rural e representava apenas 44,7% da população total. No final dos anos 1960, os números da população urbana igualaram-se aos da população rural, ambos representando em torno de 50% da população total. A partir dos anos 1970, a população urbana cresce e supera rapidamente a população rural, alcançando 83,3% da população total do país em 2000 (tabela 6).

Tabela 6 - Proporção de população urbana e rural - Brasil - 1960-2000

Situação do Domicílio	Proporção de população (%)				
	1960	1970	1980	1991	2000
Urbana	44,7	55,9	67,6	75,6	83,3
Rural	55,3	44,1	32,4	24,4	16,7

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Essa expansão urbana, por outro lado, não aconteceu de forma homogênea no território nacional. Em alguns poucos espaços esse fenômeno foi muito mais intenso. Em 1970, somente a população dos 26 municípios das capitais

do Brasil representava 21,4% do total da população dos 3.952 municípios existentes, e apenas cinco apresentavam população com mais de um milhão de habitantes, cada um.

Nesse quadro de urbanização concentrada foram instituídas, no início dos anos 1970, as primeiras áreas metropolitanas no Brasil. A criação das regiões metropolitanas foi orientada por uma política de desenvolvimento urbano que objetivava diminuir as desigualdades regionais, desconcentrar as metrópoles, principalmente da região Sudeste, e criar pólos de desenvolvimento no interior do país (METROPLAN/FEE, 1998). Em 1970, residiam nas áreas onde viriam a ser instituídas as primeiras regiões metropolitanas brasileiras 23,8 milhões de pessoas (25,6% da população total do país), concentradas em menos de 1% da área do território nacional. A concentração populacional nessas áreas era explicada, basicamente, pela associação das migrações de origem rural com a expansão das atividades econômicas urbanas, principalmente a atividade industrial (SINGER, 1980). Até esse período, o fenômeno migratório foi apontado como o principal responsável pelo crescimento urbano e pela metropolização no Brasil.

As regiões metropolitanas foram consideradas objeto prioritário da União para a realização de projetos especiais nas áreas de transporte, habitação e saneamento levados adiante por organismos regionais, especialmente criados para esse fim, com a utilização de normas e recursos, prioritariamente federais, que atendiam, em geral, interesses setoriais sem maiores repercussões no conjunto das áreas (METROPLAN/FEE, 1980). Entretanto, a questão mais importante a ser considerada, para efeitos deste estudo, é que essas regiões representavam, naquela época, os pólos de maior importância estratégica no espaço nacional. Decorre daí a necessidade de compreender a formação inicial dos espaços

metropolitanos no Brasil, sem o que seria difícil entender as transformações atuais que indicam uma clara reversão no processo de concentração populacional desses mesmos espaços urbanos.

A Fundação Metropolitana de Planejamento (Metroplan) em publicação conveniada com a Fundação Estadual de Economia e Estatística (FEE/RS), no final da década de oitenta, usou uma definição que reflete o modelo polarizado que marcou o desenvolvimento do conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil, e que justificava a intervenção do Estado no sentido de formular políticas desconcentracionistas para essas regiões:

"As Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras são os espaços do território que apresentam com maior evidência a concentração e as desigualdades que caracterizam o processo de urbanização do País, marcado por forte desequilíbrio. Nela se concentram grandes segmentos geradores da riqueza nacional ao lado de vastas áreas de pobreza, caracterizando um quadro de carências que atinge a maioria da população do país" (Metroplan/FEE, 1988: 27).

A crescente concentração populacional nessas áreas metropolitanas representou, até os anos 1970, o aspecto mais importante da estruturação do espaço urbano e regional brasileiro, o que transforma essas áreas em espaços privilegiados de análise. Como observa Panizzi (1990:7): "As grandes metrópoles constituem, portanto, o "locus" por excelência das relações econômicas e sociais". Logo, a reestruturação espacial que emerge a partir desse período só poderá ser bem compreendida se for analisada a partir desses mesmos pólos dinâmicos.

3.1.2. A desmetropolização

A partir dos anos 1970, nas áreas das antigas regiões metropolitanas, as cidades médias experimentaram um crescimento mais acentuado do que as metrópoles. Esse espraiamento da população, antes concentrada nos núcleos metropolitanos e nos seus entornos mais próximos, é que caracteriza o processo de desmetropolização. Logo, não se trata simplesmente da dissolução e sim da desconcentração das áreas metropolitanas. As tabelas sete e oito mostram o comportamento das variáveis populacionais dessas áreas em dois momentos: primeiro, entre 1980 e 1991 e depois, entre 1991 e 2000.

No primeiro período (tabela 7), entre 1980 e 1991, todas as regiões metropolitanas apresentaram redução da participação relativa do núcleo em relação ao total da região. A taxa média de crescimento anual dos núcleos ficou em 1,38% contra 3,05% dos entornos metropolitanos. O crescimento populacional das metrópoles foi, de maneira geral, menos da metade do que a média de crescimento dos outros municípios metropolitanos. Nesse período os entornos metropolitanos apresentaram um aumento populacional médio de 39,2% e os núcleos apenas 16,3%. A desconcentração populacional que se estabelece nos espaços metropolitanos, a partir dos anos 1970, é irreversível e vai acentuar-se nos próximos anos.

Tabela 7 - Evolução da população residente – Regiões Metropolitanas - 1980/1991

Regiões Metropolitanas	População residente						
	Total		Taxa de crescimento anual (%)	Participação relativa		Variação	
	1980	1991		1980	1991	Absoluta	Relativa
RM-Belém	999.165	1.332.840	2,65	100,00	100,00	333.675	33,40
Núcleo	933.287	1.244.689	2,65	93,41	93,39	311.402	33,37
Entorno	65.878	88.151	2,68	6,59	6,61	22.273	33,81
	1.580.066	2.307.017	3,50	100,00	100,00	726.951	46,01
RM-Fortaleza							
Núcleo	1.307.611	1.768.637	2,78	82,76	76,66	461.026	35,26
Entorno	272.455	538.380	6,39	17,24	23,34	265.925	97,60
RM-Recife	2.347.146	2.874.555	1,86	100,00	100,00	527.409	22,47
Núcleo	1.200.378	1.298.229	0,71	51,14	45,16	97.851	8,15
Entorno	1.146.768	1.576.326	2,93	48,86	54,84	429.558	37,46
RM-Salvador	1.766.582	2.496.521	3,19	100,00	100,00	729.939	41,32
Núcleo	1.493.685	2.075.273	3,03	84,55	83,13	581.588	38,94
Entorno	272.897	421.248	4,03	15,45	16,87	148.351	54,36
RM-Belo Horizonte	2.609.520	3.436.060	2,53	100,00	100,00	826.540	31,67
Núcleo	1.780.855	2.020.161	1,15	68,24	58,79	239.306	13,44
Entorno	828.665	1.415.899	4,99	31,76	41,21	587.234	70,87
RM-Rio de Janeiro	8.772.265	9.814.574	1,03	100,00	100,00	1.042.309	11,88
Núcleo	5.090.700	5.480.768	0,67	58,03	55,84	390.068	7,66
Entorno	3.681.565	4.333.806	1,49	41,97	44,16	652.241	17,72
RM-São Paulo	12.588.725	15.444.941	1,88	100,00	100,00	2.856.216	22,69
Núcleo	8.493.226	9.646.185	1,16	67,47	62,46	1.152.959	13,58
Entorno	4.095.499	5.798.756	3,21	32,53	37,54	1.703.257	41,59
RM-Curitiba	1.440.626	2.000.805	3,03	100,00	100,00	560.179	38,88
Núcleo	1.024.975	1.315.035	2,29	71,15	65,73	290.060	28,30
Entorno	415.651	685.770	4,66	28,85	34,27	270.119	64,99
RM-Porto Alegre	2.285.167	3.026.819	2,59	100,00	100,00	741.652	32,46
Núcleo	1.125.477	1.263.403	1,06	49,25	4,74	137.926	12,25
Entorno	1.159.690	1.763.416	3,88	50,75	58,26	603.726	52,06
Total RMs	34.389.262	42.734.132	1,99	100,00	100,00	8.344.870	24,27
Total Núcleos	22.450.194	26.112.380	1,38	65,28	61,10	3.662.186	16,31
Total Entornos	11.939.068	16.621.752	3,05	34,72	38,90	4.682.684	39,22

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1996

Estruturas territoriais compatibilizadas em relação à extensão de 1991

No segundo período (tabela 8), entre 1991 e 2000, o processo de desconcentração populacional nas áreas metropolitanas intensifica-se. As regiões metropolitanas, em seu conjunto, diminuem o ritmo de crescimento populacional. A taxa de crescimento anual média das metrópoles, que no período anterior havia ficado em 1,38%, cai para 1,17% e, nos entornos metropolitanos, cai de 3,05% para 2,69%. Entretanto, a diferença entre o crescimento médio dos núcleos e dos entornos metropolitanos aumenta cada vez mais. Enquanto a participação relativa das metrópoles no total das regiões diminui, de 65,2% em 1980 para 56,8% em 2000, aumenta a participação relativa dos entornos metropolitanos, no mesmo período, de 34,7% para 43,2 %.

Essas evidências estatísticas confirmam as conclusões de vários estudos prospectivos¹⁰ realizados no começo dos anos 1990, que já apontavam o início de um processo de desconcentração espacial da população, no contexto metropolitano brasileiro. O que antes eram apenas análises prospectivas hoje podem ser confirmadas com os resultados do censo 2000.

¹⁰ Ver capítulo 1, item 1.2.2.

Tabela 8 - Evolução da população residente - Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas - 1991/2000

Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas(1)	População residente						
	Total		Taxa de crescimento anual (%)	Participação relativa		Variação	
	1991	2000		1991	2000	Absoluta	Relativa
Pará	4.950.060	6.192.307	2,54	-	-	1.242.247	25,10
RM-Belém	1.401.305	1.795.536	2,82	100,00	100,00	394.231	28,13
Núcleo	1.080.692	1.280.614	1,92	77,12	71,32	199.922	18,50
Entorno	320.613	514.922	5,46	22,88	28,68	194.309	60,61
Ceará	6.366.647	7.430.661	1,75	-	-	1.064.014	16,71
RM-Fortaleza	2.401.878	2.984.689	2,47	100,00	100,00	582.811	24,26
Núcleo	1.768.637	2.141.402	2,17	73,64	71,75	372.765	21,08
Entorno	633.241	843.287	3,26	26,36	28,25	210.046	33,17
Bahia	11.867.991	13.070.250	1,09	-	-	1.202.259	10,13
RM-Salvador	2.496.521	3.021.572	2,16	100,00	100,00	525.051	21,03
Núcleo	2.075.273	2.443.107	1,85	83,13	80,86	367.834	17,72
Entorno	421.248	578.465	3,62	16,87	19,14	157.217	37,32
Minas Gerais	15.743.152	17.891.494	1,44	-	-	2.148.342	13,65
RM-Belo Horizonte	3.515.542	4.349.425	2,42	100,00	100,00	833.883	23,72
Núcleo	2.020.161	2.238.526	1,16	57,46	51,47	218.365	10,81
Entorno	1.495.381	2.110.899	3,94	42,54	48,53	615.518	41,16
Paraná	8.448.713	9.563.458	1,40	-	-	1.114.745	13,19
RM-Curitiba	2.063.654	2.726.556	3,17	100,00	100,00	662.902	32,12
Núcleo	1.315.035	1.587.315	2,13	63,72	58,22	272.280	20,71
Entorno	748.619	1.139.241	4,82	36,28	41,78	390.622	52,18
Pernambuco	7.127.855	7.918.344	1,19	-	-	790.489	11,09
RM-Recife	2.919.979	3.337.565	1,51	100,00	100,00	417.586	14,30
Núcleo	1.298.229	1.422.905	1,03	44,46	42,63	124.676	9,60
Entorno	1.621.750	1.914.660	1,88	55,54	57,37	292.910	18,06
Rio de Janeiro	12.807.706	14.391.282	1,32	-	-	1.583.576	12,36
RM-Rio de Janeiro	9.814.574	10.894.156	1,18	100,00	100,00	1.079.582	11,00
Núcleo	5.480.768	5.857.904	0,75	55,84	53,77	377.136	6,88
Entorno	4.333.806	5.036.252	1,70	44,16	46,23	702.446	16,21
São Paulo	31.588.925	37.032.403	1,80	-	-	5.443.478	17,23
RM-São Paulo	15.444.941	17.878.703	1,65	100,00	100,00	2.433.762	15,76
Núcleo	9.646.185	10.434.252	0,88	62,46	58,36	788.067	8,17
Entorno	5.798.756	7.444.451	2,84	37,54	41,64	1.645.695	28,38
Rio Grande do Sul	9.138.670	10.187.798	1,23	-	-	1.049.128	11,48
RM-Porto Alegre	3.147.010	3.658.376	1,70	100,00	100,00	511.366	16,25
Núcleo	1.251.885	1.360.590	0,94	39,78	37,19	108.705	8,68
Entorno	1.895.125	2.297.786	2,18	60,22	62,81	402.661	21,25
Total RMs	43.205.404	50.646.578	1,80	100,00	100,00	7.441.174	17,22
Total Núcleos	25.936.865	28.766.615	1,17	60,03	56,80	2.829.750	10,91
Total Entornos	17.268.539	21.879.963	2,69	39,97	43,20	4.611.424	26,70

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1991 e 2000

Nota: (1) Foram relacionadas somente as nove primeiras RMs criadas na década de 1970.

Estruturas territoriais compatibilizadas em relação à extensão de 2000

Para efeitos de análise a tabela oito está organizada em dois grandes grupos de regiões metropolitanas (RM): um grupo com um processo de desconcentração populacional mais acentuado, e outro em que a desconcentração apresenta performance mais diferenciada. Nesse último, aparecem as RM de Belém, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Curitiba. Todas essas regiões registraram taxas de crescimento, apesar de decrescentes, acima da taxa média das RM e bem acima da taxa média dos respectivos estados, ou seja, a velocidade da desconcentração dessas RMs em relação aos totais dos Estados ainda é relativamente pequena. Nessas regiões a desconcentração intra-metropolitana é bem mais intensa.

No outro grupo aparecem as RM de Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Todas essas regiões apresentaram taxas de crescimento decrescentes, abaixo da média das RM e abaixo ou muito próximo da média dos seus respectivos estados. Nessas regiões, as baixas taxas de crescimento, tanto no núcleo quanto no entorno, mostram que o processo de desconcentração ultrapassou os limites metropolitanos e se expandiu em direção a outros pólos não metropolitanos. Desse grupo, a região metropolitana de Porto Alegre é a que vem apresentando o processo de desconcentração mais acentuado. O núcleo da RMPA representava, em 2000, apenas 37,2% da população total da região e 13,4% da população total do Estado do RS.

Em suma, o Brasil vem apresentando, desde a década de 1980, uma importante redução no seu processo de metropolização, com uma reversão expressiva das tendências anteriores de concentração, particularmente nas regiões Sul e Sudeste.

O tópico seguinte mostrará que essa crescente desmetropolização está gerando no espaço urbano brasileiro uma nova metropolização, significativamente diferente da anterior, de onde deverá emergir, neste início de século, um novo cenário sócio-espacial.

3.1.3. A nova metropolização

A desconcentração e a expansão das antigas áreas metropolitanas contribuíram para o surgimento, no Brasil, em meados dos anos 1990, de uma grande quantidade de novas regiões metropolitanas e outras aglomerações urbanas, legalmente delimitadas.

Até 1988 a criação de regiões metropolitanas no Brasil era de competência exclusiva da União. A partir desse ano, a nova Constituição Federal, oriunda da Assembléia Nacional Constituinte, delega essa competência aos Estados:

"Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum" (Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 25, § 3º).

Essa descentralização legislativa contribuiu sobremaneira para impulsionar o processo de criação de novas áreas metropolitanas no Brasil.

As primeiras nove regiões metropolitanas, criadas até 1974, somavam, em 1980, 117 municípios. Em 2002, essas mesmas RMs contavam com 209 municípios, um crescimento relativo de 78,6%. A quantidade de RMs, entre 1980 e

2002, aumentou de nove para vinte e cinco, e o número total de municípios cresceu duas vezes e meia: de 117 para 413 (tabela 9).

Tabela 9 - Quantidade de municípios por Região Metropolitana e Unidade da Federação - Brasil, segundo a data de criação - 1980 / 2002

Unidade da Federação	Região Metropolitana	Ano de Criação	Quantidade de municípios	
			1980	2002
BA	Salvador	1973	8	10
CE	Fortaleza	1973	5	13
MG	Belo Horizonte	1973	14	48
PA	Belém	1973	2	5
PE	Recife	1973	9	14
PR	Curitiba	1973	14	26
RS	Porto Alegre	1973	14	31
SP	São Paulo	1973	37	39
RJ	Rio de Janeiro	1974	14	23
ES	Grande Vitória	1995	-	7
SP	Baixada Santista	1996	-	9
RN	Natal	1997	-	8
AL	Maceió	1998	-	11
MA	Grande São Luís	1998	-	4
MG	Vale do Aço	1998	-	26
PR	Londrina	1998	-	6
PR	Maringá	1998	-	8
SC	Florianópolis	1998	-	22
SC	Vale do Itajaí	1998	-	16
SC	Norte/Nordeste Catarinense	1998	-	20
GO	Goiânia	1999	-	11
SP	Campinas	2000	-	19
SC	Foz do Rio Itajaí	2002	-	9
SC	Carbonífera	2002	-	10
SC	Tubarão	2002	-	18
Total	25	-	117	413

Fonte: IBGE

Até 1980, em somente nove Unidades da Federação (UF) havia regiões metropolitanas. Em 2002, o número de UFs com áreas metropolitanas, legalmente definidas, aumentou para quinze, sem contar que várias UFs já têm,

inclusive, mais de uma RM: casos de Minas Gerais com duas, Paraná com três, São Paulo com três e Santa Catarina com seis.

Além das regiões metropolitanas estão sendo criadas, também, mais dois tipos de regiões: as regiões integradas de desenvolvimento - RIDE, que agrupam municípios de mais de uma unidade da federação, e as chamadas aglomerações urbanas, criadas, geralmente, em torno de municípios de porte médio. A tabela dez mostra a evolução das RIDEs no Brasil.

Tabela 10- Quantidade de municípios por Região Integrada de Desenvolvimento e Unidade da Federação - Brasil, segundo a data de criação - 1988/2002

Unidade da Federação	Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE	Ano de Criação	Quantidade de Municípios
GO, DF, MG	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno	1998	22
PE, BA	Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA	2002	8
MA, PI	Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina	2002	13
Total	3	-	43

Fonte: IBGE

A primeira RIDE criada no Brasil foi a do Distrito Federal e Entorno, com vinte e dois municípios: dois de Minas Gerais, dezenove de Goiás, mais o município de Brasília. Em 2002, foram criadas mais duas: a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA, com quatro municípios da Bahia e quatro de Pernambuco; e a Região Integrada de

Desenvolvimento da Grande Teresina, com um município do Maranhão e doze municípios do Piauí.

As regiões integradas de desenvolvimento, assim como as novas regiões metropolitanas, estão sendo criadas com um objetivo comum: fomentar projetos de desenvolvimento regional através da unificação de procedimentos relativos, principalmente, aos serviços públicos comuns aos municípios dessas áreas.

É importante observar que essas novas regiões passaram a ser organizadas a partir da dispersão populacional que se estabeleceu no espaço urbano das primeiras nove RMs. A tabela onze mostra a evolução do número de municípios em todas as regiões, entre 1980 e 2000, segundo as classes de tamanho da população residente.

Tabela 11 - Quantidade de municípios por Região Metropolitana (1) segundo a classe de tamanho da população – 1980/2000

Classe de tamanho da população	Quantidade de municípios		Variação percentual 1980-2000
	1980	2000	
Até 50.000	47	221	370,2
De 50.001 a 100.000	32	64	100,0
De 100.001 a 200.000	13	41	215,4
De 200.001 a 300.000	6	17	183,3
De 300.001 a 500.000	5	20	300,0
De 500.001 a 1.000.000	5	12	140,0
Acima de 1.000.000	9	12	33,3
Total	117	387	230,8

Fonte: IBGE

Nota: (1) Inclusive a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE

Até 2000, havia 387 municípios distribuídos nas vinte e três regiões legalmente estabelecidas. O número de municípios com mais de um milhão de habitantes aumentou pouco, entre 1980 e 2000, de nove para doze; os municípios

de porte médio, com população entre trezentos mil e quinhentos mil habitantes, aumentaram quatro vezes, de cinco para vinte; os municípios menores, com população entre cem mil e trezentos mil habitantes, triplicaram, e os municípios pequenos, com menos de cinquenta mil habitantes, foram os que cresceram mais, aumentando de 47 para 221.

Percebe-se, com isso, que as novas regiões estão concentrando municípios de porte populacional médio e municípios pequenos. A dispersão populacional, ao mesmo tempo em que expande o espaço urbano metropolitano, também descentraliza: Até o ano 2000, as primeiras RMs praticamente duplicaram o número de municípios e, para além dos limites metropolitanos, também contribuíram para a formação de um grande número de novas regiões, ou seja, de novas centralidades urbanas.

As aglomerações urbanas, que agrupam, em geral, municípios de porte médio, também estão sendo instituídas dentro desse cenário mais recente de descentralização. Os estados brasileiros, desde 1988, têm autonomia legislativa para constituir essas novas regiões e, embora os objetivos sejam os mesmos, cada estado vem estabelecendo critérios próprios para a formação dessas novas regiões urbanas.

No caso do Rio Grande do Sul a Lei Complementar nº 9.479, de 20 de dezembro de 1991 estabelece os critérios para a instituição das aglomerações urbanas:

"II - Aglomeração Urbana - é o grupamento de municípios limítrofes que apresentam tendência à complementaridade das funções urbanas e população urbana mínima de 300.000 habitantes (1980), exigindo

planejamento integrado e recomendando ação coordenada dos entes públicos;" (Lei Complementar nº 9.479, de 20 de dezembro de 1991).

Existem, atualmente, no Rio Grande Sul, duas aglomerações urbanas legalmente constituídas: a Aglomeração Urbana do Sul, com seis municípios, tendo como centro o município de Pelotas (L.C. nº 11.876, de 26 de dezembro de 2002) e a Aglomeração Urbana do Nordeste, com dez municípios, tendo como centro o município de Caxias do Sul (L.C. nº 10.335, de 28 de dezembro de 1994).

A crescente urbanização do estado do Rio Grande do Sul, no que se refere ao lugar de residência da população, juntamente com a grande quantidade de desmembramentos municipais, representam elementos importantes para a descentralização do espaço urbano regional. Essas novas aglomerações urbanas têm surgido, exatamente, nesse contexto e podem, rapidamente, assumir algumas funções que antes estavam concentradas na metrópole. Em relação ao espaço metropolitano, especificamente, desde os anos 1970 é possível constatar importantes mudanças no seu padrão de urbanização. A diferenciação da mobilidade territorial da população, tanto no núcleo quanto no entorno da região metropolitana de Porto Alegre, vem demonstrando uma clara desaceleração no ritmo de crescimento populacional e uma possível reorientação dos movimentos migratórios.

Os tópicos seguintes mostrarão como essa desconcentração urbana vem reestruturando o espaço regional do estado do Rio Grande do Sul.

3.2. O cenário sócio-espacial regional do Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, o processo de urbanização, de maneira geral, nos últimos quarenta anos, foi semelhante ao do Brasil como um todo. Em 1960, apenas 44,36% da população do Rio Grande do Sul residia em áreas urbanas, menos da metade da população total. Em 2000, a proporção da população residindo em áreas urbanas já alcançava 81,65%, um crescimento de 84,06% em quarenta anos (tabela 12).

Tabela 12 - Proporção de população urbana e rural para o Rio Grande do Sul – 1960 a 2000

Situação do Domicílio	Proporção de população (%)				
	1960	1970	1980	1991	2000
Urbana	44,36	53,31	67,55	76,56	81,65
Rural	55,64	46,69	32,45	23,44	18,35

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Na base do processo de urbanização, ao longo desse período, destacam-se dois movimentos populacionais com intensidade, direção e sentido distintos: primeiro, um movimento de concentração, intrarregional e de curta distância com origem nas antigas áreas rurais e em direção às cidades; segundo, um movimento de concentração-dispersão, inter-regional e de longa distância, que inicialmente vai estruturar a concentração urbana metropolitana e, em seguida, a partir da dispersão metropolitana, vai impulsionar o surgimento de outras regiões urbanas.

O movimento intrarregional transferiu o lugar de residência de uma expressiva parcela da população das antigas áreas rurais para as cidades. Durante os anos 1970, período em que o processo de urbanização no Rio Grande do Sul foi mais intenso, a taxa média de crescimento demográfico ficou em 1,55% ao ano,

enquanto que, nas cidades, a taxa média de crescimento alcançou 3,92% ao ano, mais do que o dobro do crescimento total do Estado. No período seguinte, entre 1980 e 1991, tanto o Estado como um todo quanto as cidades, especificamente, apresentaram redução significativa no ritmo de crescimento populacional; mesmo assim, as cidades cresceram a uma taxa quase duas vezes maior do que o Estado. Esse diferencial de crescimento em favor das cidades, mesmo em queda, se manteve no período subsequente, entre 1991 e 2000 (tabela 13).

Tabela 13 - Variação absoluta e taxa média geométrica anual de crescimento demográfico, por situação do domicílio - Rio Grande do Sul - 1970 a 2000

Períodos	População residente total		População residente nas cidades (1)	
	Variação absoluta	Taxa média anual de crescimento	Variação absoluta	Taxa média anual de crescimento
1970 - 1980	1.108.946	1,55	1.548.818	3,92
1980 - 1991	1.364.833	1,48	1.837.610	2,94
1991 - 2000	1.049.128	1,23	1.301.427	2,00

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

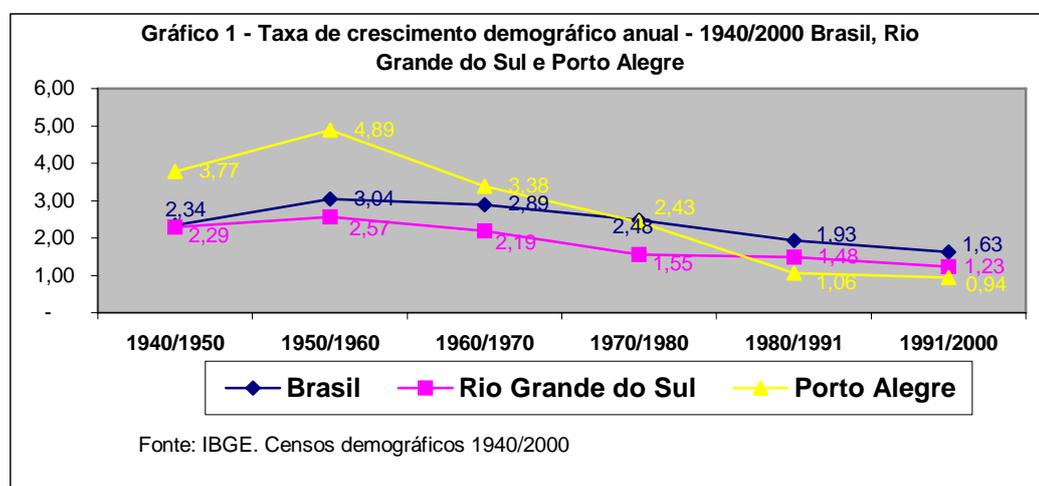
Nota: (1) área urbana do distrito sede.

Nessas três décadas, entre 1970 e 2000, o crescimento médio das cidades diminuiu, mas ainda é muito superior ao crescimento médio do Estado. No próximo tópico, em que se fará uma análise detalhada das regiões, será possível perceber que em algumas delas esse movimento ainda é muito intenso e deve contribuir para que o processo de urbanização continue, ainda que num ritmo mais lento.

O movimento inter-regional, de longa distância, agiu em dois sentidos: primeiro, concentrando população no núcleo metropolitano e no seu entorno mais próximo, em seguida, dispersando população a partir da expansão desse mesmo núcleo. Durante os anos 1950, a taxa de crescimento demográfico do município de Porto Alegre chegou a 4,89% ao ano. Em alguns municípios do entorno, como

Viamão e Canoas, as taxas de crescimento ficaram, respectivamente, em 9,26% e 10,1% ao ano, ambas entre as mais altas taxas de crescimento demográfico verificadas em municípios do Rio Grande do Sul nesse período. A taxa média de crescimento do estado do Rio Grande do Sul, nos anos 1950, a mais alta do século XX, alcançou um patamar bem inferior: 2,57% ao ano.

Após esse período de intensa concentração populacional, as taxas de crescimento do núcleo metropolitano começaram a declinar, passando para 3,38% ao ano, entre 1960 e 1970; 2,43%, entre 1970 e 1980; 1,06%, entre 1980 e 1991, e 0,94% ao ano, entre 1991 e 2000. Em quatro décadas, a taxa média anual de crescimento demográfico da metrópole gaúcha caiu 260%, superando rapidamente o declínio das taxas médias do Estado, que chegou, de 1991 a 2000, a 1,23% ao ano, e do País que, no mesmo período ficou em 1,63% ao ano (Gráfico 1).



O Rio Grande do Sul, desde a década de 1970, vem acumulando saldos migratórios negativos (emigração maior que a imigração) de pequena intensidade. A taxa de crescimento vegetativo médio do Rio Grande do Sul (tabela 14), nos três períodos considerados, foi maior que o crescimento demográfico em

função do saldo migratório negativo: no período 1970/1980 a diferença foi 11,7%; no período seguinte, 1980/1991, a diferença cai para 4,92% e, entre 1991 e 2000, fica em 5,95%.

Tabela 14 - Taxas médias anuais de crescimento demográfico e vegetativo – Rio Grande do Sul – 1970/2000

Períodos	Crescimento demográfico (A)	Crescimento vegetativo (B)	Diferença (%) (B/A)
1970 / 1980	1,55	1,73	11,70
1980 / 1991	1,48	1,55	4,92
1991 / 2000	1,23	1,30	5,85

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

As diferenças entre os crescimentos demográfico e vegetativo no Rio Grande do Sul, de maneira geral, são pouco significativas, principalmente nos dois últimos períodos, e têm, portanto, pouca influência nos deslocamentos populacionais internos. Contudo, foi importante estabelecer a taxa de crescimento vegetativo médio do Rio Grande do Sul, em cada um dos períodos considerados, na medida que essa taxa será o principal parâmetro para identificar as regiões de expansão e as regiões de evasão populacionais comparando, em cada período, o crescimento demográfico de cada região com o crescimento vegetativo médio do Rio Grande do Sul.

3.2.1. As regiões de expansão e as regiões de evasão populacionais

Ao longo dessas três décadas, formaram-se no Rio Grande do Sul regiões de expansão, com taxas de crescimento demográfico acima do vegetativo, e regiões de evasão com perdas populacionais absolutas, ou seja, com taxas de crescimento demográfico negativas. A tabela 15 mostra a distribuição do crescimento demográfico regional do Rio Grande do Sul, nos anos 1970.

Tabela 15 - População residente, variação absoluta e taxa média geométrica anual de crescimento demográfico segundo as regiões de análise - Rio Grande do Sul - 1970 / 1980

Rio Grande do Sul e regiões	População residente total		Variação absoluta 1970/1980	Taxa média anual de crescimento 1970/1980
	1970	1980		
Rio Grande do Sul	6.664.891	7.773.837	1.108.946	1,55
Vacaria	130.185	111.629	-18.556	-1,53
Cachoeira do Sul	183.149	176.368	-6.781	-0,38
Erechim	267.504	257.960	-9.544	-0,36
Bagé	267.708	261.186	-6.522	-0,25
Osório	191.833	187.440	-4.393	-0,23
Três Passos	183.473	181.796	-1.677	-0,09
Soledade	161.835	161.507	-328	-0,02
Frederico Westphalen	195.049	201.257	6.208	0,31
Santa Rosa	282.957	297.182	14.225	0,49
Santa Maria	393.608	414.353	20.745	0,51
Cruz Alta	143.088	151.108	8.020	0,55
Santa Cruz do Sul	306.997	330.555	23.558	0,74
Palmeira das Missões	119.853	130.239	10.386	0,83
Uruguaiana	421.419	464.334	42.915	0,97
Pelotas	409.089	453.483	44.394	1,04
Passo Fundo	293.936	329.307	35.371	1,14
Rio Grande	207.385	242.232	34.847	1,57
Santo Ângelo	287.057	339.420	52.363	1,69
Caxias do Sul	432.121	554.279	122.158	2,52
Porto Alegre	1.409.698	1.991.796	582.098	3,52
Novo Hamburgo	376.947	536.406	159.459	3,59

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1970 e 1980

Durante a década de 1970, período em que o crescimento vegetativo médio do Rio Grande do Sul foi 1,73% ao ano, das 21 regiões de análise, 14 apresentaram taxa de crescimento médio abaixo de 1,0% ao ano, sendo que dessas, sete ficaram com taxas negativas, ou seja, tiveram perdas absolutas de população. Somente as regiões de Caxias do Sul, Porto Alegre e Novo Hamburgo cresceram acima do vegetativo e juntas concentraram mais de 70% do crescimento absoluto total do Estado.

A população do Rio Grande do Sul em 1980, comparada com a de 1970, aumentou em 1,1 milhão de habitantes. Nas três regiões de expansão, nesse período - Caxias do Sul, Porto Alegre e Novo Hamburgo -, o crescimento

populacional alcançou 863 mil habitantes, ou seja, 77,9% do crescimento total do Estado. Nos anos 1970, a concentração populacional urbana, impulsionada pelos movimentos inter-regionais, foi a mais intensa desses trinta anos.

No período que cobre os censos demográficos de 1980 e 1991, quando o crescimento vegetativo médio do Rio Grande do Sul diminuiu para 1,55%, o número de regiões de expansão aumentou e o de regiões de evasão diminuiu (tabela 16).

Nesse período o número de regiões com taxa de crescimento abaixo de 1,0% ao ano diminuiu para 12 e as regiões de evasão, com perdas absolutas de população, diminuíram para quatro. Por outro lado, as regiões de expansão, com taxas de crescimento demográfico acima do vegetativo, aumentaram. Além das três regiões de expansão, reveladas na década anterior - Porto Alegre, Novo Hamburgo e Caxias do Sul -, surge, também, entre 1980 e 1991, a região de Osório, com taxa de crescimento demográfico maior que a da região de Porto Alegre e praticamente igual a da região de Caxias do Sul. O inusitado é que a região de Osório, no período anterior, aparecia como região de evasão populacional com taxa de crescimento negativa.

Tabela 16 - População residente, variação absoluta e taxa média geométrica anual de crescimento demográfico segundo as regiões de análise - Rio Grande do Sul - 1980 / 1991

Rio Grande do Sul e regiões	População residente total		Variação absoluta 1980/1991	Taxa média anual de crescimento 1980/1991
	1980	1991		
Rio Grande do Sul	7.773.837	9.138.670	1.364.833	1,48
Três Passos	181.796	165.309	-16.487	-0,86
Frederico Westphalen	201.257	187.110	-14.147	-0,66
Santa Rosa	297.182	285.012	-12.170	-0,38
Palmeira das Missões	130.239	126.281	-3.958	-0,28
Erechim	257.960	268.190	10.230	0,35
Santo Ângelo	339.420	354.624	15.204	0,40
Vacaria	111.629	116.714	5.085	0,41
Soledade	161.507	169.240	7.733	0,43
Cruz Alta	151.108	161.839	10.731	0,63
Cachoeira do Sul	176.368	189.637	13.269	0,66
Bagé	261.186	281.731	20.545	0,69
Santa Maria	414.353	460.472	46.119	0,96
Passo Fundo	329.307	375.642	46.335	1,20
Pelotas	453.483	518.277	64.794	1,22
Santa Cruz do Sul	330.555	377.921	47.366	1,22
Uruguaiana	464.334	538.062	73.728	1,35
Rio Grande	242.232	282.029	39.797	1,39
Porto Alegre	1.991.796	2.497.768	505.972	2,08
Osório	187.440	239.800	52.360	2,26
Caxias do Sul	554.279	709.800	155.521	2,27
Novo Hamburgo	536.406	833.212	296.806	4,08

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1980 e 1991

No período seguinte, entre 1991 e 2000 (tabela 17) o crescimento vegetativo médio do Rio Grande do Sul caiu para 1,3% ao ano, as regiões de evasão e as regiões de expansão mantiveram-se as mesmas do período anterior. Das 21 regiões, 13 ficaram com taxas de crescimento demográfico abaixo de 1,0% ao ano e destas, quatro ficaram com taxas negativas: as regiões de Três Passos, Frederico Westphalen, Santa Rosa e Palmeira das Missões, as mesmas e na mesma ordem em que se encontravam no período anterior. Além das 13 regiões com crescimento abaixo de 1% ao ano e das quatro caracterizadas como regiões de expansão, com crescimento acima do vegetativo, há outras quatro, Santa Maria, Pelotas, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul, que aparecem com taxas de

crescimento acima de 1% ao ano. Contudo, destas, somente três, Santa Maria, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul, vêm mantendo uma certa tendência de crescimento populacional desde a década de 1970 .

Tabela 17 - População residente, variação absoluta e taxa média geométrica anual de crescimento demográfico segundo as regiões de análise - Rio Grande do Sul - 1991 / 2000

Rio Grande do Sul E regiões	População residente total		Variação absoluta 1991/2000	Taxa média anual de crescimento 1991/2000
	1991	2000		
Rio Grande do Sul	9.138.670	10.187.798	1.049.128	1,23
Três Passos	165.309	150.743	-14.566	-1,03
Frederico Westphalen	187.110	172.427	-14.683	-0,91
Santa Rosa	285.012	278.309	-6.703	-0,27
Palmeira das Missões	126.281	124.301	-1.980	-0,18
Erechim	268.190	270.782	2.592	0,11
Santo Ângelo	354.624	363.208	8.584	0,27
Cruz Alta	161.839	166.780	4.941	0,34
Cachoeira do Sul	189.637	196.712	7.075	0,41
Soledade	169.240	178.563	9.323	0,60
Vacaria	116.714	123.892	7.178	0,67
Bagé	281.731	300.921	19.190	0,74
Uruguaiana	538.062	583.197	45.135	0,91
Rio Grande	282.029	306.543	24.514	0,94
Santa Maria	460.472	505.824	45.352	1,06
Pelotas	518.277	571.644	53.367	1,11
Passo Fundo	375.642	418.908	43.266	1,23
Santa Cruz do Sul	377.921	422.337	44.416	1,25
Porto Alegre	2.497.768	2.877.338	379.570	1,60
Novo Hamburgo	833.212	1.004.151	170.939	2,11
Caxias do Sul	709.800	863.508	153.708	2,22
Osório	239.800	307.710	67.910	2,84

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1991 e 2000

A dinâmica populacional verificada no estado do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1970 e 2000, revelou, primeiro, um processo de crescimento populacional concentrado no núcleo metropolitano e, em seguida, um processo de expansão desse crescimento para outras regiões fora do espaço metropolitano.

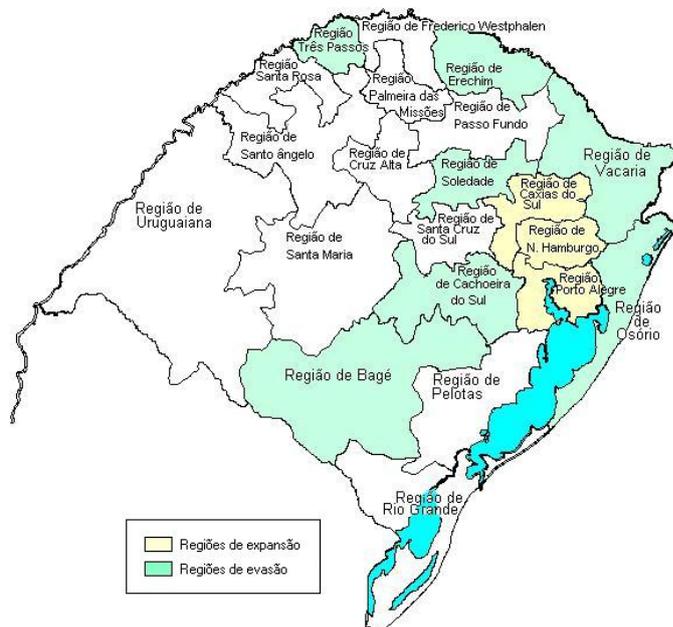
Nos anos 1970, a expansão populacional já se deslocara do núcleo metropolitano na direção da região de Novo Hamburgo, tendo alcançado, inclusive,

a região de Caxias do Sul. Nos anos 1980, incluiu, em sentido oposto, a região de Osório, e por último, entre 1991 e 2000, abrangeu, também, as regiões de Santa Cruz do Sul e de Passo Fundo. Próxima desse grupo aparece, ainda, a região de Santa Maria que, mesmo com taxa de crescimento mais baixa do que o vegetativo, vem mantendo ao longo dessas três décadas uma nítida tendência de crescimento e, se mantiver essa propensão, em seguida deve figurar entre as regiões de expansão populacional.

As regiões de evasão, com perdas populacionais absolutas diminuíram de sete, na década de 1970, para quatro, na década de 1990: as regiões de Vacaria, Cachoeira do Sul, Erechim, Bagé, Osório e Soledade, que nos anos 1970 apareciam com taxas de crescimento demográfico negativas, reverteram esse quadro já na década seguinte. A reação mais surpreendente foi da região de Vacaria. Essa região, nos anos 1970, foi a que mais perdeu população em termos absolutos no Rio Grande do Sul: -18.556 habitantes, a uma taxa de -1,53% ao ano. Durante os anos 1990, a taxa média de crescimento demográfico da região de Vacaria já era de 0,67% ao ano.

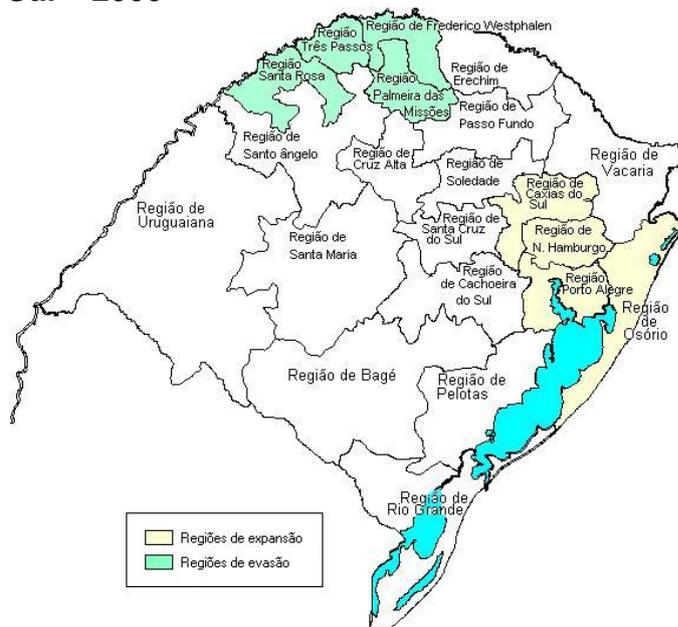
Essa desconcentração urbana que vem se verificando no estado do Rio Grande do Sul pode ser explicada, por um lado, pela expansão do crescimento populacional metropolitano para outras regiões, e por outro, pela diminuição das regiões com perdas absolutas de população, como mostram os cartogramas das figuras dois e três. Por conseguinte, o crescimento populacional do Estado como um todo, de maneira geral, tende, ao longo do tempo, a ser mais equilibrado e mais desconcentrado.

Figura 2 - Cartograma das regiões de expansão e das regiões de evasão do Rio Grande do Sul - 1970



Fonte: IBGE – Divisão territorial municipal 2000.
Organizador: Ademir Barbosa Koucher

Figura 3 - Cartograma das regiões de expansão e das regiões de evasão do Rio Grande do Sul – 2000



Fonte: IBGE – Divisão territorial municipal 2000.
Organizador: Ademir Barbosa Koucher

3.2.2. As regiões urbanas e as regiões agrícolas

Com relação à estrutura ocupacional verifica-se que, em algumas áreas, há uma relação direta entre o crescimento da atividade industrial e a formação das regiões de expansão e, em outras áreas, há uma clara relação entre as regiões mais agrícolas e as regiões de evasão populacional, que vem confirmar a prevalência da distribuição espacial das atividades econômicas na explicação dos fluxos migratórios.

Em 1980, o censo demográfico mostrou que a população ocupada em atividades industriais¹¹ no Rio Grande do Sul estava concentrada nas regiões de Porto Alegre, Novo Hamburgo e Caxias do Sul. Próxima desse grupo, mas ainda com uma pequena preponderância de população ocupada em atividades agrícolas¹², aparecia a região de Rio Grande (gráfico 2).

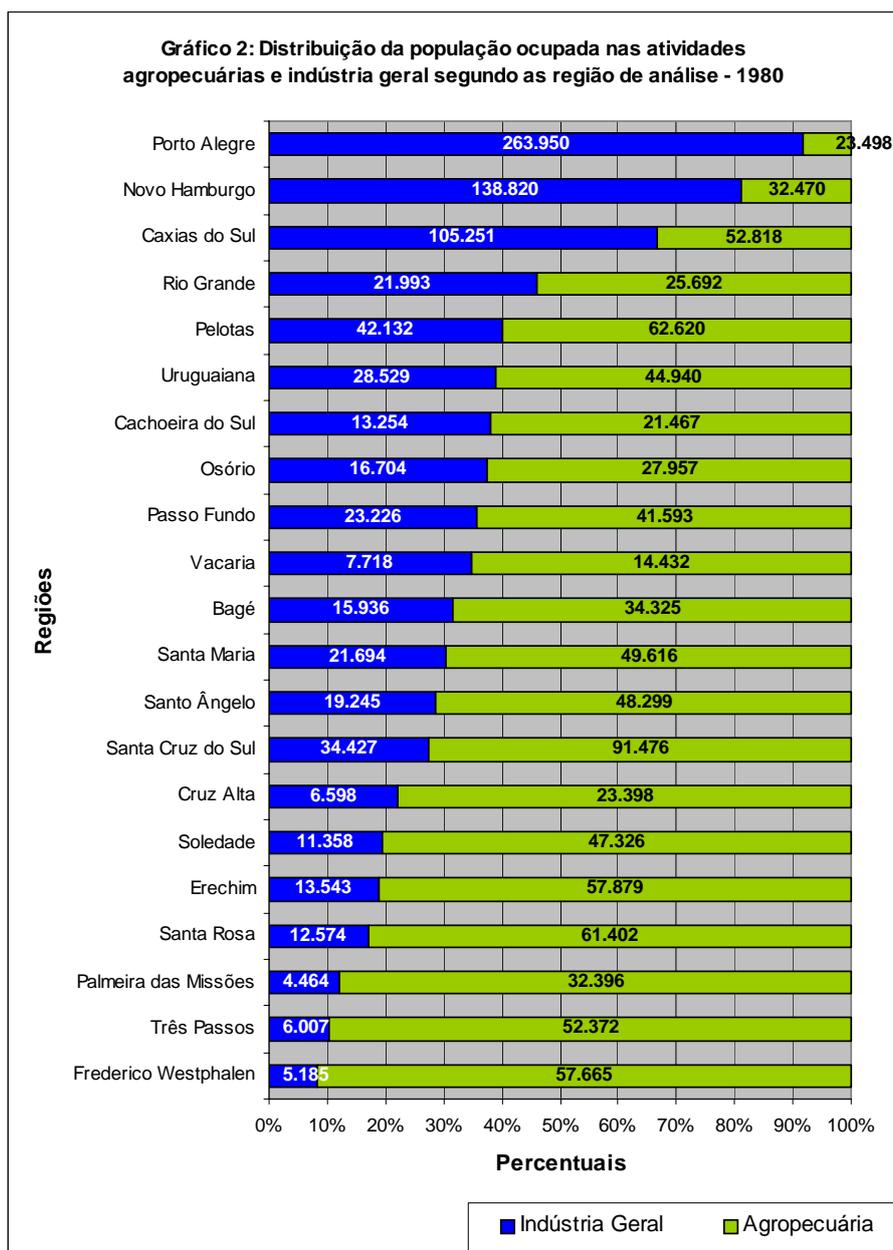
No início dos anos 1980, o Rio Grande do Sul contava, portanto, com três regiões urbanas¹³ e dezoito regiões agrícolas¹⁴. Juntas, as três regiões urbanas concentravam 63% da população ocupada em atividades industriais no Estado. Entre as regiões agrícolas, as quatro com a menor proporção de população ocupada em atividades industriais eram as mesmas que, nesse período, apareciam como regiões de evasão populacional: as regiões de Santa Rosa, Palmeira das Missões, Três Passos e Frederico Westphalen. Até esse período a estreita relação entre o processo migratório e o crescimento da atividade industrial, referida por Singer (1980) e Martine e Diniz (1991), é inconteste.

¹¹ Ver metodologia, capítulo 1, item 2.4.2.

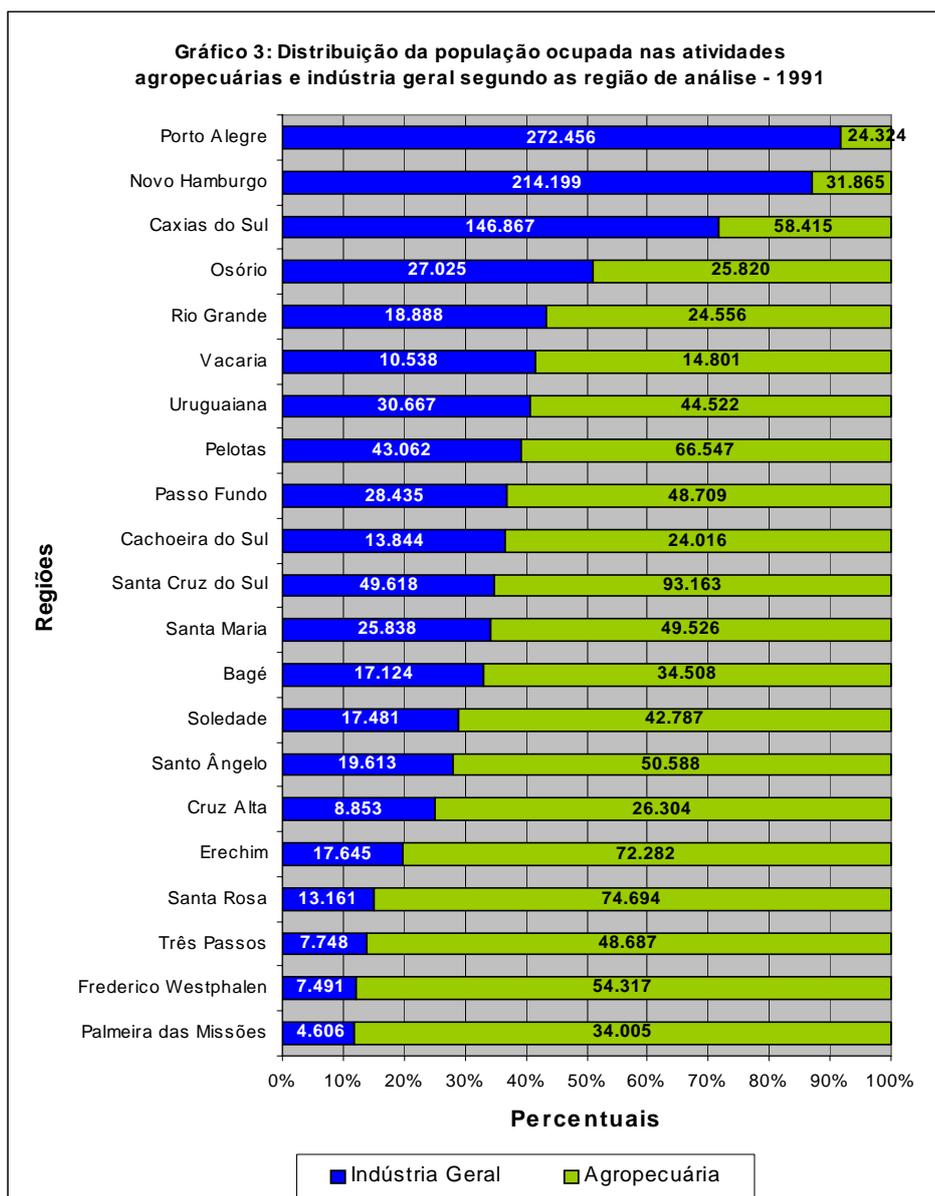
¹² Idem

¹³ Ver metodologia, capítulo 1, item 2.3.2.

¹⁴ Idem

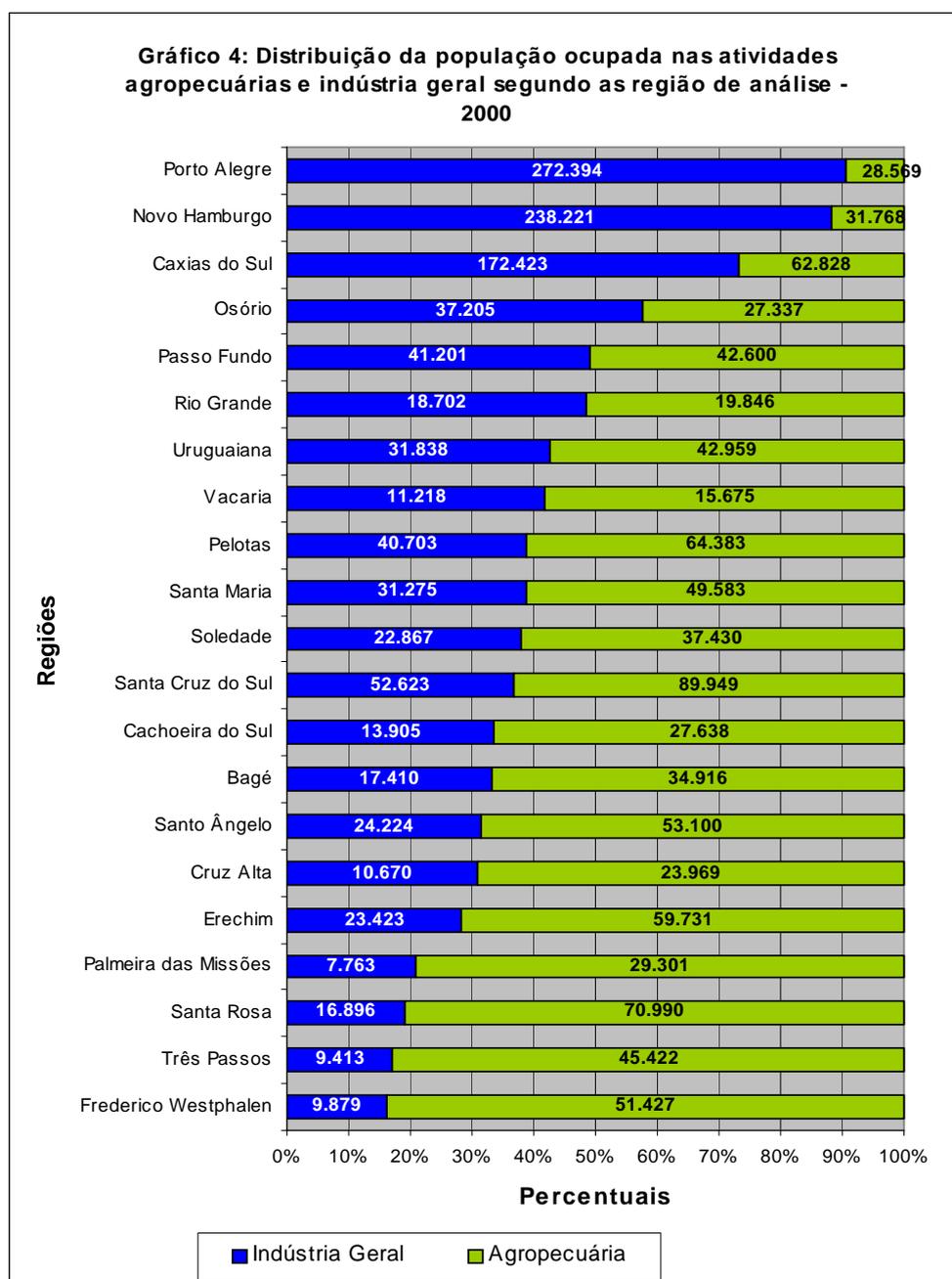


Na década seguinte, o censo demográfico de 1991 mostrou a emergência de uma nova região urbana no Rio Grande do Sul, além das três que já apareciam no período anterior. Na região de Osório a proporção da população ocupada em atividades industriais cresceu 36,6% em onze anos, passando de 37,4% em 1980 para 51,1%, em 1991 (gráfico 3).



No período compreendido entre 1980 e 1991, a região de Osório evoluiu, simultaneamente, de região agrícola para região urbana e de região de evasão para região de expansão populacional. Mais uma vez os dados populacionais demonstram, claramente, que a intensidade e a direção dos fluxos migratórios regionais tendem a acompanhar a distribuição espacial das atividades econômicas.

Em 2000, o censo demográfico mostrou que a quantidade de regiões urbanas e de regiões agrícolas, em relação ao período anterior, não havia se alterado (gráfico 4).



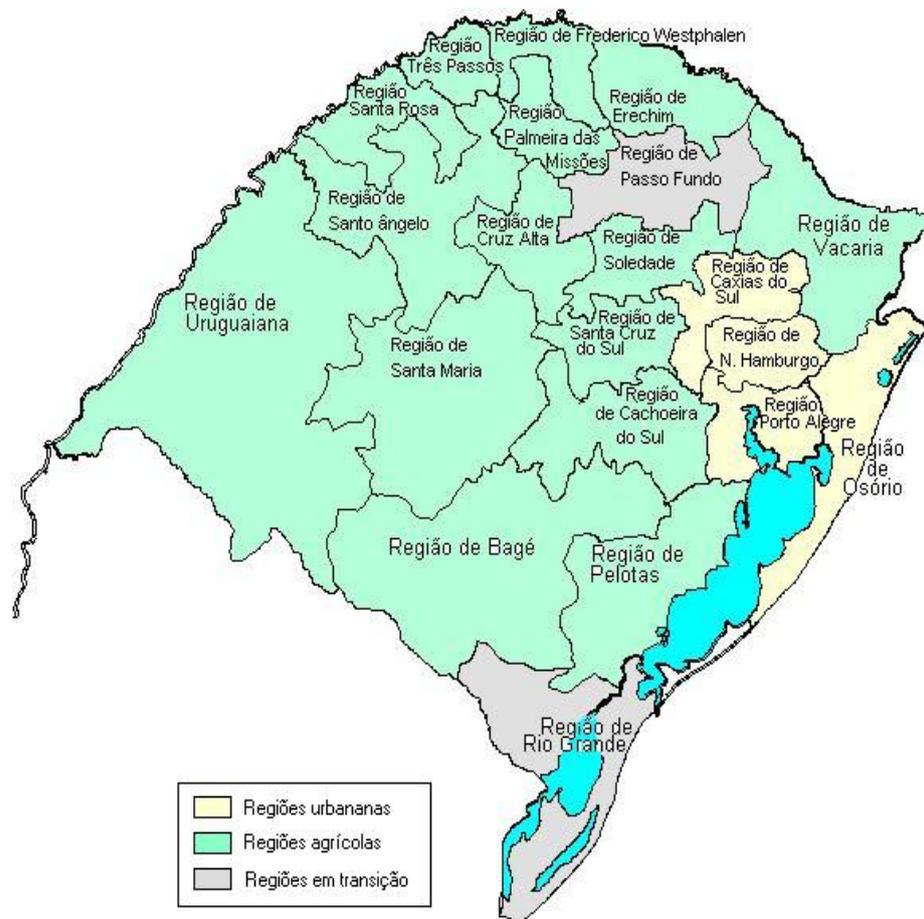
Das quatro regiões caracterizadas como urbanas até 1991 (Porto Alegre, Novo Hamburgo, Caxias do Sul e Osório) as três primeiras mantiveram, em

2000, a proporção da população ocupada em atividades industriais praticamente inalteradas. Somente a região de Osório manteve a tendência de crescimento iniciada em 1980, aumentando a proporção da população ocupada em atividades industriais, de 51,1% em 1991 para 57,6% em 2000, consolidando a posição de quarta região urbana do Rio Grande do Sul. Além dessas quatro, aparecem, muito próximas das regiões urbanas, as regiões de Passo Fundo e de Rio Grande. A região de Passo Fundo, com 49% da população ocupada em atividades industriais, vem crescendo desde os anos 1980 e, se mantiver essa tendência de crescimento, na próxima década deverá figurar como mais uma região urbana no Rio Grande do Sul.

O cenário sócio-espacial regional que se configurou, no final do século XX, no Rio Grande do Sul, mostrou que a atividade industrial, antes concentrada no núcleo metropolitano e no seu entorno mais próximo, se expandiu, avançando primeiro para as regiões de Novo Hamburgo e de Caxias do Sul e, em seguida, em sentido oposto, para a região de Osório. Fora dessa área contígua, nas duas últimas décadas, a região de Passo Fundo, com um contingente populacional semelhante ao da região de Osório, vem se consolidando como um novo centro de expansão urbana no Rio Grande do Sul. A região de Rio Grande aparece logo atrás da região de Passo Fundo em relação à estrutura ocupacional, não obstante as perdas relativas de população verificadas nos últimos vinte anos. Nas outras regiões, no que concerne à população ocupada, as atividades agrícolas são preponderantes, sendo que as quatro regiões com mercado de trabalho mais dependentes desse setor de atividade, Palmeira das Missões, Santa Rosa, Três Passos e Frederico Westphalen, são, também, as mesmas regiões de evasão, que vêm contabilizando perdas populacionais absolutas desde os anos 1980.

O cartograma da figura 4 mostra a distribuição das regiões urbanas e das regiões agrícolas do estado do Rio Grande do Sul neste início de século.

Figura 4 - Cartograma das regiões urbanas e das regiões agrícolas do Rio Grande do Sul – 2000



Fonte: IBGE – Divisão territorial municipal 2000.
Organizador: Ademir Barbosa Koucher

Esse cenário sócio-espacial, produto da desconcentração populacional e econômica que vem reestruturando o espaço urbano regional do Rio Grande do Sul, a partir dos anos 1970, traz consigo importantes transformações no perfil sociodemográfico dessas regiões. Nas regiões mais urbanizadas, onde se concentram as atividades industriais e os serviços correlatos, a reestruturação tende a especializar os mercados de trabalho, deixando-os mais exigentes no que concerne à qualificação da mão-de-obra, principalmente quanto ao nível de escolaridade. Nas regiões preponderantemente agrícolas, o perfil etário da população tende a ser mais elevado em função da evasão dos mais jovens.

No próximo tópico, a análise dos dados sociodemográficos vai revelar as transformações que vêm ocorrendo quanto à situação do domicílio, a distribuição ocupacional, a estrutura etária e o grau de escolaridade da população de cada região.

3.3. O cenário sociodemográfico regional do Rio Grande do Sul

O cenário sócio-espacial regional verificado no tópico anterior, além de caracterizar e localizar as diferentes regiões, também orientou, metodologicamente, a análise das variáveis sociodemográficas. Para isso, as regiões foram organizadas em três grandes grupos. O primeiro, contendo as quatro regiões urbanas e de expansão populacional: Porto Alegre, Novo Hamburgo, Caxias do Sul e Osório. O segundo, constituído pelas quatro regiões preponderantemente agrícolas e de evasão populacional: Santa Rosa, Três Passos, Frederico Westphalen e Palmeira das Missões. O terceiro foi composto pelas outras treze regiões agrícolas intermediárias, que não puderam ser caracterizadas nem como de expansão nem como de evasão. Este grupo de regiões intermediárias ainda foi dividido em dois subgrupos: um com tendência à expansão, com quatro regiões (Santa Maria, Pelotas, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul) e outro, com tendência à evasão, com nove regiões (Erechim, Santo Ângelo, Cruz Alta, Cachoeira do Sul, Soledade, Vacaria, Bagé, Uruguaiana e Rio Grande). Essa última subdivisão objetivou, especificamente, auxiliar a análise dos dados sociodemográficos

As variáveis utilizadas foram: a distribuição da população segundo a situação de residência (nas cidades e fora das cidades); a distribuição da população por grupos de idade (até 19 anos, de 20 a 39 anos, de 40 a 59 anos e mais de 60 anos de idade); a distribuição da população ocupada, com mais de dez anos de idade, por setor de atividade (agropecuária, Indústria geral e comércio/serviços) e a distribuição da população não estudante, com mais de dez anos de idade, segundo o grau do curso mais elevado concluído (elementar, ensino fundamental, ensino médio e superior).

Antes da análise dos dados em âmbito regional, foi necessário fazer um breve exame da composição média das variáveis sociodemográficas relativas ao estado do Rio Grande do Sul como um todo, descritas na tabela dezoito, com o objetivo de estabelecer uma base comum de comparação para cada região.

Tabela 18 - Variáveis sociodemográficas – Rio Grande do Sul - 1980 a 2000

Variáveis sociodemográficas		Ano		
		1980	1991	2000
Distribuição relativa da população segundo a situação de residência	Nas cidades (1).....	62,9	73,6	78,8
	Fora das cidades...	37,1	26,4	21,2
Distribuição relativa da população ocupada, com mais de dez anos de idade, por setor de atividade	Indústria Geral.....	25,8	24,9	24,4
	Agropecuária	28,6	23,7	20,1
	Comércio/Serviços	45,6	51,4	55,4
Distribuição relativa da população por grupos de idade	Até 19 anos.....	43,9	38,9	35,5
	20 a 39 anos.....	31,8	33,4	31,6
	40 a 59 anos.....	17,0	18,8	22,4
	Mais de 60 (2).....	7,3	8,9	10,5
Distribuição relativa da população não estudante, com mais de dez anos de idade, segundo o grau do curso mais elevado concluído	Elementar (3).....	68,3	38,7	28,9
	Fundamental	17,0	40,1	41,7
	Médio.....	10,9	13,9	20,3
	Superior (4).....	3,8	7,3	9,2

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1980, 1991 e 2000

- Notas: (1) área urbana do distrito-sede
 (2) inclusive idade ignorada
 (3) antigo primário e alfabetização de adultos
 (4) inclusive mestrado e doutorado

O Rio Grande do Sul chegou ao final do século XX com uma alta concentração de pessoas residindo em cidades, próximo de 80% da população total. O rápido crescimento da população citadina nas últimas duas décadas do século passado foi impulsionado, por um lado, pelos movimentos migratórios de curta distância e, por outro, pela grande quantidade de emancipações municipais ocorridas no estado nesse período.

Quanto à ocupação (tabela 18), observam-se três importantes movimentos ao longo do tempo: primeiro, uma pequena diminuição na proporção da população ocupada em atividades industriais, em que pese a expansão espacial

dessa atividade já constatada no tópico anterior; segundo, uma diminuição ainda maior na proporção da população ocupada das atividades agrícolas e, por último, um crescimento generalizado da população ocupada nas atividades de comércio e serviços. A expansão espacial das atividades industriais, seja no contexto metropolitano, seja para outras regiões além das fronteiras metropolitanas, contribuiu decisivamente para a criação e o crescimento de uma grande quantidade de atividades no setor de comércio e serviços no Rio Grande do Sul. Esse setor de atividade, por sua vez, absorveu, entre 1980 e 2000, a maior parte da população antes ocupada em atividades agrícolas que, ao longo dessas duas décadas, foram, paulatinamente, assentando residência nas cidades.

Em relação aos grupos etários (tabela 18) também foi possível constatar três variantes. Primeiro uma diminuição considerável na proporção da população com até 19 anos de idade, por conta da queda na taxa de fecundidade total¹⁵, com a diminuição do número médio de filhos por mulher em idade reprodutiva no Brasil desde os anos 1960¹⁶. Segundo, um crescimento na proporção da população com mais de 40 anos de idade, especialmente na faixa acima dos 60 anos, em função do aumento na esperança média de vida ao nascer¹⁷ da população residente no Brasil, particularmente no Rio Grande do Sul. Por último, um crescimento proporcional, até 1991, na faixa intermediária que vai dos 20 aos 39 anos de idade, seguido de queda durante a década de 1990. Esse quadro mostra que a redução na taxa de fecundidade total, durante os anos 1980, só era percebida na diminuição proporcional da população mais jovem, com até 19 anos de idade. Na

¹⁵ A taxa de fecundidade total é o número médio de filhos por mulher em idade reprodutiva (Metodologia do censo demográfico 2000 / IBGE. 2003, p.253-4)

¹⁶ A taxa de fecundidade total, no Brasil e no Rio Grande do Sul, em 1960, era superior a cinco filhos por mulher em idade reprodutiva. Em 2000 os resultados do censo demográfico apontaram taxas médias de fecundidade total para o Brasil em torno de 2,4 e para o Rio Grande do Sul em torno de 2,2 (IBGE, 2004 p. 86).

faixa imediatamente superior, que vai dos 20 aos 39 anos, os efeitos da queda da fecundidade, de maneira geral, só se tornaram perceptíveis a partir da década de 1990.

O movimento migratório de curta distância, ao transferir a residência da maioria da população para as cidades, determinou importantes alterações na estrutura etária e ocupacional no Rio Grande do Sul. Essa mobilidade ocupacional, por sua vez, levou a efeito profundas mudanças nos níveis de escolaridade da população em idade ativa (com mais de dez anos de idade), que precisou se adaptar às novas atividades urbanas.

Em 1980, 68,3% da população não estudante, com mais de dez anos de idade, possuía apenas o nível elementar, que compreende o antigo primário (cinco anos de estudo no máximo) ou simplesmente a alfabetização de adultos. Em 2000, as exigências por níveis de escolaridade cada vez mais altos, requeridas pela nova estrutura ocupacional urbana, transformaram esse cenário: a parcela da população não estudante com mais de dez anos de idade com o nível fundamental concluído já era maioria, a parcela correspondente ao nível médio duplicara e a parcela com curso superior completo havia crescido quase três vezes. Outro dado que reforça a importância crescente do aumento da escolaridade nessa nova estrutura regional urbana é a diminuição na proporção da população em idade ativa que nunca havia freqüentado escola: caiu de 18,8% em 1980 para 4,6% em 2000 (tabela 19).

¹⁷ A esperança de vida ao nascer, no Brasil, passou de pouco mais de 50 anos em 1960 para 71,0 anos em 2002. Para o Rio Grande do Sul, em 2002, a esperança de vida ao nascer já era de 72 anos de idade (IBGE, 2004, p. 38).

Tabela 19 - População com mais de 10 anos de idade segundo à freqüência à escola - Rio Grande do Sul 1980 / 2000

População com mais de 10 anos de idade	1980		2000	
	Total	%	Total	%
Total	6.097.923	100,0	8.445.138	100,0
Nunca freqüentaram escola	1.148.565	18,8	392.635	4,6
Freqüentavam escola	1.216.271	19,9	1.959.059	23,2
Não freqüentavam escola	3.733.087	61,2	6.093.444	72,2

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1980, 2000.

O cenário sociodemográfico que se estabeleceu, neste início de século, no estado do Rio Grande do Sul, é produto desse conjunto de mudanças que vem reestruturando o espaço urbano regional: a transferência de residência da maioria da população para as cidades, pressionando a expansão do espaço urbano; a tendência à inversão da pirâmide etária a partir da diminuição da taxa de fecundidade e do aumento proporcional da população com mais de 40 anos de idade; e a mobilidade ocupacional, demandando níveis de escolaridade cada vez maiores.

3.3.1 As regiões de expansão

As quatro regiões de expansão - Porto Alegre, Novo Hamburgo, Caxias do Sul e Osório - foram assim caracterizadas por apresentarem taxas de crescimento populacional maiores que as de crescimento vegetativo no período recente, o que implica ganhos populacionais por migração. Soma-se a isso o fato de essas regiões serem, por definição, as únicas caracterizadas como urbanas.

Nas três regiões urbanas mais antigas (Porto Alegre, Novo Hamburgo e Caxias do Sul), as taxas de crescimento populacional, apesar de altas, eram

declinantes¹⁸, ou seja, a população cresceu num ritmo cada vez menor, configurando um processo de desconcentração espacial. Na nova região urbana (Osório), as taxas de crescimento populacional eram ascendentes desde a década de 1980, constituindo um processo de concentração, inverso ao apresentado nas regiões antigas. Contudo, a concentração verificada na região de Osório foi significativamente diferente da concentração inicial que formou a região metropolitana de Porto Alegre. Em Osório, a concentração, iniciada nos anos 1980 foi generalizada e atingiu toda a região que, em conseqüência, se expandiu. Na RMPA, o processo de concentração foi centralizado no núcleo metropolitano até os anos 1970, para, só depois, a partir dos anos 1980, se expandir para o entorno e para outras regiões, inclusive para a região de Osório.

A situação de residência da população dessas regiões (tabela 20) também pode ser analisada sob essa mesma ótica. Em 2000, nas regiões urbanas mais antigas, 90% da população residia em cidades; é o caso das regiões de Porto Alegre e Novo Hamburgo. Na região de Caxias do Sul, com uma urbanização mais tardia, o percentual da população residindo em cidades era um pouco menor, 81,7%. E na região de Osório, com uma urbanização mais recente, essa proporção era ainda mais baixa, 67,2%.

¹⁸ Ver tabelas: 15, 16 e 17.

Tabela 20 - Distribuição relativa da população, segundo a situação de residência por região de expansão - Rio Grande do Sul - 1980-2000

Região	Situação de residência	Ano		
		1980	1991	2000
Porto Alegre	Nas cidades (1).....	88,1	92,2	90,3
	Fora das cidades.....	11,9	7,8	9,7
Novo Hamburgo	Nas cidades (1).....	76,7	85,6	90,2
	Fora das cidades.....	23,3	14,4	9,8
Caxias do Sul	Nas cidades (1).....	66,1	75,8	81,7
	Fora das cidades.....	33,9	24,2	18,3
Osório	Nas cidades (1).....	37,1	60,1	67,2
	Fora das cidades.....	62,9	39,9	32,8
Média das regiões	Nas cidades (1).....	67,0	78,4	82,4
	Fora das cidades.....	33,0	21,6	17,6

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1980, 1991 e 2000

Nota: (1) área urbana do distrito-sede

As estatísticas sobre a situação de residência mostraram que na região de Porto Alegre o movimento intramunicipal de curta distância em direção às cidades alcançou o seu auge no final dos anos 1980 e, a partir desse período, iniciou um movimento de inversão, apesar das emancipações municipais ocorridas durante os anos 1990. Essa foi a única região em que a proporção da população com residência fora das cidades aumentou entre 1991 e 2000.

Na região de Osório, o movimento de transferência da população para as cidades, entre 1980 e 2000, foi, dentre todas as regiões urbanas, o mais intenso. Apesar disso, a população citadina dessa região, em 2000, ainda era, proporcionalmente, menor que das outras regiões urbanas, o que indica uma provável continuidade do aumento populacional dessas cidades a taxas crescentes nos próximos anos.

No que tange à distribuição da ocupação (tabela 21) foi possível perceber dois comportamentos distintos entre as regiões de expansão. Por um lado aparecem as regiões de Novo Hamburgo e Caxias do Sul, com uma dinâmica semelhante à média do Rio Grande do Sul, e por outro, as regiões de Porto Alegre e

Osório, com algumas variações bem específicas: enquanto na região urbana mais antiga (Porto Alegre) a proporção da população ocupada em atividades industriais tende a diminuir, na nova região urbana (Osório) essa proporção tende a aumentar. Pode-se dizer que o crescimento das atividades industriais na nova região urbana acontece, em grande parte, por influência da desconcentração na região urbana mais antiga.

Tabela 21 - Distribuição relativa da população ocupada, com mais de dez anos de idade, segundo o setor de atividade por região de expansão - Rio Grande do Sul - 1980-2000

Região	Setor de atividade	Ano		
		1980	1991	2000
Porto Alegre	Indústria Geral.....	31,7	26,1	22,8
	Agropecuária	2,8	2,3	2,4
	Comércio/Serviços.....	65,5	71,6	74,8
Novo Hamburgo	Indústria Geral.....	55,4	54,4	49,9
	Agropecuária	13,0	8,1	6,7
	Comércio/Serviços.....	31,6	37,5	43,5
Caxias do Sul	Indústria Geral.....	41,7	41,8	39,5
	Agropecuária	20,9	16,6	14,4
	Comércio/Serviços.....	37,4	41,6	46,1
Osório	Indústria Geral.....	23,4	27,2	27,9
	Agropecuária	39,2	26,0	20,5
	Comércio/Serviços.....	37,3	46,7	51,5
Média das regiões	Indústria Geral.....	38,0	37,4	35,0
	Agropecuária	19,0	13,3	11,0
	Comércio/Serviços.....	43,0	49,4	54,0

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1980, 1991 e 2000

Em geral, as características mais comuns entre as regiões urbanas, em relação à situação ocupacional, são o crescimento na proporção da população ocupada nas atividades de comércio e serviços e a diminuição na proporção da população ocupada nas atividades agrícolas. Contudo, no caso específico da região de Porto Alegre, além da alta concentração de população ocupada no setor de comércio e serviços, observa-se também um pequeno aumento na proporção da população ocupada nas atividades agrícolas a partir de 1991. Esse fato mostra que

o crescimento na proporção da população com residência fora das cidades, verificado anteriormente na região de Porto Alegre, para esse mesmo período, não foi um movimento isolado. Tudo indica que está havendo um transbordamento da população citadina nessa região, uma espécie de retorno às antigas áreas rurais.

A distribuição etária das regiões de expansão, descrita na tabela 22, apresentava, em 2000, um padrão muito próximo da estrutura etária média do Rio Grande do Sul. A evolução da população por idade entre as regiões de expansão, ao longo dos três períodos considerados, de maneira geral, não apresentou diferenças significativas, com exceção da faixa que vai dos 20 aos 39 anos de idade. Nessa faixa etária, a região de Porto Alegre foi a única que se manteve em queda nos três períodos consecutivos. As outras regiões mantiveram o crescimento proporcional nessa faixa de idade, até 1991, só revertendo essa tendência na década de 1990. Isso mostra que a diminuição da fecundidade entre as regiões no Rio Grande do Sul aconteceu de forma diferenciada: nas regiões menos urbanizadas esse processo foi mais lento e só é perceptível entre os grupos etários intermediários, com idade entre 20 e 39 anos, durante os anos 1990; na região de Porto Alegre, a mais urbanizada do Rio Grande do Sul, as mudanças no comportamento reprodutivo foram mais acentuadas, fazendo-se notar nesses grupos etários intermediários, já no decorrer dos anos 1980.

Tabela 22 - Distribuição relativa da população segundo os grupos de idade por região de expansão - Rio Grande do Sul - 1980-2000

Região	Grupos de idade	Ano		
		1980	1991	2000
Porto Alegre	Até 19 anos.....	40,6	38,2	35,4
	20 a 39 anos.....	34,9	34,2	32,2
	40 a 59 anos.....	17,8	19,2	22,7
	Mais de 60(1).....	6,7	8,4	9,7
Novo Hamburgo	Até 19 anos.....	42,5	39,4	36,6
	20 a 39 anos.....	33,4	36,3	34,4
	40 a 59 anos.....	17,0	17,2	20,8
	Mais de 60(1).....	7,1	7,1	8,2
Caxias do Sul	Até 19 anos.....	41,2	36,5	33,7
	20 a 39 anos.....	34,4	36,0	33,8
	40 a 59 anos.....	17,2	18,8	22,7
	Mais de 60(1).....	7,2	8,7	9,8
Osório	Até 19 anos.....	47,0	40,0	37,1
	20 a 39 anos.....	29,0	32,9	30,6
	40 a 59 anos.....	16,4	18,3	21,9
	Mais de 60(1).....	7,6	8,8	10,4
Média das regiões	Até 19 anos.....	42,8	38,5	35,7
	20 a 39 anos.....	32,9	34,8	32,8
	40 a 59 anos.....	17,1	18,4	22,0
	Mais de 60(1).....	7,2	8,2	9,5

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1980, 1991 e 2000

Notas: (1) inclusive idade ignorada

Quanto aos níveis de escolaridade da população, estes tendem a se alterar, ao longo do tempo, por influência da mobilidade ocupacional. Na região de Porto Alegre, a alta proporção de não estudantes com curso superior concluído (tabela 23) estava provavelmente relacionada com a grande concentração de pessoas ocupadas nas atividades de comércio e serviços. Esse setor de atividade vem criando ocupações com elevado grau de especialização, exigindo da população ocupada níveis médios de escolarização e de qualificação mais altos. Na região de Osório, onde o processo de urbanização é mais recente, a proporção de não estudantes com curso superior completo foi o mais baixo verificado dentre todas as regiões de expansão. Todavia, foi essa região que apresentou o maior aumento proporcional da população não estudante com os cursos médio e superior

concluídos, entre 1980 e 2000. Isso mostra que, no bojo do processo de urbanização nas regiões de expansão, além do crescimento das atividades industriais, houve um importante incremento nas atividades de comércio e serviços, demandando mão-de-obra com escolaridade cada vez mais elevada.

Tabela 23 - Distribuição relativa da população não estudante, com mais de dez anos de idade, segundo o grau do curso mais elevado concluído por região de expansão – Rio Grande do Sul - 1980-2000

Região	Grau do curso mais elevado concluído	Ano		
		1980	1991	2000
Porto Alegre	Elementar.....	55,4	31,3	21,6
	Fundamental	22,4	37,9	38,6
	Médio.....	16,0	19,2	25,8
	Superior(1).....	6,2	11,5	14,1
Novo Hamburgo	Elementar.....	73,5	39,0	28,4
	Fundamental	15,1	45,3	48,0
	Médio.....	9,3	10,9	17,2
	Superior(1).....	2,1	4,8	6,3
Caxias do Sul	Elementar.....	71,7	40,0	30,5
	Fundamental	14,8	39,7	41,5
	Médio.....	10,3	13,5	19,3
	Superior(1).....	3,2	6,7	8,6
Osório	Elementar.....	76,0	40,2	31,5
	Fundamental	14,5	45,8	46,3
	Médio.....	7,9	10,4	16,9
	Superior(1).....	1,6	3,5	5,4
Média das regiões	Elementar.....	69,1	37,7	28,0
	Fundamental	16,7	42,2	43,6
	Médio.....	10,9	13,5	19,8
	Superior(1).....	3,3	6,6	8,6

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1980, 1991 e 2000

Notas: (1) inclusive mestrado e doutorado

Em 1980, com exceção da região de Porto Alegre, todas as regiões urbanas tinham mais de 70% da população não estudante com apenas o nível elementar concluído, equivalente ao antigo primário ou, simplesmente, à alfabetização de adultos. Todas essas regiões aumentaram muito o nível de escolaridade da população não estudante, seja em relação ao nível fundamental ou aos níveis médio e superior, que eram muito baixos em 1980. A estrutura ocupacional urbana assentada nas atividades industriais e, cada vez mais, nas

atividades de comércio e serviços, exerceu forte influência no crescimento do nível de escolaridade da população dessas regiões como um todo. Além da escolaridade, outra característica da mobilidade ocupacional urbana recente refere-se à seletividade por sexo, que não fez parte do objeto deste estudo, mas que tem revelado importância crescente na participação das mulheres¹⁹ nos movimentos populacionais. O aumento da migração feminina coincidiu na última década do século XX com a intensa inserção das mulheres nos mercados de trabalho urbanos e não poderá ficar de fora da pauta de pesquisas futuras.

As regiões de expansão, além das características em comum, apresentam, também, algumas especificidades que as distinguem entre si. Uma das mais importantes é a intensidade do processo de urbanização, que se expressa, para efeitos deste estudo, pela maior quantidade de pessoas ocupadas em atividades industriais relativamente às atividades agrícolas. Esse processo de urbanização trouxe consigo importantes alterações no crescimento das cidades que compõem essas regiões, na distribuição etária e nos níveis de escolaridade da população.

A região de Porto Alegre é a região urbana por excelência: alta concentração de comércio e serviços, 90% da população residindo em cidades, diminuição constante da população com até 39 anos de idade e a maior concentração regional de não estudantes com curso superior concluído.

As regiões de Novo Hamburgo e Caxias do Sul foram diretamente influenciadas nos seus processos de urbanização pela expansão das fronteiras urbanas da região de Porto Alegre, onde a desconcentração das atividades industriais desempenhou um papel fundamental. Isso determinou um aumento

¹⁹ Camarano e Abramovay (1998:46) apontaram como uma novidade associada ao estudo dos movimentos migratórios rurais, além do envelhecimento, a masculinização da população que vive no campo: "São cada vez

significativo na população citadina, principalmente entre os grupos etários mais jovens com até 39 anos de idade, e nos níveis de escolaridade da população dessas regiões.

A região de Osório, em duas décadas, passou por uma transformação surpreendente: deixou a condição de região agrícola, em 1980, com mais de 60% da população residindo fora das cidades e a maior parte ocupada em atividades agrícolas, para transformar-se, na década seguinte, na nova região urbana do Rio Grande do Sul e consolidar essa posição ao final do século XX. Várias regiões litorâneas no Brasil apresentaram, durante a década de 1990, taxas altas de crescimento demográfico²⁰, todavia, na região de Osório o crescimento populacional não foi um fato isolado e sim parte do processo mais amplo de reestruturação urbana que envolveu o conjunto das regiões de expansão no Rio Grande do Sul.

3.3.2 As regiões de evasão

As regiões de evasão foram assim definidas por apresentarem taxas de crescimento populacional negativas, o que caracteriza perdas absolutas de população. São quatro, atualmente, no Rio Grande do Sul, as regiões com essas características: Santa Rosa, Três Passos, Frederico Westphalen e Palmeira das Missões.

Todas essas regiões apresentaram, durante as décadas de 1980 e 1990, taxas de crescimento populacional abaixo de zero²¹. As perdas absolutas de população verificadas no conjunto das regiões de evasão, entre 1980 e 2000, perfazem um total de aproximadamente 85 mil pessoas, sendo: 31 mil na região de

mais os jovens que vêm deixando o meio rural e entre estes é preponderante a participação das mulheres”.

²⁰ Ver: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000. RJ: IBGE, 2001.

Três Passos, 29 mil na região de Frederico Westphalen, 19 mil na região de Santa Rosa e 6 mil na região de Palmeira das Missões.

Nessas regiões, as atividades industriais, em 1980, ocupavam menos de 9% da população em idade ativa. Em vinte anos, entre 1980 e 2000, o crescimento desse setor de atividades foi muito pequeno e deixou o processo de urbanização praticamente estagnado (tabela 24). A população citadina das regiões de evasão, apesar de ter crescido, ainda representava, em 2000, a metade da população residente (tabela 25). Isso fez com que as atividades de comércio e serviços, típicas do meio citadino, também crescessem muito pouco.

Tabela 24 - Distribuição relativa da população ocupada, com mais de dez anos de idade, segundo o setor de atividade por região de evasão – Rio Grande do Sul - 1980-2000

Região	Setor de atividade	Ano		
		1980	1991	2000
Três Passos	Indústria Geral.....	8,0	9,8	11,7
	Agropecuária	69,5	61,5	56,4
	Comércio/Serviços.....	22,5	28,7	31,9
Frederico Westphalen	Indústria Geral.....	6,6	9,0	11,0
	Agropecuária	73,7	65,2	57,4
	Comércio/Serviços.....	19,6	25,8	31,5
Santa Rosa	Indústria Geral.....	11,5	9,8	11,8
	Agropecuária	56,2	55,4	49,4
	Comércio/Serviços.....	32,3	34,8	38,9
Palmeira das Missões	Indústria Geral.....	8,7	8,0	12,9
	Agropecuária	63,4	58,9	48,6
	Comércio/Serviços.....	27,8	33,1	38,5
Média das regiões	Indústria Geral.....	8,7	9,1	11,8
	Agropecuária	65,7	60,3	53,0
	Comércio/Serviços.....	25,6	30,6	35,2

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1980, 1991 e 2000

²¹ Ver tabelas: 16 e 17.

Tabela 25 - Distribuição relativa da população, segundo a situação de residência por região de evasão - Rio Grande do Sul - 1980-2000

Região	Situação de residência	Ano		
		1980	1991	2000
Três Passos	Nas cidades (1).....	26,4	38,7	47,3
	Fora das cidades.....	73,6	61,3	52,7
Frederico Westphalen	Nas cidades (1).....	20,2	29,2	42,9
	Fora das cidades.....	79,8	70,8	57,1
Santa Rosa	Nas cidades (1).....	34,2	45,6	55,8
	Fora das cidades.....	65,8	54,4	44,2
Palmeira das Missões	Nas cidades (1).....	31,7	41,5	55,0
	Fora das cidades.....	68,3	58,5	45,0
Média das regiões	Nas cidades (1).....	28,1	38,8	50,2
	Fora das cidades.....	71,9	61,2	49,8

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1980, 1991 e 2000

Nota: (1) área urbana do distrito-sede

A população evadida nesse período estava composta basicamente por jovens com até 19 anos e, principalmente, adultos na faixa dos 20 aos 39 anos de idade. Entre 1980 e 2000, a proporção da população jovem, com até 19 anos de idade, no Rio Grande do Sul, havia diminuído, em média, 8,3%. Nas regiões de expansão a diminuição foi um pouco menor, 7,1%. Nas regiões de evasão, contudo, essa diminuição foi quase duas vezes maior, chegando a 14% da população residente. Isso mostra que parte importante das perdas populacionais verificadas nessas regiões foi proveniente desse grupo etário.

Na faixa etária intermediária, que vai dos 20 aos 39 anos de idade, a quantidade de adultos nas regiões de evasão era, desde 1980, proporcionalmente menor do que a média do Rio Grande do Sul e a média das regiões de expansão. Entretanto, na faixa superior, que concentra a população idosa com mais de 60 anos de idade, essa relação se inverte, ou seja, a quantidade proporcional de idosos nas regiões de evasão era, em 2000, maior do que as médias verificadas no Rio Grande do Sul e nas regiões de expansão. Essas estatísticas mostram que a emigração nas regiões de evasão concentrou-se, basicamente, entre os jovens com até 19 anos de

idade e, principalmente, entre os adultos jovens com até 39 anos de idade. A saída de parte da população mais jovem causou, conseqüentemente, um aumento proporcional na população dos grupos etários com idade mais elevada, especialmente os idosos com mais de 60 anos de idade. Enquanto nas regiões de expansão a população idosa cresceu 2,3% entre 1980 e 2000 (ver tabela 22), nas regiões de evasão esse aumento chegou a 5,4% da população residente (tabela 26).

Tabela 26 - Distribuição relativa da população segundo os grupos de idade por região de evasão - Rio Grande do Sul - 1980-2000

Região	Grupos de idade	Ano		
		1980	1991	2000
Três Passos	Até 19 anos.....	50,1	41,8	36,1
	20 a 39 anos.....	29,2	31,1	28,4
	40 a 59 anos.....	14,4	18,1	23,5
	Mais de 60(1).....	6,3	9,1	12,1
Frederico Westphalen	Até 19 anos.....	53,2	44,5	38,7
	20 a 39 anos.....	28,3	30,9	28,5
	40 a 59 anos.....	13,3	16,9	22,1
	Mais de 60(1).....	5,2	7,6	10,7
Santa Rosa	Até 19 anos.....	48,6	40,3	34,8
	20 a 39 anos.....	30,0	32,0	29,8
	40 a 59 anos.....	15,0	18,6	23,5
	Mais de 60(1).....	6,5	9,1	11,8
Palmeira das Missões	Até 19 anos.....	51,0	42,5	37,1
	20 a 39 anos.....	29,1	31,9	29,8
	40 a 59 anos.....	14,0	17,3	22,1
	Mais de 60(1).....	5,9	8,3	11,0
Média das regiões	Até 19 anos.....	50,7	42,3	36,7
	20 a 39 anos.....	29,2	31,5	29,1
	40 a 59 anos.....	14,2	17,7	22,8
	Mais de 60(1).....	6,0	8,5	11,4

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1980, 1991 e 2000

Notas: (1) inclusive idade ignorada

Nas regiões de evasão, assim como em todo o estado do Rio Grande do Sul, houve um aumento generalizado nos níveis de escolaridade da população não estudante em idade ativa. Esse aumento, entretanto, concentrou-se principalmente nos níveis elementar e fundamental (tabela 27). Isso aconteceu, por

um lado, devido à alta mobilidade territorial, com a diminuição do número de jovens nessas regiões e, por outro, à baixa mobilidade ocupacional, que ainda mantém mais da metade da população em idade ativa ocupada em atividades agrícolas. No que concerne ao nível fundamental, apesar do crescimento observado durante os anos 1980, verificou-se, também, uma tendência de queda iniciada na década seguinte. Em todas as regiões de evasão, com exceção da região de Santa Rosa, houve diminuição na proporção da população com o nível fundamental concluído, a partir de 1991.

A persistência dessa combinação de alta mobilidade territorial com baixa mobilidade ocupacional prejudicou, principalmente, a evolução da população com os níveis de escolaridade médio e superior. Nesses níveis, o crescimento da escolaridade foi muito pequeno se comparado com as regiões de expansão. Enquanto, nessas regiões, a proporção da população com o nível médio concluído alcançou, em 2000, 19,8%, nas regiões de evasão essa proporção chegou no máximo em 15% da população em idade ativa. Na parcela da população com nível superior concluído, essa relação se repetiu: nas regiões de expansão alcançou, em média, 8,6%, ao passo que nas regiões de evasão não passou de 4,9%.

Tabela 27 - Distribuição relativa da população não estudante, com mais de dez anos de idade, segundo o grau do curso mais elevado concluído por região de evasão - Rio Grande do Sul - 1980-2000

Região	Grau do curso mais elevado concluído	Ano		
		1980	1991	2000
Três Passos	Elementar.....	83,1	47,5	40,1
	Fundamental	10,2	39,8	39,7
	Médio.....	5,3	9,4	15,8
	Superior(1).....	1,4	3,2	4,3
Frederico Westphalen	Elementar.....	83,4	43,6	37,5
	Fundamental	10,5	45,7	44,2
	Médio.....	4,7	7,8	13,6
	Superior(1).....	1,4	2,9	4,7
Santa Rosa	Elementar.....	80,8	47,0	40,0
	Fundamental	11,4	38,2	39,4
	Médio.....	6,0	10,2	15,1
	Superior(1).....	1,7	4,6	5,6
Palmeira das Missões	Elementar.....	81,4	42,0	34,6
	Fundamental	11,2	46,1	45,2
	Médio.....	5,6	8,2	15,4
	Superior(1).....	1,7	3,7	4,8
Média das regiões	Elementar.....	82,2	45,0	38,0
	Fundamental	10,8	42,5	42,1
	Médio.....	5,4	8,9	15,0
	Superior(1).....	1,6	3,6	4,9

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1980, 1991 e 2000

Notas: (1) inclusive mestrado e doutorado

Nas regiões de evasão, a histórica dependência das atividades agrícolas, nesses 20 anos, não permitiu o avanço da urbanização. A população citadina dessas regiões aumentou muito pouco e, com a evasão dos jovens²², concentrou o crescimento entre os grupos populacionais com idade mais elevada, dificultando a mobilidade ocupacional e restando os níveis de escolaridade da população.

²² Jannuzzi (1998), a partir dos resultados do *survey* domiciliar do Projeto de Pesquisa Migrações, Emprego e Projeções Populacionais, em 1993, apontou que a migração por necessidade de estudo e trabalho era típica de indivíduos mais jovens, enquanto que a migração pela busca de localidades com custo de vida mais baixo revelou-se mais importante para as famílias em ciclo vital mais avançado.

3.3.3 As regiões intermediárias

As regiões intermediárias foram assim caracterizadas por apresentarem taxas de crescimento populacional positivas e menores do que as taxas de crescimento vegetativo, ou seja, não se enquadram nas características que definiram as regiões de expansão (taxas de crescimento populacional acima do vegetativo) nem nas que definiram as regiões de evasão (taxas de crescimento populacional abaixo de zero).

Esse grupo estava composto, em 2000, por 14 regiões e, apesar das diferenças que distinguem cada uma, foi possível separá-las, para efeitos de análise, em dois subgrupos com características semelhantes. Um subgrupo próximo das regiões de expansão, com taxas de crescimento populacional abaixo do crescimento vegetativo e acima de 1,0; e outro subgrupo, mais próximo das regiões de evasão, com taxas de crescimento populacional entre 1,0 e zero. Quatro regiões foram enquadradas nesse primeiro subgrupo com tendência à expansão: Santa Maria, Pelotas, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul. No outro subgrupo, com tendência à evasão, estão as regiões de Erechim, Santo Ângelo, Cruz Alta, Cachoeira do Sul, Soledade, Vacaria, Bagé, Uruguaiana e Rio Grande.

3.3.3.1 As regiões intermediárias com tendência à expansão

As quatro regiões intermediárias com tendência à expansão, com exceção da região de Pelotas, apresentaram, entre 1980 e 2000, taxas de crescimento populacional ascendentes, sendo que duas destas, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul, mantinham, em 2000, taxas próximas da média do Rio Grande do Sul.

Essas duas regiões também se destacaram em relação à população ocupada (tabela 28). Na região de Passo Fundo a evolução da população ocupada nas atividades industriais, entre 1980 e 2000, praticamente igualou a população ocupada das atividades agrícolas e, se mantiver essa tendência, despontará na próxima década como a mais nova região urbana do Rio Grande do Sul. Na região de Santa Cruz do Sul também houve crescimento da população ocupada nas atividades industriais, contudo, essa região foi a única a manter, em todo esse período, a maior proporção da população ocupada concentrada nas atividades agrícolas.

Tabela 28 - Distribuição relativa da população ocupada, com mais de dez anos de idade, segundo o setor de atividade por região intermediária com tendência à expansão - Rio Grande do Sul - 1980-2000

Região	Setor de atividade	Ano		
		1980	1991	2000
Santa Maria	Indústria Geral.....	14,8	14,0	15,0
	Agropecuária	33,9	26,9	23,9
	Comércio/Serviços.....	51,3	59,0	61,1
Pelotas	Indústria Geral.....	22,9	19,4	17,0
	Agropecuária	34,0	29,9	26,9
	Comércio/Serviços.....	43,2	50,7	56,0
Passo Fundo	Indústria Geral.....	18,8	17,5	21,9
	Agropecuária	33,6	30,1	22,6
	Comércio/Serviços.....	47,6	52,4	55,5
Santa Cruz do Sul	Indústria Geral.....	20,6	24,6	23,6
	Agropecuária	54,7	46,1	40,3
	Comércio/Serviços.....	24,7	29,3	36,2
Média das regiões	Indústria Geral.....	19,3	18,9	19,4
	Agropecuária	39,0	33,3	28,4
	Comércio/Serviços.....	41,7	47,9	52,2

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1980, 1991 e 2000

Contudo, nessas regiões com tendência à expansão, a proporção média da população ocupada em atividades industriais praticamente não evoluiu e se manteve, ao longo desses 20 anos, em torno de 19% da população em idade

ativa, acima das regiões de evasão, onde essa média ficou, em 2000, em torno de 12%, e abaixo das regiões de expansão, onde a ocupação média nas atividades industriais alcançou 35%. Em relação às atividades agrícolas, essas regiões mantiveram a tendência geral de queda na proporção da população ocupada, transferindo aos poucos essa mão-de-obra para o setor de comércio e serviços, que se manteve em crescimento constante no mesmo período.

Essa mobilidade ocupacional, que transferiu parte da população ocupada em atividades agrícolas para as atividades de comércio e serviços, estava diretamente relacionada com o crescimento da população citadina dessas regiões (tabela 29). Com exceção de Santa Cruz do Sul, todas as outras regiões concentravam, em 2000, aproximadamente 78% da população residente nas cidades. Somente na região de Santa Cruz do Sul, onde a atividade agrícola era preponderante, a migração para as cidades não foi tão intensa.

Tabela 29 - Distribuição relativa da população, segundo a situação de residência por região intermediária com tendência à expansão - Rio Grande do Sul - 1980-2000

Região	Situação de residência	Ano		
		1980	1991	2000
Santa Maria	Nas cidades (1).....	61,8	71,7	77,7
	Fora das cidades.....	38,2	28,3	22,3
Pelotas	Nas cidades (1).....	58,2	71,9	77,4
	Fora das cidades.....	41,8	28,1	22,6
Passo Fundo	Nas cidades (1).....	60,0	70,4	78,1
	Fora das cidades.....	40,0	29,6	21,9
Santa Cruz do Sul	Nas cidades (1).....	38,0	50,5	60,8
	Fora das cidades.....	62,0	49,5	39,2
Média das regiões	Nas cidades (1).....	54,5	66,1	73,5
	Fora das cidades.....	45,5	33,9	26,5

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1980, 1991 e 2000

Nota: (1) área urbana do distrito-sede

A distribuição etária nas regiões intermediárias com tendência à expansão (tabela 30) apresentava, em 2000, um padrão muito próximo da estrutura

etária verificada nas regiões de expansão. A evolução da população por idade, ao longo dos três períodos considerados, não apresentou diferenças significativas. Somente a região de Passo Fundo apresentou uma pequena preponderância entre os grupos etários mais jovens, principalmente aquele com até 19 anos de idade. Nessa região, a redução sistemática das atividades agrícolas, combinada com o crescimento acelerado da industrialização e dos serviços correlatos, estimulou a atração de migrantes com um perfil etário mais jovem.

Tabela 30 - Distribuição relativa da população segundo os grupos de idade por região intermediária com tendência à expansão - Rio Grande do Sul - 1980-2000

Região	Grupos de idade	Ano		
		1980	1991	2000
Santa Maria	Até 19 anos.....	43,9	38,0	34,8
	23 a 39 anos.....	30,2	32,3	30,7
	43 a 59 anos.....	17,8	19,5	22,5
	Mais de 60(1).....	8,2	10,2	11,9
Pelotas	Até 19 anos.....	42,0	37,5	34,6
	20 a 39 anos.....	30,7	31,9	30,5
	40 a 59 anos.....	18,5	20,0	22,9
	Mais de 60(1).....	8,9	10,6	12,1
Passo Fundo	Até 19 anos.....	45,6	39,5	36,0
	21 a 39 anos.....	31,4	33,4	31,5
	41 a 59 anos.....	16,0	18,4	22,3
	Mais de 60(1).....	7,0	8,8	10,3
Santa Cruz do Sul	Até 19 anos.....	44,0	37,9	34,3
	22 a 39 anos.....	30,5	33,1	31,8
	42 a 59 anos.....	17,5	19,3	22,8
	Mais de 60(1).....	7,9	9,6	11,1
Média das regiões	Até 19 anos.....	43,9	38,2	34,9
	20 a 39 anos.....	30,7	32,7	31,1
	40 a 59 anos.....	17,5	19,3	22,6
	Mais de 60(1).....	8,0	9,8	11,3

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1980, 1991 e 2000

Notas: (1) inclusive idade ignorada

Em relação à escolaridade, as diferenças regionais foram mais expressivas e mais contrastantes no confronto entre as regiões mais industrializadas e aquelas mais dependentes das atividades agrícolas. Em 2000, na região de Passo

Fundo, a mais industrializada dentre as intermediárias com tendência à expansão, estava a maior proporção de não estudantes com o nível médio concluído e a menor proporção de não estudantes que haviam concluído somente o nível elementar (tabela 31). Na região de Santa Cruz do Sul, onde as atividades agrícolas eram preponderantes, havia uma combinação de baixa proporção de não estudantes com o nível médio concluído e alta proporção de não estudantes somente com o nível fundamental.

Tabela 31 - Distribuição relativa da população não estudante, com mais de dez anos de idade, segundo o grau do curso mais elevado concluído por região intermediária com tendência à expansão – Rio Grande do Sul - 1980-2000

Região	Grau do curso mais elevado concluído	Ano		
		1980	1991	2000
Santa Maria	Elementar.....	66,2	40,2	30,1
	Fundamental	18,0	36,6	38,5
	Médio.....	11,4	14,5	21,2
	Superior(1).....	4,5	8,6	10,2
Pelotas	Elementar.....	72,0	42,9	32,4
	Fundamental	14,7	39,5	42,8
	Médio.....	9,8	11,4	16,8
	Superior(1).....	3,5	6,3	8,0
Passo Fundo	Elementar.....	69,7	40,5	29,0
	Fundamental	16,4	38,2	39,9
	Médio.....	10,6	14,4	22,2
	Superior(1).....	3,4	6,9	8,8
Santa Cruz do Sul	Elementar.....	77,3	45,0	34,5
	Fundamental	12,8	40,4	43,3
	Médio.....	7,6	10,0	15,9
	Superior(1).....	2,3	4,6	6,3
Média das regiões	Elementar.....	71,3	42,1	31,5
	Fundamental	15,5	38,7	41,1
	Médio.....	9,8	12,6	19,0
	Superior(1).....	3,4	6,6	8,4

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1980, 1991 e 2000

Notas: (1) inclusive mestrado e doutorado

Na região de Santa Maria, apesar do baixo nível de industrialização, havia, em 2000, a mais alta proporção de não estudantes com nível superior completo, reflexo da também alta proporção de pessoas em idade ativa ocupadas

nas atividades de comércio e serviços. Na região de Pelotas, entretanto, a proporção de não estudantes, tanto com o nível médio quanto com o nível superior completos, era baixa em função, basicamente, da diminuição da ocupação nas atividades industriais, que contribuiu sobremaneira para a diminuição da taxa de crescimento populacional nessa região durante os anos 1990.

Se entre as regiões de expansão as características que distinguem cada região tinham relação direta com a intensidade do processo de urbanização, nas regiões intermediárias com tendência à expansão essas diferenças se expressam, principalmente, pela intensidade da industrialização, medida, para efeitos deste estudo, pela quantidade proporcional de pessoas ocupadas nas atividades industriais.

3.3.3.2 As regiões intermediárias com tendência à evasão

As nove regiões intermediárias com tendência à evasão apresentaram, durante os anos 1990, taxas de crescimento populacional positivas, porém menores do que 1,0. Esse patamar de taxa de crescimento mostra que essas regiões experimentaram alguma perda populacional por migração, considerando que nesse período o crescimento vegetativo médio do Rio Grande do Sul alcançou a taxa de 1,3% ao ano²³.

Em relação à situação ocupacional, essas regiões apresentaram, em média, entre 1980 e 2000, apenas um pequeno crescimento da população ocupada nas atividades de comércio e serviços. A população ocupada nas atividades industriais permaneceu, em 2000, com a mesma proporção apresentada em 1980, um pouco abaixo da média apresentada nas regiões com tendência à expansão.

²³ Ver tabela 14.

Nas atividades agrícolas, a população ocupada manteve a tendência de queda verificada na maioria das regiões do Rio Grande do Sul (tabela 32).

Tabela 32 - Distribuição relativa da população ocupada, com mais de dez anos de idade, segundo o setor de atividade por região intermediárias com tendência à evasão - Rio Grande do Sul - 1980-2000

Região	Setor de atividade	Ano		
		1980	1991	2000
Erechim	Indústria Geral.....	13,5	13,3	17,4
	Agropecuária	57,9	54,6	44,4
	Comércio/Serviços.....	28,6	32,1	38,2
Santo Ângelo	Indústria Geral.....	15,7	13,6	14,9
	Agropecuária	39,3	35,1	32,8
	Comércio/Serviços.....	45,1	51,3	52,3
Cruz Alta	Indústria Geral.....	12,1	12,7	14,5
	Agropecuária	42,8	37,7	32,7
	Comércio/Serviços.....	45,2	49,6	52,8
Cachoeira do Sul	Indústria Geral.....	20,8	18,4	17,1
	Agropecuária	33,6	32,0	34,1
	Comércio/Serviços.....	45,6	49,6	48,8
Soledade	Indústria Geral.....	15,1	21,1	25,0
	Agropecuária	63,0	51,7	40,9
	Comércio/Serviços.....	21,9	27,2	34,1
Vacaria	Indústria Geral.....	19,7	22,6	22,2
	Agropecuária	36,9	31,7	31,0
	Comércio/Serviços.....	43,3	45,7	46,8
Bagé	Indústria Geral.....	17,0	16,0	15,0
	Agropecuária	36,7	32,3	30,1
	Comércio/Serviços.....	46,3	51,7	54,9
Uruguaiana	Indústria Geral.....	17,2	14,8	14,3
	Agropecuária	27,1	21,5	19,2
	Comércio/Serviços.....	55,6	63,8	66,5
Rio Grande	Indústria Geral.....	23,0	16,9	16,7
	Agropecuária	26,8	22,0	17,8
	Comércio/Serviços.....	50,2	61,1	65,5
Média das regiões	Indústria Geral.....	17,1	16,6	17,5
	Agropecuária	40,5	35,4	31,4
	Comércio/Serviços.....	42,4	48,0	51,1

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1980, 1991e 2000

Contudo, no aspecto ocupacional, algumas regiões destacaram-se na comparação com as demais. As regiões de Soledade e de Erechim apresentaram, nesse período, o crescimento mais significativo de população ocupada nas atividades industriais e, ao mesmo tempo, o maior decréscimo de população

ocupada nas atividades agrícolas, configurando os processos de mobilidade ocupacional mais importantes dessas regiões com tendência à evasão. As regiões de Uruguiana e de Rio Grande destacaram-se pelo crescimento das atividades de comércio e serviços que ficaram, em 2000, em ambas as regiões, em termos relativos, em torno de 65% da população ocupada total. Essas regiões transferiram população ocupada tanto das atividades agrícolas quanto das atividades industriais para as atividades de comércio e serviços, ao contrário das regiões de Erechim e Soledade, que transferiram população ocupada das atividades agrícolas para as atividades industriais.

Essa mobilidade ocupacional exerceu forte influência na mobilidade territorial da população. As regiões de Soledade e de Erechim, em 1980, concentravam a maior proporção da população ocupada nas atividades agrícolas e mantinham, ao mesmo tempo, a maior proporção de pessoas residindo fora das cidades. De 1980 para 2000, essas regiões, em função do crescimento das atividades industriais, foram as que, proporcionalmente, mais transferiram população para as cidades. As regiões de Uruguiana e de Rio Grande, desde 1980, sustentam as mais altas concentrações de população ocupada nas atividades de comércio e serviços e são, ao mesmo tempo, dentre as regiões intermediárias com tendência à evasão, as que concentram os maiores contingentes populacionais com residência nas cidades (tabela 33).

Tabela 33 - Distribuição relativa da população, segundo a situação de residência por região intermediárias com tendência à evasão - Rio Grande do Sul - 1980-2000

Região	Situação de residência	Ano		
		1980	1991	2000
Erechim	Nas cidades (1).....	34,6	48,1	60,6
	Fora das cidades.....	65,4	51,9	39,4
Santo Ângelo	Nas cidades (1).....	54,7	64,5	70,3
	Fora das cidades.....	45,3	35,5	29,7
Cruz Alta	Nas cidades (1).....	51,3	65,9	71,6
	Fora das cidades.....	48,7	34,1	28,4
Cachoeira do Sul	Nas cidades (1).....	53,7	63,6	71,0
	Fora das cidades.....	46,3	36,4	29,0
Soledade	Nas cidades (1).....	28,9	42,8	54,2
	Fora das cidades.....	71,1	57,2	45,8
Vacaria	Nas cidades (1).....	49,0	58,2	66,8
	Fora das cidades.....	51,0	41,8	33,2
Bagé	Nas cidades (1).....	51,0	61,8	66,2
	Fora das cidades.....	49,0	38,2	33,8
Uruguaiana	Nas cidades (1).....	74,5	81,5	86,1
	Fora das cidades.....	25,5	18,5	13,9
Rio Grande	Nas cidades (1).....	75,6	81,9	86,1
	Fora das cidades.....	24,4	18,1	13,9
Média das regiões	Nas cidades (1).....	52,6	63,1	70,3
	Fora das cidades.....	47,4	36,9	29,7

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1980, 1991 e 2000

Nota: (1) área urbana do distrito-sede

O movimento de transferência para as cidades, em todas essas regiões com tendência à evasão, foi mais intenso durante os anos 1980. No período seguinte, entre 1991 e 2000, a população citadina dessas regiões ainda crescia, porém, num ritmo menor do que o verificado na década anterior, reflexo da contenção no crescimento das atividades industriais e principalmente das atividades de comércio e serviços.

No que concerne à estrutura etária, as diferenças regionais são mais contrastantes entre as regiões mais alicerçadas no setor de comércio e serviços e aquelas mais dependentes do setor agrícola. A região de Erechim, apesar do crescimento das atividades industriais, ainda era, em 2000, dentre as regiões com tendência à evasão, a mais dependente das atividades agropecuárias. Por conseguinte, essa região foi a que, proporcionalmente, mais diminuiu a população

jovem com até 19 anos de idade e, ao mesmo tempo, a que mais aumentou a proporção da população com mais de 60 anos de idade (tabela 34).

Tabela 34 - Distribuição relativa da população segundo os grupos de idade por região intermediárias com tendência à evasão - Rio Grande do Sul - 1980-2000

Região	Grupos de idade	Ano		
		1980	1991	2000
Erechim	Até 19 anos.....	47,7	39,5	34,9
	20 a 39 anos.....	30,0	32,7	30,5
	40 a 59 anos.....	15,8	18,8	23,0
	Mais de 60(1).....	6,5	9,0	11,6
Santo Ângelo	Até 19 anos.....	47,4	40,9	36,1
	20 a 39 anos.....	30,3	31,9	30,5
	40 a 59 anos.....	15,4	18,2	22,2
	Mais de 60(1).....	6,9	9,1	11,2
Cruz Alta	Até 19 anos.....	46,3	40,2	36,0
	20 a 39 anos.....	30,6	32,5	30,7
	40 a 59 anos.....	16,1	18,1	22,3
	Mais de 60(1).....	7,1	9,2	11,0
Cachoeira do Sul	Até 19 anos.....	43,0	37,8	34,7
	20 a 39 anos.....	29,6	31,3	29,2
	40 a 59 anos.....	18,4	19,9	23,2
	Mais de 60(1).....	9,0	11,0	12,9
Soledade	Até 19 anos.....	47,3	39,6	35,2
	20 a 39 anos.....	30,0	32,0	30,2
	40 a 59 anos.....	15,7	18,9	23,1
	Mais de 60(1).....	7,0	9,5	11,4
Vacaria	Até 19 anos.....	47,8	40,2	37,0
	20 a 39 anos.....	28,3	31,5	30,1
	40 a 59 anos.....	16,5	18,8	21,9
	Mais de 60(1).....	7,4	9,4	11,1
Bagé	Até 19 anos.....	42,8	37,5	35,2
	20 a 39 anos.....	29,2	31,6	29,8
	40 a 59 anos.....	18,7	20,0	22,4
	Mais de 60(1).....	9,3	10,9	12,5
Uruguaiana	Até 19 anos.....	45,7	40,8	37,8
	20 a 39 anos.....	29,6	31,7	30,7
	40 a 59 anos.....	16,9	18,4	21,0
	Mais de 60(1).....	7,8	9,0	10,6
Rio Grande	Até 19 anos.....	40,3	37,5	35,5
	20 a 39 anos.....	32,0	32,4	30,3
	40 a 59 anos.....	19,1	19,9	22,9
	Mais de 60(1).....	8,7	10,1	11,3
Média das regiões	Até 19 anos.....	45,4	39,3	35,8
	20 a 39 anos.....	29,9	32,0	30,2
	40 a 59 anos.....	16,9	19,0	22,5
	Mais de 60(1).....	7,7	9,7	11,5

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1980, 1991 e 2000

Notas: (1) inclusive idade ignorada

No outro extremo aparecem as regiões de Rio Grande e de Uruguaiana, que apresentavam, em 2000, as mais altas taxas de crescimento populacional e as mais altas concentrações de população ocupada no setor de comércio e serviços. Por conta disso, as perdas populacionais nessas regiões foram pequenas e mais visíveis somente nas faixas de idade intermediárias, principalmente entre 20 e 39 anos de idade.

Em média, o aspecto mais importante que sobressai na distribuição da população por idade, nesse conjunto de regiões intermediárias, seja com tendência à evasão ou com tendência à expansão, é o crescimento mais acentuado na proporção da população mais idosa em função da mobilidade territorial dos mais jovens.

Os níveis de escolaridade da população dessas regiões com tendência à evasão, assim como a distribuição por idade, também foram influenciados pela situação ocupacional. A tabela 35 mostra que, em 2000, nas regiões em que a população ocupada nas atividades agrícolas era preponderante, casos de Erechim e de Soledade, as quantidades proporcionais de pessoas com mais de dez anos de idade que tinham apenas o nível elementar eram as mais altas desse grupo de regiões. No pólo oposto aparecem as regiões que apresentavam as mais altas concentrações de população ocupada nas atividades de comércio e serviços: Uruguaiana e Rio Grande. A região de Uruguaiana, em 2000, contava com as maiores proporções de pessoas em idade ativa com os cursos médio e superior completos. Na região de Rio Grande, apesar da alta proporção de população ocupada no setor de comércio e serviços, a demanda por níveis mais elevados de escolaridade foi menor em função da diminuição proporcional da ocupação nas atividades industriais havida nessa região durante os anos 1980.

Tabela 35 - Distribuição relativa da população não estudante, com mais de dez anos de idade, segundo o grau do curso mais levado concluído por região intermediárias com tendência à evasão – Rio Grande do Sul - 1980-2000

Região	Grau do curso mais elevado concluído	Ano		
		1980	1991	2000
Erechim	Elementar.....	79,4	45,5	36,8
	Fundamental	11,9	40,0	40,8
	Médio.....	7,0	10,4	17,3
	Superior(1).....	1,7	4,1	5,2
Santo Ângelo	Elementar.....	76,3	41,3	34,9
	Fundamental	13,5	41,6	40,6
	Médio.....	7,7	11,1	16,8
	Superior(1).....	2,6	5,9	7,8
Cruz Alta	Elementar.....	73,7	42,4	33,6
	Fundamental	15,2	40,2	41,4
	Médio.....	8,2	11,3	17,4
	Superior(1).....	2,9	6,1	7,6
Cachoeira do Sul	Elementar.....	70,9	43,7	33,8
	Fundamental	16,9	40,2	42,4
	Médio.....	8,5	10,6	16,8
	Superior(1).....	3,7	5,5	7,0
Soledade	Elementar.....	78,6	45,7	36,7
	Fundamental	12,3	40,2	42,2
	Médio.....	7,4	10,8	16,5
	Superior(1).....	1,7	3,3	4,5
Vacaria	Elementar.....	74,7	40,2	31,6
	Fundamental	14,3	43,9	46,0
	Médio.....	8,4	11,4	16,8
	Superior(1).....	2,6	4,6	5,6
Bagé	Elementar.....	66,5	40,3	29,2
	Fundamental	18,8	40,1	44,2
	Médio.....	10,9	13,0	19,0
	Superior(1).....	3,8	6,7	7,7
Uruguaiana	Elementar.....	70,0	37,1	26,9
	Fundamental	17,5	40,8	43,0
	Médio.....	9,1	14,9	22,0
	Superior(1).....	3,4	7,2	8,2
Rio Grande	Elementar.....	69,9	40,5	29,9
	Fundamental	17,7	41,2	43,9
	Médio.....	9,4	12,5	18,4
	Superior(1).....	3,0	5,8	7,8
Média das regiões	Elementar.....	73,3	41,9	32,6
	Fundamental	15,3	40,9	42,7
	Médio.....	8,5	11,8	17,9
	Superior(1).....	2,8	5,5	6,8

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1980, 1991 e 2000

Notas: (1) inclusive mestrado e doutorado

Nas regiões com tendência à expansão, examinadas no tópico anterior, a intensidade da industrialização foi o mote para o exame das diversidades regionais

relativas à mobilidade territorial e ocupacional da população. Nas regiões com tendência à evasão, a análise das diversidades regionais refletiu, na maioria das regiões, o comportamento das atividades agrícolas e dos seus serviços correlatos.

Considerações finais

Nesta dissertação analisou-se a evolução das migrações internas e a relação destas com os processos de concentração e desconcentração do espaço urbano regional. A investigação examinou a desconcentração populacional ocorrida nas regiões metropolitanas no Brasil e enfocou, especificamente, a relação entre a distribuição espacial da população e das atividades econômicas no espaço regional do estado do Rio Grande do Sul.

A análise enfatizou o fenômeno migratório como processo e teve como ponto de partida o chamado mecanismo de migração por etapas referido por Faissol (1994). Faissol sistematizou três etapas que, tomadas em conjunto, explicariam as migrações internas ocorridas no Brasil: a primeira dessas etapas é a migração de origem rural e destino urbano, geralmente intramunicipal e de curta distância, que marcou o acentuado crescimento da maioria das cidades brasileiras até a década de 1970. A outra etapa foi a migração de destino e origem urbana muitas vezes de longa distância, característica da maioria dos movimentos populacionais ocorridos no Brasil, em direção às áreas metropolitanas, até o final dos anos oitenta. Nesse período, residia nas áreas em que seriam instituídas as primeiras regiões metropolitanas brasileiras 25,6% da população total do país, concentrada em menos de 1% da área do território nacional, sendo que a maioria da população dessas regiões habitava os núcleos metropolitanos. O crescimento excessivo desses núcleos, numa etapa posterior, poderia provocar um deslocamento dessa população para os municípios dos entornos metropolitanos. Com efeito, de 1970 para 2000, a população residente nos núcleos metropolitanos, no Brasil, diminuiu de 69,1% para 56,8% e nos entornos aumentou de 30,9% para 43,2%.

O principal objetivo que orientou o desenvolvimento desta dissertação foi mostrar os novos cenários sociodemográficos que se formaram nas regiões metropolitanas no Brasil e, especificamente, no espaço regional do Rio Grande do Sul, no final do século XX, à luz dos dados levantados pelos censos demográficos de 1980, 1991 e 2000.

As contribuições teóricas para a operacionalização desses objetivos vieram das abordagens da industrialização de cunho histórico-estrutural e da área de estudos urbanos. Nessa primeira abordagem, onde a migração aparece como consequência do processo de desenvolvimento capitalista da sociedade, a principal contribuição foi a de Singer (1980), que sustentou como hipótese fundamental para a explicação do fenômeno migratório a relação entre o processo migratório e a expansão industrial no Brasil. Outra contribuição importante com esse mesmo enfoque foi a de Martine (1991), ao indicar que a tônica da organização do espaço brasileiro, durante os anos 1960 e 1970, foi a concentração progressiva da população e da indústria em cidades cada vez maiores. Na abordagem da urbanização, a evidência mais comum referida pelos diferentes autores foi a tendência de reestruturação do espaço urbano. Quatro autores sintetizaram esse processo de reestruturação espacial, que iniciou nos anos 1970 com a institucionalização das regiões metropolitanas no Brasil e alcançou o seu auge com a fragmentação do território, durante os anos 1990: Davidovich (1992) considerou esse processo como a dissolução da antiga estrutura centro-periferia metropolitana; Santos (1993) definiu como uma tendência à desmetropolização definida como a repartição com outros grandes núcleos de novos contingentes da população urbana; Panizzi (1995) como uma nova territorialidade onde se redefinem os papéis e as funções das áreas metropolitanas e dos centros urbanos maiores; e Baeninger

(1988), que definiu a reestruturação espacial em curso como um novo contexto polarizado marcado pela crescente importância dos deslocamento populacionais nos processos de redistribuição espacial da população.

A análise dos movimentos populacionais no espaço regional do Rio Grande do Sul, à luz dessas contribuições, mostrou que a desconcentração espacial das atividades econômicas impulsionou o surgimento de novos pólos de expansão econômica e populacional, dentro e fora dos limites metropolitanos, redirecionando e alterando a intensidade e a composição dos movimentos migratórios. Nesse novo cenário as velhas dicotomias rural-urbano e centro-periferia não servem mais para explicar os movimentos populacionais. Isso enfatizou a necessidade de articular as noções de espaço e regionalização a partir, principalmente, das contribuições de Santos (1994) e Giddens (1989).

No capítulo relativo às questões metodológicas, foi possível, com base nas contribuições de Santos (1993), constituir novos recortes espaciais, que resultaram em uma nova divisão regional do estado do Rio Grande do Sul, com 21 regiões, caracterizadas, para efeitos de análise dos movimentos populacionais, como regiões de expansão ou de evasão populacional e, no que concerne à estrutura ocupacional, como regiões urbanas ou agrícolas.

Na análise do processo de concentração e desconcentração populacional, foi evidenciado que a expansão urbana no Brasil, nos últimos 40 anos, não aconteceu de forma homogênea no território nacional. Nas áreas onde foram instituídas as primeiras regiões metropolitanas brasileiras, a concentração populacional foi muito mais intensa em função da associação das migrações internas com a expansão das atividades econômicas urbanas, principalmente a atividade industrial. Até meados dos anos 1980, o fenômeno migratório foi, sem dúvida, o

principal responsável pelo crescimento urbano e pela metropolização no Brasil. Contudo, a partir dos anos 1980, verificou-se, nas áreas das regiões metropolitanas mais antigas, que as cidades médias experimentavam um crescimento relativo mais acentuado do que as metrópoles. Era o início do espraiamento da população, antes concentrada nos núcleos metropolitanos e nos seus entornos mais próximos, dando origem ao fenômeno que Santos (1993) definiu como desmetropolização.

A expansão e a desconcentração dessas primeiras áreas metropolitanas impulsionaram o surgimento, em meados dos anos 1990, de uma grande quantidade de novas regiões metropolitanas e outras aglomerações urbanas, legalmente delimitadas, configurando uma nova metropolização, de onde emergiu, neste início de século, uma verdadeira reorganização sócio-espacial com reflexos na distribuição econômica e populacional da maioria das unidades da federação.

No caso do Rio Grande do Sul, em relação ao espaço metropolitano, especificamente, desde os anos 1980, constataram-se importantes mudanças no seu padrão de crescimento populacional. A diferenciação da mobilidade territorial da população, tanto no núcleo quanto no entorno da região metropolitana de Porto Alegre, demonstrou uma clara reorientação dos movimentos migratórios e uma nítida desaceleração no ritmo de crescimento populacional.

No primeiro capítulo foram formuladas as hipóteses examinadas nesta dissertação: a primeira sustentava que a principal característica da redistribuição espacial das atividades econômicas e da reorientação dos movimentos populacionais no espaço regional do Rio Grande do Sul, no cenário atual, era a formação de novos pólos regionais dentro e fora das regiões metropolitanas. A segunda considerava que, no caso do Rio Grande do Sul, as regiões mais urbanizadas, com um processo de desconcentração mais avançado, tendiam a ser

mais seletivas, concentrando ocupações do setor de serviços e população com escolaridade mais elevada e a terceira afirmava que nas regiões menos urbanizadas, onde ainda persistia um processo de evasão populacional, o que se alterava era o perfil etário da população que tendia a ser mais elevado com a saída dos jovens.

Na análise do processo de urbanização, no Rio Grande do Sul, a partir dos anos 1960, destacaram-se dois movimentos populacionais com intensidade, direção e sentido distintos: primeiro, um movimento intrarregional de curta distância com origem nas áreas rurais e em direção às cidades; segundo, um movimento de concentração-dispersão, inter-regional e de longa distância que inicialmente estruturou a concentração urbana metropolitana e, em seguida, a partir da dispersão metropolitana, impulsionou o surgimento de novas regiões urbanas.

Após os anos 1970, a expansão populacional se deslocou do núcleo metropolitano na direção da região de Novo Hamburgo, alcançando a região de Caxias do Sul. Nos anos 1980, o processo de expansão incluiu, em sentido oposto, a região de Osório. Na década de 1990, outras duas regiões, próximas das regiões de expansão, destacaram-se com nítida tendência de crescimento populacional: Santa Cruz do Sul e Passo Fundo. No outro extremo, as regiões caracterizadas como de evasão, com perdas populacionais absolutas, diminuíram de sete, na década de 1970, para quatro, na década de 1990. Essa análise mostrou, num primeiro momento, que a desconcentração urbana verificada no Rio Grande do Sul, nos referidos períodos, foi influenciada, por um lado, pela expansão do crescimento populacional metropolitano para outras regiões e, por outro, pela diminuição das regiões com perdas absolutas de população.

O exame da situação ocupacional mostrou a pertinência da associação desta com a mobilidade populacional. O cenário que se estabeleceu, no final do século XX, no Rio Grande do Sul, mostrou que a atividade industrial, antes concentrada no núcleo metropolitano e no seu entorno mais próximo, se expandiu, avançando para as regiões de Novo Hamburgo e de Caxias do Sul e, em seguida, para a região de Osório. Fora dessa área contígua apareceram as regiões de Passo Fundo e de Rio Grande, caracterizadas como regiões de transição, que se mantiverem a tendência de crescimento da atividade industrial, serão, ao final dessa primeira década do século XXI, os novos centros de expansão urbana no Rio Grande do Sul. Nas outras regiões, a análise da situação ocupacional mostrou que as atividades agrícolas eram preponderantes, sendo que as quatro regiões mais dependentes desse setor de atividade eram, também, as mesmas regiões de evasão, que vêm apresentando perdas populacionais absolutas desde os anos 1980.

O cenário sociodemográfico regional que se configurou no estado do Rio Grande do Sul, ao final do século XX, mostrou de um lado a consolidação de um grupo de regiões que, apesar das desigualdades, eram, simultaneamente, urbanas e de expansão populacional. No outro extremo, formou-se outro grupo de regiões com poucas diferenças entre si, que eram, ao mesmo tempo, regiões preponderantemente agrícolas e de evasão populacional. Logo, foi possível perceber, no primeiro grupo de regiões, uma clara relação entre os movimentos de expansão populacional e a intensidade da urbanização, assim como, no segundo grupo de regiões, ficou clara a relação entre os movimentos de evasão populacional e a preponderância das atividades agrícolas.

Além desses dois grupos específicos, formou-se, também, um terceiro conjunto de regiões intermediárias agrícolas, algumas próximas das regiões de expansão e outras mais próximas às regiões de evasão. Entre as regiões intermediárias com tendência à expansão, as desigualdades regionais foram mensuradas segundo a intensidade da industrialização. No caso das regiões intermediárias com tendência à evasão, as diferenças regionais surgiram no confronto entre as regiões mais dependentes das atividades agrícolas e aquelas com maior quantidade de pessoas ocupadas nas atividades de comércio e serviços.

Nas regiões de expansão, a mobilidade territorial da população, ao longo desses 20 anos do final do século XX, exerceu uma forte pressão no espaço urbano, principalmente na região de Porto Alegre. Essa região, além da preponderância do setor de serviços e da escolaridade mais elevada, foi a única que diminuiu a proporção da população com residência nas cidades e aumentou a proporção de pessoas ocupadas em atividades agrícolas. O cenário sociodemográfico que se configurou nessa região, no final do século XX, mostrou um transbordamento da população citadina urbana para as áreas rurais. Esse fato novo exigirá um aprofundamento da análise do processo migratório urbano, numa nova pauta de pesquisas, que poderá ser examinado como o início de uma espécie de renascimento rural, uma nova forma de ocupação gestada no espaço urbano e não mais uma etapa do processo migratório.

Entre as regiões intermediárias, duas destacaram-se com um processo de expansão urbana e populacional mais avançado: as regiões de Passo Fundo e de Rio Grande. Algumas aparecem numa fase de transição mais lenta, como as regiões de Santa Cruz do Sul, de Soledade e de Erechim. Em outras regiões desse grupo, entretanto, a população citadina cresceu atraída por um conjunto de

atividades específicas do setor de comércio e serviços, sem que estas estivessem, necessariamente, sustentadas nas atividades industriais ou agrícolas. São exemplos, para o Rio Grande do Sul, as regiões de fronteira internacional e a região portuária de Rio Grande, que podem, numa nova pauta de pesquisas, se constituir num novo contexto interpretativo para a análise do processo migratório.

Nas regiões de evasão, a permanente dependência em atividades agrícolas praticamente estagnou o processo de urbanização. A população citadina dessas regiões cresceu muito pouco e, com a evasão dos jovens, o crescimento populacional ficou concentrado entre os grupos etários com idade mais elevada, dificultando a mobilidade ocupacional e retardando o crescimento da escolaridade da população.

O cenário sociodemográfico que se formou no estado do Rio Grande do Sul, neste início de século, produto desse conjunto de mudanças que vem diversificando o espaço urbano regional, estabeleceu um novo perfil da urbanização recente, onde a emergência de novos pólos de expansão e um relativo redirecionamento dos movimentos migratórios internos constituíram-se nos elementos mais importantes.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M., SOUZA, M.A.A. & SILVEIRA, M.L. (Orgs.) **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994. p. 213-220.

ARAUJO, Tânia Bacelar. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: LAVINAS, L., CARLEIAL, L.M.F. & NABUCO, M.R. (Orgs.) **Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993. p. 87-96.

AZZONI, Carlos Roberto. Formação sócio-espacial metropolitana: novas tendências ou novas evidências? In: GONÇALVES, M.F. (Org.) **O Novo Brasil Urbano: Impasses, Dilemas, Perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 289-304.

BAENINGER, Rosana. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 67-81, 1998.

BAENINGER, Rosana. São Paulo e suas migrações no final do século 20. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 84-96, jul./set. 2005.

BANDEIRA, Pedro Silveira. A economia da região sul. In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares & Silva, Pedro Luiz Barros (Orgs.) **Federalismo no Brasil. Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: Fundap. Unesp, 1995. p. 225-251.

BARBOSA, Eva Machado. Estudos urbanos e crise dos paradigmas: a emergência de um campo de pesquisa interdisciplinar. In: OLIVEIRA, Naia e BARCELLOS, Tanya (orgs.) **O Rio Grande do Sul Urbano**. Porto Alegre: FEE, 1990. P. 230-262.

BARCELLOS, Tânia Maria Macedo. Migrações internas: conceitos básicos frente à realidade da última década. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 296-309, 1995.

BARCELLOS, Tânia Maria Macedo. **Migrações no sul: caminhos para terras e cidades**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CANO, Wilson. Algumas implicações espaciais da terceira revolução industrial no Brasil. In: GONÇALVES, M.F. (Org.) **O Novo Brasil Urbano: Impasses, Dilemas, Perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 123-132.

CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 45-65, 1998.

CARVALHO, José Alberto Magno e MACHADO, Cláudio Caetano. Quesitos sobre migrações no censo demográfico de 1991. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 9, n. 1, p.22-34,1992.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Características gerais da população e instrução. Rio de Janeiro: IBGE, v. 24, 1996.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Mão-de-Obra: resultados da amostra: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, v. 24, 1996. 376p.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Migração: resultados da amostra: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, v. 24, 1996. 371p.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000: características gerais da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 165p.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000: primeiros resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M., SOUZA, M.A.A. & SILVEIRA, M.L. (Orgs.) **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994. p. 251-256.

COUTINHO, Luciano. O desenvolvimento urbano no contexto da mudança tecnológica. In: GONÇALVES, M.F. (Org.) **O novo Brasil Urbano: Impasses, Dilemas, Perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 41-62.

CUNHA, José Marcos Pinto. Processos migratórios uma perspectiva regional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 60-68, jul./set., 1989.

DAVIDOVICH, Fany. Focalizando conceituações no urbano. **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 137-148, jan./mar. 1983.

DAVIDOVICH, Fany. Tendência da urbanização no Brasil. Uma análise espacial. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 73-88, 1989.

DAVIDOVITCH, Fany. Linhas de pesquisa para a geografia urbana no Brasil: uma contribuição. **A Urbanização Brasileira no Final do Século XX**. Porto Alegre: Seminário UFRGS/Depto. de Geografia, 1994.

FAISSOL, Speridião. **O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **25 Anos de Economia Gaúcha: aspectos demográficos e suas relações com o desenvolvimento econômico do estado**. Porto Alegre: FEE, 1977.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GEIGER, Pedro Pinchas. Des-Territorialização e espacialização. In: SANTOS, M., SOUZA, M.A.A. & SILVEIRA, M.L. (Orgs.) **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994. p. 233-246.

GONÇALVES, Maria Flora. Apresentação. In: GONÇALVES, M.F. (Org.) **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo, EDUSP, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio de 1997.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades regionais e federalismo. In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares & Silva, Pedro Luiz Barros (Orgs.) **Federalismo no Brasil. Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: Fundap. Unesp, 1995. p.13-59.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **A pesquisa sobre migrações, urbanização, relações sociais e pobreza no Brasil: 1970-1990**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991. (Série Estudos, nº 82)

IBGE. **Censo Demográfico 2000: fecundidade e mortalidade infantil: resultados preliminares da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 21p.

IBGE. **Censo demográfico: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade**. Rio de Janeiro: IBGE, 1982, 351p. (IX Recenseamento geral do Brasil: 1980, v. 1, t. 4, n. 22 – Rio Grande do Sul).

IBGE. **Censo demográfico: mão de obra**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983, 281p. (IX Recenseamento geral do Brasil: 1980, v. 1, t. 5, n. 22 – Rio Grande do Sul).

IBGE. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. V. 1.

IBGE. **Metodologia do censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 574 p. (Relatórios metodológicos, n. 25)

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 403p. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 12)

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. 364p. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 15)

IBGE. **Tabulação avançada do Censo Demográfico 2000**: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 174p.

IBGE. **Tendências Demográficas**: uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 155p. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 13)

JANNUZZI, Paulo de Martino. Perfis etários da migração por motivos e acompanhantes da mudança: evidências empíricas para São Paulo entre 1980 e 1993. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Brasília, v. 15, n.2, p. 19-44, 1998.

JARDIM, Antônio de Ponte. **Deslocamento populacional e segregação sócio-espacial**: migrantes originários do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. (Textos para Discussão, nº 72).

JARDIM, Antônio de Ponte, et al. Fluxos migratórios intrametropolitanos Brasil 1970-1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. (Textos para Discussão, nº 45)

JARDIM, Antônio de Ponte, et al. Matriz de fluxos migratórios intermunicipais Brasil 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. (Textos para Discussão, nº 44)

KOUCHER, Ademir Barbosa. A Disponibilização dos Resultados do Censo 2000. In: ACCURSO, Jorge S. (Coord.) **O Rio Grande do Sul e sua população**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002. p. 31-56. (Documentos FEE; n. 51).

LENCIONI, Sandra. Restruturação urbano-industrial no estado de são paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, M., SOUZA, M.A.A. & SILVEIRA, M.L. (Orgs.) **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994. p.198-212.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e milagres. Problemas da industrialização no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

MAGALHÃES, Camillo Calazans. I. Migrações internas: Apresentação. In: MOURA, H.A. (org.) **Migração Interna: Textos Selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

MARTINE, George e DINIZ, Clélio Campolina. Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 11, n. 3, p.121-134, 1991.

MARTINE, George e FARIA, Vilmar. E. Contexto social da política e da pesquisa em população no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 1-24, jan./jul., 1986.

MARTINE, George. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho (Orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**, São Paulo: Caetés, 1987. p.59-79.

MARTINE, George e NEUPERT, R. A produção da ABEP na área de migrações internas. In: BERQUÓ, E. (Org.) **ABEP Primeira Década: Avanços, Lacunas, Perspectivas**. Belo Horizonte: ABEP, 1988. P. 45-68.

MARTINE, George. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares & Silva, Pedro Luiz Barros (Orgs.) **Federalismo no Brasil. Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: Fundap/Unesp, 1995. p. 61-91.

MARTINE, George. **Migrações internas no Brasil: tendências e perspectivas**. São Paulo: IPLAN, 1989. (Texto para Discussão, nº 17).

MARTINE, George. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 11, n.1, p. 41-60, 1994.

MEDEIROS, C.A. e SALM, C. O mercado de trabalho em debate. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 39, p. 49-65, 1994.

METROPLAN. **Região metropolitana de Porto Alegre: informações e análises**. Porto Alegre: FEE/METROPLAN, 1988.

OLIVEIRA, Naia, et al. O processo de urbanização no Rio Grande do Sul: características recentes. In: **A Economia Gaúcha e os Anos 80. Uma Trajetória Regional no Contexto da Crise Brasileira**, Tomo 1: A Problemática Regional e Urbana. Porto Alegre: FEE, 1990.

OLIVEIRA, Orlandina e STERN, Cláudio. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, H.A. (org.) **Migração Interna: Textos Selecionados**, Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

PANIZZI, Wrana Maria. Prefácio. In: GONÇALVES, M.F. (Org.) **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

SALM, Cláudio. Mercado de trabalho brasileiro: uma visão prospectiva. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 9, n. 1, 1992.

SANDRONI, Paulo (Org.) **Dicionário de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SANSON, João Rogério. O Estado e a concentração urbana. **Texto para Discussão**, nº 03/86. CPGE/UFRGS, 1986. (mimeo.)

SANTOS, Milton. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: VALLADARES, L & PRETECEILLE, E. (orgs.) **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990. p. 183-191.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Hucitec, São Paulo: 1993.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SINGER, Paul I. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H.A. (org.) **Migração Interna: Textos Selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p. 212-244.

SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 2001.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, Maria Adélia A. de. A metrópole global: uma reflexão sobre o espaço intrametropolitano. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 3-6, 1995.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, Otavio Guilherme (org.) **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 73-96.

WOOD, Charles Howard e CARVALHO, José Alberto Magno de. **A demografia da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

Anexo 1

Quantidade de imigrantes para o RS segundo a UF de origem
1970/1980, 1981/1991, 1991/2000

Unidades da Federação	1970 / 1980 (1)	1981 / 1991 (2)	1991 / 2000 (3)
Rondônia	267	1.020	771
Acre	168	296	120
Amazonas	475	815	1.197
Roraima	84	336	158
Pará	951	1.248	1.472
Amapá	82	11	279
Tocantins	-	389	419
Maranhão	142	581	787
Piauí	200	184	659
Ceará	1.303	1.924	2.997
Rio Grande do Norte	320	634	731
Paraíba	375	522	670
Pernambuco	1.143	1.375	1.343
Alagoas	110	545	355
Sergipe	69	494	302
Bahia	1.048	2.256	2.168
Minas Gerais	3.306	3.007	2.808
Espírito Santo	355	700	574
Rio de Janeiro	9.105	9.983	8.947
São Paulo	13.331	16.374	14.014
Paraná	21.908	36.538	29.685
Santa Catarina	48.182	54.912	51.305
Mato Grosso do Sul	1.709	3.190	2.428
Mato Grosso	612	4.074	2.381
Goiás	466	2.285	1.368
Distrito Federal	1.673	3.039	1.198
S/ especificação	250	447	101
Exterior	11.343	7.878	9.835
S/ declaração	14.537	687	2.745
Imigração externa total	133.514	155.744	141.817
População Total	7.773.837	9.138.670	10.187.798

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Notas: (1), (2): Não naturais com até 10 anos ininterruptos de residência na UF

(3): Não naturais com até 9 anos ininterruptos de residência na UF

Anexo 2

Quantidade de emigrantes do RS por UF de destino
1970/1980, 1981/1991, 1991/2000

Unidades da Federação	1970 / 1980 (1)	1981 / 1991 (2)	1991 / 2000 (3)
Rondônia	1.661	3.807	1.839
Acre	187	342	306
Amazonas	1.156	1.888	1.648
Roraima	531	585	735
Para	3.370	2.136	2.242
Amapá	115	187	224
Tocantins	-	2.272	1.349
Maranhão	916	879	721
Piauí	163	117	480
Ceará	688	998	2.523
Rio Grande do Norte	325	521	1.128
Paraíba	283	525	325
Pernambuco	1.137	1.396	1.438
Alagoas	324	1.015	497
Sergipe	236	403	381
Bahia	2.363	4.488	4.071
Minas Gerais	4.696	5.823	4.676
Espírito Santo	1.060	1.421	1.048
Rio de Janeiro	16.774	10.719	9.745
São Paulo	25.952	22.298	22.705
Paraná	83.377	46.290	34.664
Santa Catarina	88.033	72.370	84.407
Mato Grosso do Sul	14.014	10.947	6.402
Mato Grosso	15.330	22.264	15.925
Goiás	2.724	7.449	5.202
Distrito Federal	7.276	5.688	5.246
TOTAL DE MIGRANTES	272.691	226.828	209.927
POPULAÇÃO TOTAL	7.773.837	9.138.670	10.187.798

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Notas: (1), (2): Não naturais com até 10 anos ininterruptos de residência na UF

(3): Não naturais com até 9 anos ininterruptos de residência na UF

Anexo 3

Relação das microrregiões geográficas do Rio Grande do Sul e seus respectivos municípios - divisão territorial municipal de 2000.

Microrregião		Microrregião	
Cachoeira do Sul	Cachoeira do Sul		Planalto
Cachoeira do Sul	Cerro Branco	Carazinho	São José das Missões
Cachoeira do Sul	Novo Cabrais	Carazinho	Sarandi
Cachoeira do Sul	Pantano Grande	Caxias do Sul	Antônio Prado
Cachoeira do Sul	Paraíso do Sul	Caxias do Sul	Bento Gonçalves
Cachoeira do Sul	Passo do Sobrado	Caxias do Sul	Boa Vista do Sul
Cachoeira do Sul	Rio Pardo	Caxias do Sul	Carlos Barbosa
Camaquã	Arambaré	Caxias do Sul	Caxias do Sul
Camaquã	Barra do Ribeiro	Caxias do Sul	Cotiporã
Camaquã	Camaquã	Caxias do Sul	Fagundes Varela
Camaquã	Cerro Grande do Sul	Caxias do Sul	Farroupilha
Camaquã	Chувиска	Caxias do Sul	Flores da Cunha
Camaquã	Dom Feliciano	Caxias do Sul	Garibaldi
Camaquã	Sentinela do Sul	Caxias do Sul	Monte Belo do Sul
Camaquã	Tapes	Caxias do Sul	Nova Pádua
Campanha Central	Rosário do Sul	Caxias do Sul	Nova Roma do Sul
Campanha Central	Santana do Livramento	Caxias do Sul	Santa Tereza
Campanha Central	São Gabriel	Caxias do Sul	São Marcos
Campanha Meridional	Bagé	Caxias do Sul	Veranópolis
Campanha Meridional	Dom Pedrito	Caxias do Sul	Vila Flores
Campanha Meridional	Hulha Negra	Cerro Largo	Caibaté
Campanha Meridional	Lavras do Sul	Cerro Largo	Campina das Missões
Campanha Ocidental	Alegrete	Cerro Largo	Cerro Largo
Campanha Ocidental	Barra do Quaraí	Cerro Largo	Guarani das Missões
Campanha Ocidental	Garruchos	Cerro Largo	Porto Xavier
Campanha Ocidental	Itaqui	Cerro Largo	Roque Gonzales
Campanha Ocidental	Maçambará	Cerro Largo	Salvador das Missões
Campanha Ocidental	Manoel Viana	Cerro Largo	São Paulo das Missões
Campanha Ocidental	Quaraí	Cerro Largo	São Pedro do Butiá
Campanha Ocidental	São Borja	Cerro Largo	Sete de Setembro
Campanha Ocidental	São Francisco de Assis	Cruz Alta	Alto Alegre
Campanha Ocidental	Uruguaiana	Cruz Alta	Campos Borges
Carazinho	Barra Funda	Cruz Alta	Cruz Alta
Carazinho	Boa Vista das Missões	Cruz Alta	Espumoso
Carazinho	Carazinho	Cruz Alta	Fortaleza dos Valos
Carazinho	Cerro Grande	Cruz Alta	Ibirubá
Carazinho	Chapada	Cruz Alta	Jóia
Carazinho	Coqueiros do Sul	Cruz Alta	Quinze de Novembro
Carazinho	Jaboticaba	Cruz Alta	Saldanha Marinho
Carazinho	Lajeado do Bugre	Cruz Alta	Salto do Jacuí
Carazinho	Nova Boa Vista	Cruz Alta	Santa Bárbara do Sul
Carazinho	Novo Barreiro	Erechim	Aratiba
Carazinho	Palmeira das Missões	Erechim	Áurea
Carazinho	Pinhal	Erechim	Barão de Cotegipe
Carazinho	Sagrada Família	Erechim	Barra do Rio Azul
Carazinho	Santo Antônio do		

Microrregião	,	Microrregião	,
Erechim	Benjamin Constant do Sul	Gramado-Canela	Dois Irmãos
Erechim	Campinas do Sul	Gramado-Canela	Gramado
Erechim	Carlos Gomes	Gramado-Canela	Igrejinha
Erechim	Centenário	Gramado-Canela	Ivoti
Erechim	Entre Rios do Sul	Gramado-Canela	Lindolfo Collor
Erechim	Erebango	Gramado-Canela	Morro Reuter
Erechim	Erechim	Gramado-Canela	Nova Petrópolis
Erechim	Erval Grande	Gramado-Canela	Picada Café
Erechim	Estação	Gramado-Canela	Presidente Lucena
Erechim	Faxinalzinho	Gramado-Canela	Riozinho
Erechim	Floriano Peixoto	Gramado-Canela	Rolante
Erechim	Gaurama	Gramado-Canela	Santa Maria do Herval
Erechim	Getúlio Vargas	Gramado-Canela	Taquara
Erechim	Ipiranga do Sul	Guaporé	Três Coroas
Erechim	Itatiba do Sul	Guaporé	André da Rocha
Erechim	Jacutinga	Guaporé	Anta Gorda
Erechim	Marcelino Ramos	Guaporé	Arvorezinha
Erechim	Mariano Moro	Guaporé	Dois Lajeados
Erechim	Ponte Preta	Guaporé	Guabiju
Erechim	São Valentim	Guaporé	Guaporé
Erechim	Severiano de Almeida	Guaporé	Ilópolis
Erechim	Três Arroios	Guaporé	Itapuca
Erechim	Viadutos	Guaporé	Montauri
Frederico Westphalen	Alpestre	Guaporé	Nova Alvorada
Frederico Westphalen	Ametista do Sul	Guaporé	Nova Araçá
Frederico Westphalen	Caiçara	Guaporé	Nova Bassano
Frederico Westphalen	Constantina	Guaporé	Nova Prata
Frederico Westphalen	Cristal do Sul	Guaporé	Paraí
Frederico Westphalen	Dois Irmãos das Missões	Guaporé	Protásio Alves
Frederico Westphalen	Engenho Velho	Guaporé	Putinga
Frederico Westphalen	Erval Seco	Guaporé	São Jorge
Frederico Westphalen	Frederico Westphalen	Guaporé	São Valentim do Sul
Frederico Westphalen	Gramado dos Loureiros	Guaporé	Serafina Corrêa
Frederico Westphalen	Iraí	Guaporé	União da Serra
Frederico Westphalen	Liberato Salzano	Guaporé	Vista Alegre do Prata
Frederico Westphalen	Nonoai	Ijuí	Ajuricaba
Frederico Westphalen	Novo Tiradentes	Ijuí	Alegria
Frederico Westphalen	Palmitinho	Ijuí	Augusto Pestana
Frederico Westphalen	Pinheirinho do Vale	Ijuí	Chiapetta
Frederico Westphalen	Planalto	Ijuí	Condor
Frederico Westphalen	Rio dos Índios	Ijuí	Coronel Barros
Frederico Westphalen	Rodeio Bonito	Ijuí	Coronel Bicaco
Frederico Westphalen	Rondinha	Ijuí	Ijuí
Frederico Westphalen	Seberi	Ijuí	Inhacorá
Frederico Westphalen	Taquaruçu do Sul	Ijuí	Nova Ramada
Frederico Westphalen	Três Palmeiras	Ijuí	Panambi
Frederico Westphalen	Trindade do Sul	Ijuí	Pejuçara
Frederico Westphalen	Vicente Dutra	Ijuí	Santo Augusto
Frederico Westphalen	Vista Alegre	Ijuí	São Valério do Sul
Gramado-Canela	Canela	Jaguarão	Arroio Grande
		Jaguarão	Herval

Microrregião		Microrregião	
Jaguarão	Jaguarão	Montenegro	Vale Real
Lajeado-Estrela	Arroio do Meio	Não-Me-Toque	Colorado
Lajeado-Estrela	Bom Retiro do Sul	Não-Me-Toque	Lagoa dos Três Cantos
Lajeado-Estrela	Boqueirão do Leão	Não-Me-Toque	Não-Me-Toque
Lajeado-Estrela	Capitão	Não-Me-Toque	Selbach
Lajeado-Estrela	Colinas	Não-Me-Toque	Tapera
Lajeado-Estrela	Cruzeiro do Sul	Não-Me-Toque	Victor Graeff
Lajeado-Estrela	Doutor Ricardo	Osório	Arroio do Sal
Lajeado-Estrela	Encantado	Osório	Balneário Pinhal
Lajeado-Estrela	Estrela	Osório	Capão da Canoa
Lajeado-Estrela	Fazenda Vilanova	Osório	Capivari do Sul
Lajeado-Estrela	Imigrante	Osório	Caraá
Lajeado-Estrela	Lajeado	Osório	Cidreira
Lajeado-Estrela	Marques de Souza	Osório	Dom Pedro de Alcântara
Lajeado-Estrela	Muçum	Osório	Imbé
Lajeado-Estrela	Nova Bréscia	Osório	Mampituba
Lajeado-Estrela	Paverama	Osório	Maquiné
Lajeado-Estrela	Pouso Novo	Osório	Morrinhos do Sul
Lajeado-Estrela	Progresso	Osório	Mostardas
Lajeado-Estrela	Relvado	Osório	Osório
Lajeado-Estrela	Roca Sales	Osório	Palmares do Sul
Lajeado-Estrela	Santa Clara do Sul	Osório	Santo Antônio da Patrulha
Lajeado-Estrela	Sério	Osório	Tavares
Lajeado-Estrela	Tabaí	Osório	Terra de Areia
Lajeado-Estrela	Taquari	Osório	Torres
Lajeado-Estrela	Teutônia	Osório	Tramandaí
Lajeado-Estrela	Travesseiro	Osório	Três Cachoeiras
Lajeado-Estrela	Vespasiano Correa	Osório	Três Forquilhas
Litoral Lagunar	Chuí	Osório	Xangri-lá
Litoral Lagunar	Rio Grande	Passo Fundo	Água Santa
Litoral Lagunar	Santa Vitória do Palmar	Passo Fundo	Camargo
Litoral Lagunar	São José do Norte	Passo Fundo	Casca
Montenegro	Alto Feliz	Passo Fundo	Caseiros
Montenegro	Barão	Passo Fundo	Charrua
Montenegro	Bom Princípio	Passo Fundo	Ciríaco
Montenegro	Brochier	Passo Fundo	Coxilha
Montenegro	Capela de Santana	Passo Fundo	David Canabarro
Montenegro	Feliz	Passo Fundo	Ernestina
Montenegro	Harmonia	Passo Fundo	Gentil
Montenegro	Linha Nova	Passo Fundo	Ibiraiaras
Montenegro	Maratá	Passo Fundo	Marau
Montenegro	Montenegro	Passo Fundo	Mato Castelhanos
Montenegro	Pareci Novo	Passo Fundo	Muliterno
Montenegro	Poço das Antas	Passo Fundo	Nicolau Vergueiro
Montenegro	Portão	Passo Fundo	Passo Fundo
Montenegro	Salvador do Sul	Passo Fundo	Pontão
Montenegro	São José do Hortêncio	Passo Fundo	Ronda Alta
Montenegro	São Pedro da Serra	Passo Fundo	Santo Antônio do Palma
Montenegro	São Sebastião do Caí	Passo Fundo	São Domingos do Sul
Montenegro	São Vendelino	Passo Fundo	Sertão
Montenegro	Tupandi		

Microrregião		Microrregião	
Passo Fundo	Tapejara	Sananduva	Santo Expedito do Sul
Passo Fundo	Vanini	Sananduva	São João da Urtiga
Passo Fundo	Vila Lângaro	Sananduva	São José do Ouro
Passo Fundo	Vila Maria	Sananduva	Tupanci do Sul
Pelotas	Canguçu	Santa Cruz do Sul	Arroio do Tigre
Pelotas	Capão do Leão	Santa Cruz do Sul	Candelária
Pelotas	Cerrito	Santa Cruz do Sul	Estrela Velha
Pelotas	Cristal	Santa Cruz do Sul	Gramado Xavier
Pelotas	Morro Redondo	Santa Cruz do Sul	Herveiras
Pelotas	Pedro Osório	Santa Cruz do Sul	Ibarama
Pelotas	Pelotas	Santa Cruz do Sul	Mato Leitão
Pelotas	São Lourenço do Sul	Santa Cruz do Sul	Passa Sete
Pelotas	Turuçu	Santa Cruz do Sul	Santa Cruz do Sul
Porto Alegre	Alvorada	Santa Cruz do Sul	Segredo
Porto Alegre	Araricá	Santa Cruz do Sul	Sinimbu
Porto Alegre	Cachoeirinha	Santa Cruz do Sul	Sobradinho
Porto Alegre	Campo Bom	Santa Cruz do Sul	Vale do Sol
Porto Alegre	Canoas	Santa Cruz do Sul	Venâncio Aires
Porto Alegre	Eldorado do Sul	Santa Cruz do Sul	Vera Cruz
Porto Alegre	Estância Velha	Santa Maria	Cacequi
Porto Alegre	Esteio	Santa Maria	Dilermando de Aguiar
Porto Alegre	Glorinha	Santa Maria	Itaara
Porto Alegre	Gravataí	Santa Maria	Jaguari
Porto Alegre	Guaíba	Santa Maria	Mata
Porto Alegre	Mariana Pimentel	Santa Maria	Nova Esperança do Sul
Porto Alegre	Nova Hartz	Santa Maria	Santa Maria
Porto Alegre	Nova Santa Rita	Santa Maria	São Martinho da Serra
Porto Alegre	Novo Hamburgo	Santa Maria	São Pedro do Sul
Porto Alegre	Parobé	Santa Maria	São Sepé
Porto Alegre	Porto Alegre	Santa Maria	São Vicente do Sul
Porto Alegre	São Leopoldo	Santa Maria	Toropi
Porto Alegre	Sapiranga	Santa Maria	Vila Nova do Sul
Porto Alegre	Sapucaia do Sul	Santa Rosa	Alecrim
Porto Alegre	Sertão Santana	Santa Rosa	Cândido Godói
Porto Alegre	Viamão	Santa Rosa	Independência
Restinga Seca	Agudo	Santa Rosa	Novo Machado
Restinga Seca	Dona Francisca	Santa Rosa	Porto Lucena
Restinga Seca	Faxinal do Soturno	Santa Rosa	Porto Mauá
Restinga Seca	Formigueiro	Santa Rosa	Porto Vera Cruz
Restinga Seca	Ivorá	Santa Rosa	Santa Rosa
Restinga Seca	Nova Palma	Santa Rosa	Santo Cristo
Restinga Seca	Restinga Seca	Santa Rosa	São José do Inhacorá
Restinga Seca	São João do Polêsine	Santa Rosa	Três de Maio
Restinga Seca	Silveira Martins	Santa Rosa	Tucunduva
Sananduva	Barracão	Santa Rosa	Tuparendi
Sananduva	Cacique Doble	Santiago	Itacurubi
Sananduva	Ibiaçá	Santiago	Jari
Sananduva	Machadinho	Santiago	Júlio de Castilhos
Sananduva	Maximiliano de Almeida	Santiago	Pinhal Grande
Sananduva	Paim Filho	Santiago	Quevedos
Sananduva	Sananduva	Santiago	Santiago

Microrregião		Microrregião	
Santiago	Tupanciretã	Três Passos	Horizontina
Santiago	Unistalda	Três Passos	Humaitá
Santo Ângelo	Bossoroca	Três Passos	Miraguaí
Santo Ângelo	Catuípe	Três Passos	Nova Candelária
Santo Ângelo	Dezesseis de Novembro	Três Passos	Redentora
Santo Ângelo	Entre-Ijuís	Três Passos	São Martinho
Santo Ângelo	Eugênio de Castro	Três Passos	Sede Nova
Santo Ângelo	Giruí	Três Passos	Tenente Portela
Santo Ângelo	Pirapó	Três Passos	Tiradentes do Sul
Santo Ângelo	Santo Ângelo	Três Passos	Três Passos
Santo Ângelo	Santo Antônio das Missões	Três Passos	Vista Gaúcha
Santo Ângelo	São Luiz Gonzaga	Vacaria	Bom Jesus
Santo Ângelo	São Miguel das Missões	Vacaria	Cambará do Sul
Santo Ângelo	São Nicolau	Vacaria	Campestre da Serra
Santo Ângelo	Senador Salgado Filho	Vacaria	Esmeralda
Santo Ângelo	Ubiretama	Vacaria	Ipê
Santo Ângelo	Vitória das Missões	Vacaria	Jaquirana
São Jerônimo	Arroio dos Ratos	Vacaria	Lagoa Vermelha
São Jerônimo	Barão do Triunfo	Vacaria	Monte Alegre dos Campos
São Jerônimo	Butiá	Vacaria	Muitos Capões
São Jerônimo	Charqueadas	Vacaria	São Francisco de Paula
São Jerônimo	General Câmara	Vacaria	São José dos Ausentes
São Jerônimo	Minas do Leão	Vacaria	Vacaria
São Jerônimo	São Jerônimo		
São Jerônimo	Triunfo		
São Jerônimo	Vale Verde		
Serras de Sudeste	Amaral Ferrador		
Serras de Sudeste	Caçapava do Sul		
Serras de Sudeste	Candiota		
Serras de Sudeste	Encruzilhada do Sul		
Serras de Sudeste	Pinheiro Machado		
Serras de Sudeste	Piratini		
Serras de Sudeste	Santana da Boa Vista		
Soledade	Barros Cassal		
Soledade	Fontoura Xavier		
Soledade	Ibirapuitã		
Soledade	Lagoão		
Soledade	Mormaço		
Soledade	São José do Herval		
Soledade	Soledade		
Soledade	Tunas		
Três Passos	Barra do Guarita		
Três Passos	Boa Vista do Buricá		
Três Passos	Bom Progresso		
Três Passos	Braga		
Três Passos	Campo Novo		
Três Passos	Crissiumal		
Três Passos	Derrubadas		
Três Passos	Doutor Maurício Cardoso		
Três Passos	Esperança do Sul		

Fonte: IBGE

Anexo 4

Relação das 21 regiões de análise com seus respectivos municípios, segundo a divisão territorial municipal de 2000 do Rio grande do Sul.

**Quadro 1 - Municípios da Região de Santa Rosa
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1963	Alecrim	8.487
1987	Alegria	5.367
1965	Caibaté	7.243
1963	Campina das Missões	7.014
1963	Cândido Godói	7.092
1961	Catuípe	10.198
1954	Cerro Largo	12.665
1965	Chiapetta	4.481
1955	Girúá	18.749
1959	Guarani das Missões	8.990
1965	Independência	7.308
1993	Inhacorá	2.378
1993	Novo Machado	4.718
1955	Porto Lucena	6.398
1993	Porto Mauá	2.802
1993	Porto Vera Cruz	2.464
1966	Porto Xavier	11.190
1965	Roque Gonzales	7.799
1993	Salvador das Missões	2.665
1931	Santa Rosa	65.016
1955	Santo Cristo	14.890
1993	São José do Inhacorá	2.402
1965	São Paulo das Missões	7.187
1993	São Pedro do Butiá	2.862
1997	Senador Salgado Filho	2.927
1997	Sete de Setembro	2.357
1954	Três de Maio	24.136
1959	Tucunduva	6.305
1959	Tuparendi	9.542
1997	Ubiretama	2.677
Total	30	278.309

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 2 - Municípios da Região de Três Passos
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1993	Barra do Guarita	2.987
1963	Boa Vista do Buricá	6.587
1993	Bom Progresso	2.831
1965	Braga	4.198
1959	Campo Novo	6.721
1954	Crissiumal	15.180
1993	Derrubadas	3.715
1987	Doutor Maurício Cardoso	6.329
1997	Esperança do Sul	3.755
1954	Horizontina	17.699
1959	Humaitá	5.228
1965	Miraguaí	5.034
1997	Nova Candelária	2.883
1964	Redentora	8.846
1963	São Martinho	6.321
1988	Sede Nova	3.208
1955	Tenente Portela	14.343
1993	Tiradentes do Sul	7.497
1944	Três Passos	24.656
1988	Vista Gaúcha	2.725
Total	20	150.743

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 3 - Municípios da Região de Frederico Westphalen
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1963	Alpestre	10.266
1993	Ametista do Sul	7.414
1965	Caiçara	5.580
1959	Constantina	11.667
1993	Dois Irmãos das Missões	2.365
1993	Engenho Velho	2.134
1963	Erval Seco	9.177
1954	Frederico Westphalen	26.759
1993	Gramado dos Loureiros	2.543
1933	Iraí	9.250
1964	Liberato Salzano	6.574
1959	Nonoai	12.822
1965	Palmitinho	6.943
1993	Pinheirinho do Vale	4.184
1963	Planalto	11.302
1993	Rio dos Índios	4.702
1963	Ronda Alta	10.051
1964	Rondinha	6.107
1988	Taquaruçu do Sul	2.921
1988	Três Palmeiras	4.620
1987	Trindade do Sul	5.922
1965	Vicente Dutra	6.128
1988	Vista Alegre	2.996
Total	23	172.427

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 4 - Municípios da Região de Erechim
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1955	Aratiba	7.116
1987	Áurea	3.889
1964	Barão de Cotegipe	6.927
1993	Barra do Rio Azul	2.414
1964	Barracão	5.592
1997	Benjamin Constant do Sul	2.727
1964	Cacique Doble	4.770
1959	Campinas do Sul	8.258
1993	Carlos Gomes	1.912
1993	Centenário	3.127
1988	Entre Rios do Sul	3.491
1988	Erebango	3.023
1918	Erechim	90.347
1959	Erval Grande	5.647
1988	Estação	6.228
1988	Faxinalzinho	2.923
1997	Floriano Peixoto	2.361
1954	Gaurama	6.391
1934	Getúlio Vargas	16.509
1988	Ipiranga do Sul	2.057
1964	Itatiba do Sul	5.252
1964	Jacutinga	4.248
1959	Machadinho	5.728
1944	Marcelino Ramos	6.108
1965	Mariano Moro	2.474
1961	Maximiliano de Almeida	5.651
1961	Paim Filho	4.831
1993	Ponte Preta	2.153
1954	Sananduva	14.744
1993	Santo Expedito do Sul	2.683
1987	São João da Urtiga	4.929
1959	São José do Ouro	7.051
1959	São Valentim	4.109
1963	Severiano de Almeida	4.153
1987	Três Arroios	3.144
1993	Tupanci do Sul	1.728
1959	Viadutos	6.087
Total	37	270.782

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 5 - Municípios da Região de Novo Hamburgo
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1993	Alto Feliz	2.834
1997	Araricá	4.032
1988	Barão	5.397
1982	Bom Princípio	9.494
1988	Brochier	4.372
1959	Campo Bom	54.018
1987	Capela de Santana	10.032
1959	Carlos Barbosa	20.519
1959	Dois Irmãos	22.435
1959	Estância Velha	35.132
1959	Feliz	11.316
1988	Harmonia	3.659
1964	Igrejinha	26.767
1964	Ivoti	15.318
1993	Lindolfo Collor	4.414
1993	Linha Nova	1.564
1993	Maratá	2.513
1873	Montenegro	54.692
1993	Morro Reuter	4.984
1987	Nova Hartz	15.071
1927	Novo Hamburgo	236.193
1993	Pareci Novo	3.242
1982	Parobé	44.776
1988	Poço das Antas	1.946
1961	Portão	24.657
1993	Presidente Lucena	2.069
1963	Salvador do Sul	6.913
1988	Santa Maria do Herval	5.891
1988	São José do Hortêncio	3.387
1846	São Leopoldo	193.547
1993	São Pedro da Serra	2.843
1875	São Sebastião do Caí	19.700
1988	São Vendelino	1.682
1954	Sapiranga	69.189
1886	Taquara	52.825
1959	Três Coroas	19.430
1988	Tupandí	2.958
1993	Vale Real	4.340
Total	38	1.004.151

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 6 - Municípios da Região de Rio Grande
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1873	Arroio Grande	19.152
1997	Chuí	5.167
1881	Herval	8.487
1832	Jaguarão	30.093
1809	Rio Grande	186.544
1872	Santa Vitória do Palmar	33.304
1831	São José do Norte	23.796
Total	7	306.543

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 7 - Municípios da Região de Santo Ângelo
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1965	Ajuricaba	7.709
1965	Augusto Pestana	8.173
1965	Bossoroca	7.757
1965	Condor	6.491
1993	Coronel Barros	2.454
1963	Coronel Bicaco	8.435
1988	Dezesseis de Novembro	3.444
1988	Entre-Ijuís	9.702
1988	Eugênio de Castro	3.313
1912	Ijuí	78.461
1997	Jari	3.751
1982	Jóia	8.284
1997	Nova Ramada	2.723
1954	Panambi	32.610
1965	Pejuçara	4.189
1987	Pirapó	3.349
1873	Santo Ângelo	76.745
1959	Santo Augusto	14.426
1880	São Luiz Gonzaga	39.553
1988	São Miguel das Missões	7.682
1965	São Nicolau	6.406
1993	São Valério do Sul	2.625
1928	Tupanciretã	20.947
1993	Vitória das Missões	3.979
Total	24	363.208

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 8 - Municípios da Região de Pelotas
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1993	Arambaré	3.917
1864	Camaquã	60.383
1857	Canguçu	51.447
1982	Capão do Leão	23.718
1997	Cerrito	6.925
1988	Cerro Grande do Sul	8.273
1997	Chувиска	4.502
1988	Cristal	6.632
1988	Morro Redondo	5.998
1959	Pedro Osório	8.107
1830	Pelotas	323.158
1884	São Lourenço do Sul	43.691
1993	Sentinela do Sul	4.892
1857	Tapes	16.291
1997	Turuçu	3.710
Total	15	571.644

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 9 - Municípios da Região de Palmeira das Missões
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1993	Barra Funda	2.231
1993	Boa Vista das Missões	2.188
1988	Cerro Grande	2.601
1959	Chapada	9.746
1993	Coqueiros do Sul	2.695
1997	Cristal do Sul	2.874
1987	Jaboticaba	4.536
1993	Lajeado do Bugre	2.463
1993	Nova Boa Vista	2.222
1993	Novo Barreiro	3.867
1993	Novo Tiradentes	2.412
1874	Palmeira das Missões	38.192
1988	Pinhal	2.503
1963	Rodeio Bonito	5.751
1993	Sagrada Família	2.648
1993	São José das Missões	3.000
1939	Sarandi	18.162
1959	Seberi	11.349
1965	Selbach	4.861
Total	19	124.301

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 10 - Municípios da Região de Passo Fundo
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1987	Água Santa	4.127
1988	André da Rocha	1.113
1988	Camargo	2.498
1931	Carazinho	59.894
1954	Casca	8.440
1988	Caseiros	2.899
1993	Charrua	3.783
1965	Ciríaco	5.252
1993	Coxilha	2.979
1965	David Canabarro	4.740
1988	Ernestina	3.941
1993	Gentil	1.771
1965	Ibiaçá	5.233
1965	Ibiraiaras	7.163
1993	Lagoa dos Três Cantos	1.627
1876	Lagoa Vermelha	29.833
1954	Marau	28.361
1993	Mato Castelhano	2.454
1993	Muliterno	1.768
1954	Não-Me-Toque	14.413
1993	Nicolau Vergueiro	1.812
1857	Passo Fundo	168.458
1993	Pontão	3.904
1993	Santo Antônio do Palma	2.207
1993	Santo Antônio do Planalto	2.001
1987	São Domingos do Sul	2.831
1963	Sertão	7.466
1955	Tapejara	15.115
1954	Tapera	10.564
1987	Vanini	1.887
1965	Victor Graeff	3.924
1997	Vila Lângaro	2.277
1988	Vila Maria	4.173
Total	33	418.908

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 11 - Municípios da Região de Cruz Alta
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1987	Alto Alegre	2.137
1963	Arroio do Tigre	12.216
1988	Campos Borges	3.785
1962	Colorado	4.072
1833	Cruz Alta	71.254
1954	Espumoso	16.185
1997	Estrela Velha	3.691
1982	Fortaleza dos Valos	5.079
1954	Ibirubá	18.633
1987	Quinze de Novembro	3.582
1988	Saldanha Marinho	3.195
1982	Salto do Jacuí	12.948
1959	Santa Bárbara do Sul	10.003
Total	13	166.780

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 12 - Municípios da Região de Bagé
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1988	Amaral Ferrador	5.740
1846	Bagé	118.767
1831	Caçapava do Sul	34.643
1993	Candiota	8.065
1963	Dom Feliciano	13.297
1872	Dom Pedrito	40.410
1849	Encruzilhada do Sul	23.902
1993	Hulha Negra	5.359
1882	Lavras do Sul	8.109
1878	Pinheiro Machado	14.594
1830	Piratini	19.414
1965	Santana da Boa Vista	8.621
Total	12	300.921

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 13 - Municípios da Região de Uruguaiana
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1831	Alegrete	84.338
1997	Barra do Quaraí	3.884
1993	Garruchos	3.675
1988	Itacurubi	3.503
1858	Itaqui	39.770
1997	Maçambará	5.035
1993	Manoel Viana	6.995
1875	Quaraí	24.002
1876	Rosário do Sul	41.058
1857	Santana do Livramento	90.849
1884	Santiago	52.138
1965	Santo Antônio das Missões	12.691
1833	São Borja	64.869
1884	São Francisco de Assis	20.810
1997	Unistalda	2.644
1846	Uruguaiana	126.936
Total	16	583.197

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 19 - Municípios da Região de Porto Alegre
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1965	Alvorada	183.968
1964	Arroio dos Ratos	13.335
1993	Barão do Triunfo	6.662
1959	Barra do Ribeiro	11.845
1965	Cachoeirinha	107.564
1939	Canoas	306.093
1982	Charqueadas	29.961
1988	Eldorado do Sul	27.268
1954	Esteio	80.048
1988	Glorinha	5.684
1880	Gravataí	232.629
1926	Guaíba	94.307
1993	Mariana Pimentel	3.733
1993	Nova Santa Rita	15.750
1809	Porto Alegre	1.360.590
1860	São Jerônimo	20.283
1961	Sapucaia do Sul	122.751
1993	Sertão Santana	5.272
1831	Triunfo	22.166
1880	Viamão	227.429
Total	20	2.877.338

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 14 - Municípios da Região de Soledade
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1963	Anta Gorda	6.327
1959	Arvorezinha	10.262
1987	Dois Lajeados	3.224
1965	Fontoura Xavier	11.473
1987	Guabiju	1.749
1903	Guaporé	20.064
1987	Ibirapuitã	5.170
1963	Ilópolis	4.255
1993	Itapuca	2.691
1988	Lagoão	6.098
1988	Montauri	1.684
1993	Mormaço	2.435
1988	Nova Alvorada	2.757
1964	Nova Araçá	3.236
1964	Nova Bassano	7.836
1924	Nova Prata	18.344
1965	Paráí	6.020
1988	Pouso Novo	2.195
1988	Protásio Alves	2.112
1963	Putinga	4.629
1987	São Jorge	2.875
1988	São José do Herval	2.530
1993	São Valentim do Sul	2.140
1960	Serafina Corrêa	10.894
1875	Soledade	29.727
1987	Tunas	4.310
1993	União da Serra	1.908
1988	Vista Alegre do Prata	1.618
Total	28	178.563

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 15 - Municípios da Região de Vacaria
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1913	Bom Jesus	12.014
1963	Cambará do Sul	6.840
1993	Campestre da Serra	3.170
1963	Esmeralda	5.521
1987	Ipê	5.456
1987	Jaquirana	4.814
1997	Monte Alegre dos Campos	3.040
1997	Muitos Capões	2.867
1878	São Francisco de Paula	19.725
1993	São José dos Ausentes	3.104
1850	Vacaria	57.341
Total	11	123.892

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 16 - Municípios da Região de Caxias do Sul
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1899	Antônio Prado	12.918
1890	Bento Gonçalves	91.486
1997	Boa Vista do Sul	2.840
1959	Bom Retiro do Sul	10.788
1944	Canela	33.625
1890	Caxias do Sul	360.419
1993	Colinas	2.462
1982	Cotiporã	4.093
1997	Doutor Ricardo	2.128
1915	Encantado	18.528
1876	Estrela	27.401
1987	Fagundes Varela	2.471
1934	Farroupilha	55.308
1997	Fazenda Vilanova	2.833
1924	Flores da Cunha	23.678
1900	Garibaldi	28.337
1954	Gramado	28.593
1988	Imigrante	3.850
1993	Monte Belo do Sul	2.880
1959	Muçum	4.728
1993	Nova Pádua	2.396
1954	Nova Petrópolis	16.891
1987	Nova Roma do Sul	3.032
1988	Paverama	7.744
1993	Picada Café	4.673
1988	Relvado	2.294
1954	Roca Sales	9.284
1993	Santa Tereza	1.768
1963	São Marcos	18.958
1997	Tabaí	3.563
1849	Taquari	25.887
1981	Teutônia	22.891
1898	Veranópolis	19.466
1997	Vespasiano Correa	2.209
1988	Vila Flores	3.086
Total	35	863.508

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 17 - Municípios da Região de Osório
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1988	Arroio do Sal	5.273
1997	Balneário Pinhal	7.452
1982	Capão da Canoa	30.498
1997	Capivari do Sul	3.107
1997	Caraá	6.403
1988	Cidreira	8.882
1997	Dom Pedro de Alcântara	2.636
1988	Imbé	12.242
1997	Mampituba	3.106
1993	Maquiné	7.304
1993	Morrinhos do Sul	3.533
1963	Mostardas	11.658
1857	Osório	36.131
1982	Palmares do Sul	10.854
1988	Riozinho	4.071
1954	Rolante	17.851
1809	Santo Antônio da Patrulha	37.035
1982	Tavares	5.342
1988	Terra de Areia	11.453
1938	Torres	30.880
1965	Tramandaí	31.040
1988	Três Cachoeiras	9.523
1993	Três Forquilhas	3.239
1993	Xangri-lá	8.197
Total	24	307.710

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 18 - Municípios da Região de Santa Maria
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1959	Agudo	17.455
1944	Cacequi	15.311
1997	Dilermando de Aguiar	3.200
1965	Dona Francisca	3.902
1959	Faxinal do Soturno	6.841
1963	Formigueiro	7.598
1997	Itaara	4.578
1988	Ivorá	2.495
1920	Jaguari	12.488
1891	Júlio de Castilhos	20.416
1964	Mata	5.575
1988	Nova Esperança do Sul	4.010
1960	Nova Palma	6.312
1993	Pinhal Grande	4.725
1993	Quevedos	2.691
1959	Restinga Seca	16.400
1857	Santa Maria	243.611
1846	São Gabriel	62.249
1993	São João do Polêsine	2.745
1993	São Martinho da Serra	3.246
1926	São Pedro do Sul	16.989
1876	São Sepé	24.621
1876	São Vicente do Sul	8.336
1987	Silveira Martins	2.571
1997	Toropi	3.196
1993	Vila Nova do Sul	4.263
Total	26	505.824

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 20 - Municípios da Região de Santa Cruz do Sul
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1934	Arroio do Meio	16.951
1963	Barros Cassal	11.347
1987	Boqueirão do Leão	7.825
1925	Candelária	29.585
1993	Capitão	2.565
1963	Cruzeiro do Sul	11.664
1993	Gramado Xavier	3.666
1997	Herveiras	2.957
1987	Ibarama	4.454
1891	Lajeado	64.133
1997	Marques de Souza	4.241
1993	Mato Leitão	3.210
1964	Nova Brésia	4.564
1997	Passa Sete	4.644
1987	Progresso	6.497
1993	Santa Clara do Sul	4.806
1877	Santa Cruz do Sul	107.632
1988	Segredo	6.911
1993	Sério	2.706
1993	Sinimbu	10.210
1927	Sobradinho	16.328
1993	Travesseiro	2.349
1993	Vale do Sol	10.558
1891	Venâncio Aires	61.234
1959	Vera Cruz	21.300
Total	25	422.337

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

**Quadro 21 - Municípios da Região de Cachoeira do Sul
(Divisão Territorial Municipal de 2000)**

Data de Instalação	Município	População Total em 2000
1963	Butiá	20.322
1819	Cachoeira do Sul	87.873
1988	Cerro Branco	4.297
1881	General Câmara	8.737
1993	Minas do Leão	7.321
1997	Novo Cabrais	3.565
1987	Pantano Grande	10.979
1988	Paraíso do Sul	7.212
1993	Passo do Sobrado	5.566
1809	Rio Pardo	37.783
1997	Vale Verde	3.057
Total	11	196.712

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000